

UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO

LOURDES VALERIA DE CILLO

Qualificação Profissional:
Políticas Públicas Municipais no Grande ABC

São Caetano do Sul

2014

LOURDES VALERIA DE CILLO

**Qualificação Profissional:
Políticas Públicas Municipais no Grande ABC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.
Área de Concentração: Gestão e Regionalidade

Orientador: Prof. Dr. Luís Paulo Bresciani

**São Caetano do Sul
2014**

CILLO, Lourdes Valeria.

Qualificação Profissional: Políticas Públicas e Programas nos Municípios do Grande ABC. 2013. 164 paginas.

Orientador: Luís Paulo Bresciani

Dissertação – Programa de Mestrado em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

1. Região e Regionalidade. 2. Desenvolvimento Econômico, Políticas Públicas e Qualificação Profissional. 3. Grande ABC e iniciativas locais. 4. Programas de qualificação profissional. I – Lourdes Valeria de Cillo. II - Dissertação – Programa de mestrado em administração. III – Título.

UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL

Reitor:

Prof. Dr. Marcos Sidnei Bassi

Pró-Reitora de Pós-graduação e Pesquisa:

Profa. Dra. Maria do Carmo Romeiro

Gestora de Stricto Sensu em Administração:

Profa. Dra. Raquel da Silva Pereira

Dissertação defendida e aprovada em ____/____/____ pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Luis Paulo Bresciani (Orientador)

Prof. Dr. José Blanes Sala (UFABC)

Profa. Dra. Maria do Carmo Romeiro (USCS)

Dedicatória

Dedico este estudo àquilo que “EU SOU”.
Aos meus filhos Paula e Pedro e à pequena Valentina que nasceu junto com esse estudo, por transformarem o meu caminho com amor e compreensão, para que eu pudesse chegar até aqui. Ao meu eterno companheiro Luiz Antonio que sempre segurou na minha mão no decorrer desse caminho!

Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer ao Prof. Dr. Denis Donaire, Pró-Reitor de Educação a Distância na Gestão 2008-2012, por ter acreditado no meu trabalho e pelo seu empenho e generosidade em me apoiar durante a minha trajetória profissional e acadêmica.

Agradeço ao Prof. Dr. Silvio Augusto Minciotti, Reitor da USCS na gestão 2008-2012, que me concedeu a oportunidade de realizar esse estudo, acreditando no meu potencial e confiando na minha determinação.

Agradeço aos professores Prof. Dr. Wilson Amorim que iniciou a minha orientação e ao Prof. Luis Paulo Bresciani que acompanhou a minha pesquisa, orientando-me nesta trajetória.

Agradeço em especial ao Sr. Jerônimo de Almeida Neto pela sua contribuição durante o tempo de realização desta pesquisa.

Agradeço à Profa. Ms. Maria de Lourdes Rueger Silva, Mestre em Comunicação e Semiótica pelo auxílio na revisão textual desta pesquisa.

Agradeço a todos os professores do curso de mestrado da USCS e também à equipe técnica que mantém essa importante iniciativa de formação de acadêmicos com o objetivo de obtermos um mundo melhor através da pesquisa e do conhecimento.

Agradeço ainda, pelos ensinamentos que recebi durante os quase 30 anos de profissão prestados à Universidade Municipal de São Caetano do Sul, onde dediquei boa parte da minha vida e da minha formação por acreditar na sua missão e nos seus valores.

Resumo

Esta dissertação teve como objetivo identificar e descrever programas de qualificação profissional criados por políticas públicas municipais como iniciativas de formação e inserção do trabalhador no mercado de trabalho nos municípios do Grande ABC. A oferta de cursos de qualificação profissional foi ampliada pelo governo federal nas últimas décadas, através do Plano Nacional de Qualificação, o que possibilitou autonomia para que os municípios pudessem criar programas através de políticas públicas, no contexto do seu desenvolvimento socioeconômico e com o objetivo de atender as suas demandas setoriais. O texto apresenta as iniciativas de Desenvolvimento Local e Regional e as características dos programas de Qualificação Profissional que foram ofertados pelos municípios do Grande ABC, no período entre 2001 a 2014. Os resultados da pesquisa indicaram que houve empenho por parte dos municípios para promover políticas públicas de qualificação profissional, inclusive implementando as diretrizes federais, mas que é necessária uma maior articulação entre os atores sociais envolvidos, para que a população do Grande ABC tenha a oportunidade de se qualificar adequadamente para os desafios do mercado de trabalho, contribuindo com o Desenvolvimento Regional.

Palavras-Chave: Qualificação Profissional, Desenvolvimento Regional, Grande ABC

Abstract

This dissertation aimed to identify and describe professional qualification programs created by municipal policy initiatives like training and participation of workers in the labor market in the cities of Greater ABC. The provision of vocational training courses was expanded by the federal government in recent decades, through the National Qualification Plan, allowing autonomy for municipalities could create programs through public policies, in the context of their socioeconomic development and aiming to meet their sectoral demands. The text presents the initiatives of Local and Regional Development and characteristics of the Professional Qualification programs that were offered by the municipalities of Greater ABC in the period between 2001 and 2014. Survey results indicated that there was an effort by municipalities to promote public policies professional qualifications, including implementing federal guidelines, but that greater coordination between the actors involved is needed, so that the population of Greater ABC has the opportunity to qualify properly for the challenges of the labor market, contributing to the Regional Development.

Keywords: Professional Qualification, Regional Development, Greater ABC

Listas de Ilustrações

Tabelas

Tabela 1 - Acepções de região estabelecidas entre os geógrafos	30
Tabela 2 - Novas concepções sobre região na “Nova Geografia Regional” (Gilbert, 1988). 30	
Tabela 3 - Evolução do crescimento da Economia Brasileira – 2000 a 2009	49
Tabela 4 - Distribuição da população total por regiões e sua composição segundo raça e sexo Brasil e Grandes Regiões - 2009 (em %)	50
Tabela 5 - Características das famílias Brasil e Regiões - 2009 (em %)	53
Tabela 6 - Rendimento mensal médio e por quartis Regiões Metropolitanas – 1999 e 2009 (em R\$ de nov./ 2010)	54
Tabela 7 - Distribuição dos ocupados por sexo, faixa etária e faixas de anos de estudo Brasil e Grandes Regiões – 2009 (em %).	55
Tabela 8 - Distribuição dos ocupados por posição na ocupação.....	56
Tabela 9 - Distribuição dos ocupados por setor de atividade Brasil e grandes regiões – 2009 (em %).....	57
Tabela 10 - Plano Nacional de Qualificação Profissional no período de 1995 a 2003.....	65
Tabela 11 - População da Grande ABC no ano de 2000 e 2010 respectivamente.....	86
Tabela 12 – Área territorial e densidade demográfica do Grande ABC.	86
Tabela 13 - Plano Nacional de Qualificação no Brasil.....	100
Tabela 14 - Relação de Notícias divulgadas na mídia.....	101
Tabela 15 - Relação de levantamento de dados e dos responsáveis pelas respostas das entrevistas.	106
Tabela 16 - Documentos e tópicos abordados em reuniões do GT Trabalho e Renda do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. Período: 2011 a 2012.....	112
Tabela 17– Características dos programas de Qualificação Profissional – Consórcio Intermunicipal Grande ABC.	113
Tabela 18 - Características dos programas de Qualificação Profissional – Município: Santo André.....	116
Tabela 19 – Características dos programas de Qualificação Profissional – Município: São Bernardo do Campo.....	120
Tabela 20 – Características dos programas de Qualificação Profissional – Município: São Caetano do Sul.	123
Tabela 21 – Características dos programas de Qualificação Profissional – Município: Diadema.	126
Tabela 22 - CBO's mais cadastradas nas ofertas de emprego para Mauá para qualificação profissional no ano de 2012.	129
Tabela 23 - CBO's mais cadastradas nas ofertas de emprego para Mauá sem atendimento previsto de qualificação profissional no ano de 2012.	130
Tabela 24 – Características dos programas de Qualificação Profissional – Município: Mauá	131
Tabela 25 – Características dos programas de Qualificação Profissional – Município: Ribeirão Pires.	134

Tabela 26 - Cursos por município e escopo setorial – 2012.....	138
Tabela 27 - Cursos por setor de atividade econômica - 2012 - GRANDE ABC.....	153

Figuras

Figura 1 - Síntese dos principais paradigmas de desenvolvimento após 1950.	24
Figura 2 - Denominações do Mercado de Trabalho	45
Figura 3 - Estrutura do Plano Nacional de Qualificação Profissional (2003).	69
Figura 4 - Esquema de análise. Categorias de análise.....	79
Figura 5 - Estrutura para a identificação dos sujeitos da pesquisa.....	81
Figura 6 - Plano Municipal de Qualificação Profissional.	124
Figura 7 - Capacitação Profissional na área de construção civil em Mauá.	127

Gráficos

Gráfico 1 - Região do Grande ABC - Taxa de Desemprego - 2002 a 2013.....	51
Gráfico 2 - Índice de variação do estoque de emprego formal por município = Brasil, 1999 a 2009 (1999 = 100).	59
Gráfico 3 - Crescimento da população Grande ABC de 2000 a 2010.	87
Gráfico 4 - Educação – População de 18 a 24 anos com ensino médio completo.	87
Gráfico 5 - Variação (%) – 2000 e 2010 – Rendimento Médio mensal das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares e permanentes – Região do Grande ABC por ordem de crescimento.	88
Gráfico 6 - Rendimento Médio Mensal - Região do Grande ABC - 2000 e 2010.....	89
Gráfico 7 - Classificação socioeconômica das famílias (%) – Região Grande ABC (Critério Brasil: Nova Classificação 2008).....	90
Gráfico 8 - Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica.....	93
Gráfico 9 - Distribuição dos ocupados por posição na ocupação.	94
Gráfico 10 - Rendimento médio real (1) dos ocupados (2), por sub-regiões.	95
Gráfico 11 - Taxa de desemprego por sub-regiões. Distribuição dos ocupados – RMSP – 2003 a 2012.....	96
Gráfico 12 - Região do Grande ABC - Taxa de Desemprego – 2002 a 2013.	97
Gráfico 13 - Evolução do Salário Mínimo Real (R\$ - Média Anual) – Período 1995 a 2012.	98

Lista de Abreviaturas

ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ABIPLAST - Associação Brasileira da Indústria do Plástico
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEMEQ - Centro de Qualificação Municipal de Emprego e Qualificação
CENFORPE - Centro de Formação em São Bernardo do Campo
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CGT - Central Geral dos Trabalhadores
CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CME - Comissões Municipais de Emprego
CODEFAT - Conselho Deliberativo do FAT
CPFP - Centros Públicos de Formação Profissional
CPTR - Centro Público de Trabalho e Renda
CTER - Central de Empreendedorismo, Trabalho e Renda
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DEJA - Diretoria de Educação de Jovens e Adultos
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos
ETEC - Escola Técnica Estadual
EPT – Ensino Técnico Profissionalizante
EUA - Estados Unidos da América
FAT - Fundo de Apoio ao Trabalhador
FBT - Curso de Formação Básica para o Trabalho
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI - Fundo Monetário Internacional
FSS - Fundo Municipal de Solidariedade de São Caetano do Sul
GT - Grupo de Trabalho
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística
IDF-GABC - Índice de Desenvolvimento das Famílias do Grande ABC
IMP - Informações dos Municípios Paulistas
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Socioeconômicos
MEC – Ministério de Educação e Cultura
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONU - Nações Unidas para o Desenvolvimento
PAC - Plano de Aceleração do Crescimento
PAT - Posto de Atendimento ao Trabalhador
PEA - População Economicamente Ativa
PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
PIB - Produto Interno Bruto
PIPMO - Programa da Política Nacional de Mão de Obra
Planfor - Plano Nacional de Formação Profissional
PlanTeQ - Plano Territorial de Qualificação
Pnad - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNBE - Pensamento Nacional das Bases Empresariais
PNPE - Programa Nacional de Estímulo ao Emprego
PNQ - Programa Nacional de Qualificação
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPE - Políticas de Primeiro Emprego
PROQUALI - Programa de Qualificação
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
RM - Região Metropolitana
RMSP - Região Metropolitana de São Paulo
SEAIS - Secretaria de Assistência e Inclusão Social
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDERT - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda
SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem industrial
SERT - Secretaria Estadual de Relações do Trabalho
SESC Serviço Social de Comércio
SESI Serviço Social da Indústria
SINE - Sistema Nacional de Emprego
TAV - Trem de Alta Velocidade
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
USCS - Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Sumário

1. Introdução	16
1.1. Objetivo Principal	18
1.2. Objetivos Específicos	18
1.3. Justificativa	19
1.4. Delimitação do Estudo e da Pesquisa	19
2. Referencial Teórico	20
2.1. Desenvolvimento Econômico	20
2.2. Região e Regionalidade	29
2.3. Políticas Públicas	33
2.4. Iniciativas de Desenvolvimento Local-Regional	37
2.5. Mercado de Trabalho e Políticas Públicas de Emprego e Renda	41
2.6. Qualificação Profissional	60
3. Metodologia	76
3.1. Tipo de Pesquisa	77
3.2. Sujeitos da Pesquisa	80
3.3. Técnicas de Coleta de Dados	82
3.4. Procedimentos para a Análise de Resultados	83
4. Resultados e discussão	84
4.1. Perfil do Grande ABC	85
4.2. Iniciativas Locais/Regionais	99
4.4. Iniciativa de Consorciamento	101
4.5. Programas de Qualificação Profissional	106
3.3.1 Santo André	114
3.3.2 São Bernardo do Campo	116
3.3.3 São Caetano do Sul	120
3.3.4 Diadema	123
3.3.5 Mauá	126
3.3.6 Ribeirão Pires	131
3.3.7 Rio Grande da Serra	134
5. Considerações Finais	140
Referências Bibliográficas	143
Apêndice	151

Apêndice A - Solicitação de Entrevista	151
Apêndice B – Questionário da Entrevista.....	151
ANEXOS	153
Anexo I – Relação de cursos por escopo setorial (completo)	153

1. Introdução

A articulação entre as dimensões econômicas e sociais apresentam uma rápida transformação do mundo do trabalho com o advento da globalização, da reestruturação produtiva, da reforma nas legislações trabalhistas e novos sistemas de negociação coletiva, destacando os recursos humanos como tema central para as estratégias inclusivas de crescimento através do acesso a melhores empregos e renda, aumento da produtividade e competitividade e criação de novos postos de trabalho. As políticas de melhoria da escolaridade e da qualificação profissional têm influência tanto no crescimento econômico quanto na inclusão social (CEPAL/PNUD/OIT, 2008).

Trabalhadores empregados ou desempregados podem necessitar de um programa de qualificação profissional para conhecer novas tecnologias, aprender uma nova função, com o objetivo de ter uma melhor oportunidade no mercado de trabalho globalizado e conseqüentemente, melhor qualidade de vida.

Em contrapartida, os municípios têm interesse em criar iniciativas locais de desenvolvimento socioeconômico, para manter esse trabalhador na sua região, para que ele produza e consuma dentro do seu município. A via das políticas públicas pode conduzir à criação de programas de qualificação para a formação de profissionais especializados, com a possibilidade de atuação em iniciativas locais de desenvolvimento socioeconômico da região.

Tendo em vista que a qualificação profissional pode preparar o profissional para atuar em novos e melhores empregos, assim como a geração de novos postos de trabalho é determinada pelo desenvolvimento econômico da região, através de iniciativas e políticas públicas para a abertura de novas dimensões no mercado de trabalho, a presente pesquisa tem como elemento estruturante, a qualificação profissional de trabalhadores empregados e desempregados, como fator essencial para o desenvolvimento socioeconômico local/regional.

O estudo concentra-se no Grande ABC, que foi escolhido por ser a região de atuação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, onde se concentra um número significativo de pesquisas e estudos sobre Gestão e Regionalidade.

A pesquisa foi realizada através de levantamentos bibliográficos, documentais e entrevistas, que contribuíram para identificar políticas públicas municipais ou

regionais para a oferta de programas de qualificação profissional e descreveu as suas características categorizando de acordo com as categorias estabelecidas para essa finalidade e incluem todos os municípios do Grande ABC no período de 2001 a 2014. O trabalho que se segue possui três capítulos a partir desta introdução, seguidos das principais conclusões da pesquisa.

O primeiro capítulo reúne um conjunto de estruturas teóricas e conceituais, e é organizado em seis seções onde são discutidos temas centrais como Desenvolvimento Econômico, Região e Regionalidade, Políticas Públicas, Iniciativas de Desenvolvimento Local/Regional, Mercado de Trabalho e Qualificação Profissional, para o embasamento deste trabalho.

O segundo capítulo apresenta a metodologia da pesquisa de campo deste trabalho e é organizado em três seções. A primeira delas apresenta os elementos metodológicos e o tipo da pesquisa, a segunda apresenta a amostra. A terceira seção apresenta os instrumentos de pesquisa e coleta de dados e a quarta e última seção, apresenta os procedimentos para análise dos dados.

O terceiro capítulo apresenta a análise e discussão dos resultados da pesquisa para o Grande ABC, descrevendo os programas e projetos existentes nos municípios pesquisados, seguido das considerações finais.

Concluimos este trabalho afirmando que os levantamentos obtidos nesta pesquisa podem ser úteis para a gestão pública municipal e regional na definição de novas estratégias para a elaboração de políticas públicas municipais ou regionais que ofereçam programas de qualificação profissional para trabalhadores empregados ou desempregados.

1.1. Objetivo Principal

Esta pesquisa teve como objetivo principal, identificar e descrever os programas para a qualificação profissional de trabalhadores empregados e desempregados, criados por políticas públicas municipais no Grande ABC no de 2001 a 2014.

De modo que a seguinte pergunta orienta o presente trabalho:

Quais são os programas de qualificação profissional, existentes no Grande ABC, destinados à formação de trabalhadores empregados e desempregados e quais as suas características?

1.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos deste estudo são identificar e descrever as características dos programas ofertados, categorizando de acordo com as iniciativas através das variáveis:

- 1) Existência de política pública municipal
- 2) Como são definidas as estratégias de qualificação profissional
- 3) Aporte financeiro destinado aos programas
- 4) Apoio institucional para a oferta de programas
- 5) Quais as Iniciativas municipal ou regional existentes
- 6) Tipo de gestão: municipal ou regional
- 7) Abrangência dos programas: federal, estadual ou municipal
- 8) Estrutura física existente para a oferta dos programas
- 9) Integração entre atores públicos e privados
- 10) Área de atendimento dos programas
- 11) Cursos oferecidos

Os municípios do Grande ABC pertencem à Região Metropolitana de São Paulo e apresentam características de região industrial. Essa característica trouxe grande desenvolvimento para a região tanto no segmento econômico como social e influenciou o desenvolvimento do mercado de trabalho.

Atualmente o Grande ABC insere-se no quadro da globalização e desperta mudanças na sua estrutura econômica, sendo clara a necessidade de um volume

maior de trabalhadores qualificados profissionalmente para atender a demanda de trabalho qualificado, especialmente no setor de serviços, contribuindo assim para o seu desenvolvimento econômico e social.

1.3. Justificativa

A motivação para a escolha do tema vem da experiência profissional da autora que atua como professora do ensino técnico profissionalizante no município de São Caetano do Sul, no Grande ABC. Esta experiência trouxe curiosidades acerca de programas de qualificação profissional de trabalhadores, já que muitos dos alunos que buscavam uma colocação no mercado de trabalho durante o curso técnico e que não tinham recursos financeiros para qualificar-se, dependiam de formação gratuita e muitas vezes não conseguiam uma colocação por falta da qualificação profissional exigida pelas empresas. Esse fato foi um dos principais motivos que despertou o interesse de identificar programas de qualificação profissional existentes no Grande ABC e verificar suas características.

Vale notar que diversas pesquisas e estudos recentes apontam para a necessidade de trabalhadores qualificados profissionalmente para atender as exigências dos avanços tecnológicos observados no mercado de trabalho, o que pode demonstrar a necessidade de criação de políticas públicas de qualificação profissional, adequadas e direcionadas para atender essas exigências.

1.4. Delimitação do Estudo e da Pesquisa

Esta pesquisa identificou os programas de qualificação profissional, oferecidos através de políticas públicas municipais no Grande ABC, nos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra no período de 2001 a 2014.

A literatura e documentos disponíveis sobre os programas de qualificação profissional encontram-se dispersos ou inexistem em alguns municípios pesquisados, em virtude da troca de gestões municipais ou por falta de divulgação e apresentou muitas dificuldades para a obtenção de informações precisas e completas, podendo retratar a falta de avaliação e impacto dos programas ofertados pelos municípios no período pesquisado.

2. Referencial Teórico

Para compreender a relevância e o papel das políticas de qualificação profissional no Grande ABC a discussão dos grupos de questões a seguir, foi central para este trabalho, sendo elas: Desenvolvimento Econômico, Região e Regionalidade, Políticas Públicas e a partir da compreensão destes conceitos, este estudo procurou apresentar os conceitos teóricos sobre iniciativas locais e regionais de promoção do Desenvolvimento, Mercado de Trabalho e Qualificação Profissional. De tal forma que o presente capítulo é subdividido em sete seções. A primeira delas apresenta uma breve discussão sobre a consolidação do Desenvolvimento como um objetivo a ser perseguido pelo Estado, a partir de uma síntese das discussões teóricas associadas ao tema e um breve panorama de trajetória brasileira de promoção do Desenvolvimento Econômico. A segunda seção apresenta um conjunto de discussões sobre Região e Regionalidade, de modo a elucidar as características coletivas de promoção do Desenvolvimento Econômico no Grande ABC.

Já a terceira seção localiza o modo como as Políticas Públicas são compreendidas neste trabalho, para então, na quarta seção, apresentar a fundamentação teórica sobre Iniciativas de Desenvolvimento Local/Regional como premissa para a criação de recursos que possam elucidar possibilidades para o mercado de trabalho e criação de empregos. A quinta seção apresenta um panorama do Mercado de Trabalho brasileiro e das Políticas Públicas de Emprego e Renda da última década. A sexta seção aborda a origem da qualificação profissional no Brasil e os conceitos teóricos. Por fim, a última sessão apresenta as considerações finais deste capítulo.

2.1. Desenvolvimento Econômico

Muitas definições permeiam o termo desenvolvimento. Segundo Siedenberg (2008) o conceito de desenvolvimento apresenta um cunho antropológico e teológico que se refere a um processo de revelação gradual, semelhante ao broto de uma flor que desabrocha aos poucos, o desenrolar de algo envolto, algo presente, mas ainda encoberto.

Filosoficamente o desenvolvimento passou a significar movimento, processo, mudança e libertação (SIEDENBERG, 2008). O termo desenvolvimento ainda pode

ser empregado em várias dimensões como: humanidade, economia, países, sociedades entre outras.

Já a teoria do desenvolvimento na ciência econômica explica numa visão macroeconômica, as causas e mecanismos do aumento da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e se utiliza o produto social (SIEDENBERG, 2008). De acordo com Furtado (1961):

“Do ponto de vista da economia clássica, o aumento da produtividade do trabalho e suas repercussões na distribuição e utilização do produto social constituem o problema central da teoria do desenvolvimento”.

O termo desenvolvimento em sua dimensão socioeconômica ocidental capitalista surgiu a partir de um discurso de Harry Spencer Truman, então presidente dos Estados Unidos da América no ano de 1949 que difundiu um paradigma mundial, declarando indiretamente a maior parte do mundo como “subdesenvolvida” ao anunciar um pacote de ajuda técnica, administrativa, econômica e militar dos E.U.A. para os países menos desenvolvidos da África, Ásia e América Latina, ficando conhecido como Ponto Quatro por tratar-se do quarto tópico do discurso (DONOVAN, 1977, *apud* SIEDENBERG, 2008).

Após a Segunda Guerra Mundial, no período de 1945-48, Truman foi um precursor do paradigma do desenvolvimento ao prever diversas formas de auxílio para a reconstrução e o desenvolvimento da Europa Ocidental. É a partir desse período que as discussões teóricas em torno do desenvolvimento socioeconômico assumem lugar de destaque na academia, nos meios políticos e na mídia.

Anterior ao período de 1950, outras teorias ocupavam destaque nas ciências sociais, através de economistas como Karl Marx, Adam Smith e David Ricardo contribuindo para a integração do conhecimento e a desagregação de posições ideológicas relativamente imprecisas:

“Enfim, devemos considerar que em torno do conceito de desenvolvimento socioeconômico, [...] uma forte tendência natural para indicar um contexto relativamente impreciso, aproximado, indefinido, ambíguo e que permite as mais diversas interpretações” (SIEDENBERG, 2008).

Do ponto de vista da economia clássica, o problema central da teoria do desenvolvimento era constituído pelo aumento da produtividade do trabalho e na distribuição e utilização do produto social. Os clássicos da primeira metade do

século XIX, seguindo Furtado (1961), classificavam os “elementos de produção” em três grupos: terra, capital e trabalho, atribuindo a este último a origem de todo “valor”, resultando o produto social da quantidade de trabalho realizado e que não podia ser modificado pela ação de sindicatos ou governo, porém a capacidade de emprego era uma função da acumulação de capital em função do “fundo de salários” que vinha a ser o capital circulante disponível como a chave de uma teoria do crescimento.

Para Adam Smith, o progresso econômico parecia ser um fenômeno natural e que ocorria em quase todas as nações, sem integrar-se à ciência econômica, embora em seus estudos, refira-se à acumulação de capital sem perceber as relações com o progresso técnico e o aumento da produtividade. Já os argumentos econômicos da teoria valor-trabalho, no modelo capitalista de Marx, que perduraram quase um século como objeto de controvérsia, defendiam que o capital tende a crescer mais que a oferta de mão de obra e que o avanço da técnica era um fator que poderia ser mais significativo do que a acumulação de capital, o que poderia causar um crescente desemprego tecnológico em virtude da elasticidade da oferta de trabalho, transformando-se em instrumento para lutas ideológicas e como base para ações políticas para movimentos de reconstrução social no período atual (FURTADO, 1961).

O enfoque neoclássico no final do século passado e início deste demonstrou um esforço realizado pelos economistas para contornar as dificuldades criadas pela teoria do valor-trabalho e dar origem a teoria do equilíbrio-geral, apontando para a pretensão de utilizar de forma racional os recursos disponíveis e a necessidade de contornar as ideias do pensamento clássico. Segundo Furtado (1961) “mais do que “marginalista”, o pensamento neoclássico deve ser qualificado de “maximizador” [...] todos os agentes econômicos tendem a “maximizar” ou a “otimizar” a sua posição [...] inerente ao pensamento neoclássico, manifestou-se em sua plenitude na chamada “economia do bem-estar”, cuja crítica e liquidação se prolongam até o presente”.

A teoria do empresário aparece como um complemento da teoria do equilíbrio geral, onde o empresário seria fenômeno de todas as organizações sociais e o motor do progresso econômico na introdução de “inovações” no processo produtivo, por vezes facilitado pelo sistema de crédito para o financiamento de novos empreendimentos resultando em uma acumulação de capital. Furtado (1961), cita a

percepção de Schumpeter com relação à importância do progresso tecnológico como fator dinâmico da economia capitalista, porém a teoria está longe de uma explicação satisfatória do processo de desenvolvimento econômico, embora seja mais uma teoria do lucro do que uma explicação de progresso econômico, por isolar o empresário do mundo em que este vive. Complementa que o processo de acumulação de capital obtido pela aquisição de novas técnicas, nem sempre significa elevação de produtividade e conseqüentemente “desenvolvimento”.

Em meados de 1960, Furtado (1961), estudioso das Teorias do Crescimento Econômico, preocupado com os problemas dos países subdesenvolvidos, aprofunda-se na teoria do subdesenvolvimento, a qual este estudo procurou destacar pela importância desses conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico. Na análise dos princípios teóricos e relevância das doutrinas clássica, marxista e keynesiana para explicar os problemas dos países em desenvolvimento, de maneira bastante cética, mostra em seus estudos que a utilidade dessas teorias não condiz com os estudos sobre o subdesenvolvimento e que o mesmo merece interpretação teórica própria. Dessa forma, firmou as bases de sua teoria do subdesenvolvimento econômico, perseguindo o mesmo objetivo: “encontrar caminhos de acesso à inteligência dos problemas específicos do subdesenvolvimento econômico” como uma conformação estrutural que tende a reproduzir-se, pois tinha em uma primeira análise, uma forte tendência a privilegiar o lado da demanda na análise do processo de desenvolvimento e em uma segunda análise, pretendeu estabelecer a ligação entre o perfil da demanda, a tecnologia (e o coeficiente de capital implícito) e a repartição de renda.

Cardoso e Faletto (1984) insistiram nas variações no modo de relacionamento das economias dos países periféricos com as economias desenvolvidas e mostraram a criação de teias de relações políticas e de interesses que uniam o desenvolvimento e o subdesenvolvimento e que os mesmos moldavam formas distintas de desenvolvimento político e social em cada região e que as situações de dependência que eram vistas como iguais e submetidas à “lógica do capital” apresentavam pontos de identidade desiguais dentro de suas trajetórias, mostrando as primeiras caracterizações da “globalização”, acrescentando à perspectiva econômica uma perspectiva sociológica para explicar o desenvolvimento econômico composto também por uma trama de relações sociais, para explicar a transição das sociedades tradicionais para as sociedades modernas, com o objetivo de explicar os

processos econômicos enquanto processos sociais e concluem que as situações com possibilidades de crescimento econômico só se completa quando o nível econômico e o nível social têm suas determinações recíprocas nos planos interno e externo.

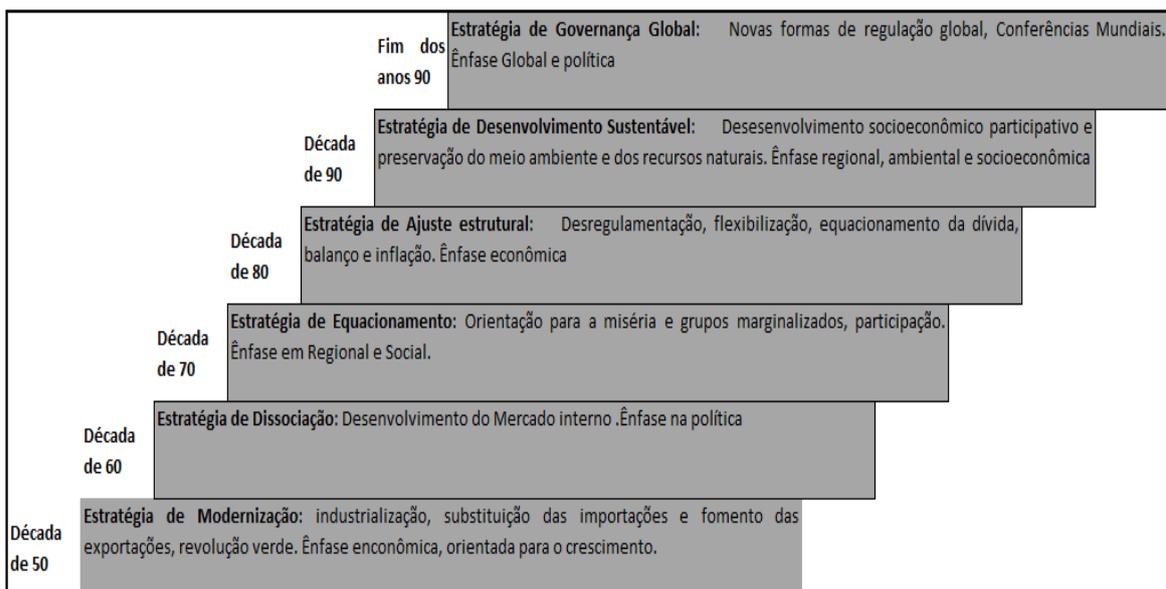
A partir da década de 70, surge a “globalização” que caracteriza as diferentes dimensões de caráter mundial, no que diz respeito a processos econômicos, financeiros, ambientais, políticos, sociais e culturais, porém com alcance nacional e regional, mostrando-se como um processo assimétrico e de difícil governabilidade. Segundo Bourdieu (1998):

“um mito no sentido forte do termo, um discurso poderoso, uma “ideia-força”, uma ideia que tem força social, que realiza a crença. É a arma principal das lutas contra as conquistas do Welfare State...”

Nem todos os países ou regiões adotaram as diversas estratégias de desenvolvimento sugeridas por esse novo paradigma em virtude das diferentes dinâmicas regionais, locais e socioeconômicas. Porém fica evidente a insatisfação dos resultados quando observada a criação seguida de novas estratégias (BOURDIEU, 1998).

Uma síntese do conteúdo dos movimentos de desenvolvimento nas últimas décadas pode ser observado na figura 1 a seguir.

Figura 1 - Síntese dos principais paradigmas de desenvolvimento após 1950.



Fonte: Coy (1998, *apud* SIEDENBERG, 2008). Adaptado pela autora.

No Brasil, entre as décadas de 1930 a 1980, aconteceu a estruturação incompleta do mercado de trabalho, com o crescimento desorganizado nas áreas urbanas brasileiras e a homogeneização das ocupações baseadas nas empresas de natureza capitalistas, na administração pública e nas empresas estatais, com empregos assalariados e regularizados (POCHMANN, 2006 apud FILGUEIRAS, 2011).

Durante os anos 1960 e 1970, sob a ditadura militar, predominou a visão mercantilista e clássica. Durante o período de 1967 a 1973, o país viveu o chamado “milagre econômico brasileiro”, com taxas altas de crescimento econômico. Entre o ano de 1974 a 1980, com taxas mais baixas de crescimento, mas condicionados ao desenvolvimento e indícios de uma recessão econômica, observou-se uma alteração da taxa de inflação, o que sugeria uma instabilidade econômica. Já nos anos de 1990, o Plano Real tentou controlar a inflação pela via das privatizações e a diminuição das funções do Estado, com alta da taxa de juros e variação cambial. A partir do ano de 2003, o País retomou o crescimento econômico e definiu políticas distributivas, tentando recuperar a plenitude da ação do Estado e iniciou a formulação de políticas indutoras da atividade econômica. Nas preocupações sobre o desenvolvimento, o País se concentraria em três dimensões: a) geração de empregos formais; b) educação (incluindo qualificação profissional) e c) inovação para enfrentamento da crise mundial superados no última década (CONCEIÇÃO et al 2010).

De acordo com Conceição *et al* (2010), após o insucesso de consolidação das três primeiras estratégias, a crise da década de 1980 trouxe o endividamento público, exigindo uma reorientação das políticas de desenvolvimento e muitos países procuraram se reestabilizar através de privatizações, abertura gradual da economia, liberalização de mercados, cortes no subsídios públicos e o aumento dos custos sociais.

Diante desse cenário de heterogeneidade do mercado de trabalho e com o viês recessivo da política econômica, surgiram mecanismos públicos de emprego combinando políticas passivas como o seguro-desemprego e políticas ativas como a intermediação e a (re)qualificação profissional (AZEREDO, 1998).

De acordo com Azeredo (1998) na década de 80, surge um novo paradigma de desenvolvimento, com a estratégia de desenvolvimento sustentável em virtude da crescente poluição e devastação ambiental. Após a década de 90 outras

implementações aconteceram criando diretrizes mundiais de desenvolvimento: o paradigma da governança global na tentativa de uma regulação internacional através de sucessivas conferências mundiais como: Rodada Uruguai (1986) – negociações internacionais, criação da OMC (1995) – Organização Mundial do Comércio, Conferências Mundiais como: ECO-92, Direitos Humanos (Viena, 1993), População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), Desenvolvimento Sustentável (Copenhague, 1995), da Mulher (Pequim, 1995) e sobre Alimentação (Roma, 1997).

A partir de 1980 até os anos 1990, prevaleceu o movimento de reestruturação de forma heterogênea, ocorrendo uma precarização das ocupações e o enfraquecimento do estatuto do trabalho, em consequência de políticas macroeconômicas de reinserção internacional como a terceirização de mão de obra, baixa qualidade dos postos de trabalho e a estagnação dos rendimentos dos trabalhadores e a redução da força de trabalho protegida pela legislação. A partir dos anos 1990, o Brasil foi introduzido no paradigma da globalização, sob uma política de estabilização monetária, adotando uma política de liberalização e privatização da economia, surgindo uma pressão sobre a flexibilização da legislação trabalhista quanto aos modelos de organização sindical e de negociação coletiva (OLIVEIRA, 2007).

Com o impeachment de Collor, o governo lançou um debate nacional sobre o futuro das relações de trabalho e a possibilidade de um contrato coletivo nacional. Em 1993, o Fórum Nacional sobre Contrato Coletivo e relações do Trabalho, representado por trabalhadores, empresários e sociedade civil, realizou debates em várias regiões do país, delineando três posições: a) “reforma global” do sistema de relações de trabalho posicionada pela CUT – Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical e o Pensamento Nacional das Bases Empresariais – PNBE, amparados na conformidade das convenções da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que era a “democratização do trabalho”, o que significava um regime de liberdade e autonomia sindical e de uma legislação de sustento à organização sindical e à negociação coletiva, baseados nas lutas sociais e políticas que marcaram os anos 80 e na Constituição de 1988; b) os defensores de uma “desregulamentação” representada por entidades empresariais que imperavam pela produtividade e competitividade e que defendiam a redução dos custos do trabalho através da prevalência do negociado e não do legislado; c) os defensores de uma “reforma parcial” representada por entidades empresariais e de trabalhadores em

defesa da unicidade sindical, contribuições compulsórias, poder normativo da Justiça do Trabalho, dos juízes classistas e do sistema confederativo e da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. As recomendações resultantes do Fórum não foram encaminhadas e no governo Fernando Henrique o debate público foi suspenso, vigorando as medidas unilaterais e as conversações em separado com seus interlocutores preferenciais. Impôs-se crescentemente, a posição pró-desregulamentação (OLIVEIRA, 2007).

Em 1994, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o MTE reconhece que a política de estabilização apoiada na abertura econômica e na estratégia cambial, impacta negativamente no mercado de trabalho, desencadeando o desemprego e aumentando o grau de informalidade acarretando uma diminuição na renda real dos trabalhadores, sinalizando o problema do emprego como uma questão social. Oliveira (2007), considera que a reversão desse quadro passa pela “retomada sustentável do crescimento econômico, resultado de uma mudança da política econômica, como da realização das reformas necessárias para o desenvolvimento do país”.

Com a retomada do crescimento econômico e de investimentos produtivos no Brasil a partir da primeira década de 2000 e que demonstraram uma elevação na ordem de 5% ao ano, observou-se uma reação positiva no mercado de trabalho com o aumento de postos de trabalho, redução da precarização e das taxas de desemprego advindos da política de valorização do salário mínimo, da fiscalização sobre a legislação trabalhista, negociações sindicais e principalmente de políticas na área social e do trabalho implantadas pelo governo brasileiro (OLIVEIRA, 2007).

Em 2008, a crise econômica global interrompeu o período de desenvolvimento econômico da América Latina e do Caribe baseado em um crescimento e que se deu em virtude da expansão econômica internacional no período entre 2003 e 2007. Entenda-se “crise” por um lado do modelo industrial, altamente dependente do uso de energia fóssil que ameaça a sustentabilidade global num futuro, diante do aquecimento global, e por outro, a crise do padrão de globalização, em que o crescente poder, a autonomia e a desregulamentação da economia financeira, em relação a economia real, produz elevada volatilidade e tende a produzir uma maior concentração de riqueza e renda (CEPAL, 2010. Cap.I).

A CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, em seu relatório do encontro ocorrido em 30 de maio de 2010, em Brasília, destaca os

impactos da crise da primeira década de 2000, da pós-crise e aponta algumas proposições para o desenvolvimento e seus limites. Nesse relatório, cita que a crise financeira originou-se em virtude de profundos desequilíbrios globais; níveis de liquidez internacional muito elevados, associados a políticas monetárias de acomodação, regulados de formada inadequada pelo processo de globalização e inovação financeira, resultado do desmantelamento das regras criadas pelo sistema financeiro logo após a crise de 1929. A retração da atividade econômica mundial no período de 2008-2009 pode ser observada pela redução do PIB de países desenvolvidos e em desenvolvimento, acompanhado por um aumento da taxa de desemprego a nível global de 5,7% em 2007 e 6,6% em 2009, equivalente a 34 milhões de desempregados no mesmo período (OIT, 2010 apud CEPAL 2010), acompanhada de uma massiva destruição da riqueza financeira mundial acompanhada de forte retração do crédito nas economias desenvolvidas, fonte importante de financiamento externo para as economias em desenvolvimento.

No segundo semestre de 2009, observou-se na economia mundial sinais positivos em relação à produção industrial e das exportações em recuperação e o aumento do nível de atividade global do comércio internacional, impulsionando a demanda por produtos básicos significando melhoria de preços e termos de troca para o período de 2010. O relatório da CEPAL (2010), sugeriu que a região da América Latina e o Caribe deveriam recuperar os níveis de atividade, reduzir ao mínimo as sequelas sociais da crise e garantir o desenvolvimento futuro, reduzindo a heterogeneidade estrutural e orientar-se a uma convergência em níveis de produtividade que permitisse superar os problemas seculares de desigualdade social.

O novo cenário mundial tem, como premissa, o valor da igualdade com “equidade” e sugere uma agenda nacional para o fim das disparidades que existem na região, não só as de distribuição de renda, mas também as que acontecem em matéria de educação, produtividade, proteção social por razões de raça e etnia, gênero e territorialidade. Para este estudo é importante ressaltar as disparidades no âmbito da produtividade onde são percebidas no bem-estar e na autorrealização no trabalho. O nível sócioeconômico de origem e o nível educacional marcam os destinos profissionais de baixa ou alta produtividade, o que pressupõe as disparidades de renda, acesso a redes sociais, de reconhecimento coletivo aos

esforços próprios e de qualidade de vida cotidiana. Essas são as ideias da CEPAL (2010) no contexto de desenvolvimento sócioeconômico mundial.

2.2. Região e Regionalidade

Alguns teóricos discutem os conceitos de região, regionalismo e regionalidade, entre eles, Gil, Garcia e Klink (2003), que destacam a definição de novos enfoques teóricos sobre esses conceitos. Esses estudos têm exigido um cuidadoso olhar sobre os locais, mais propriamente sobre as cidades e regiões. O termo “região” é utilizado para designar uma determinada porção de superfície terrestre que, por algum critério pode ser reconhecida como distinta de outra, enquanto, para os cientistas sociais, pode ser entendida como uma dimensão espacial. Dentro dessa visão, a região torna-se um ponto estratégico de desenvolvimento como o local mais adequado para a produção dos insumos e serviços especializados, requeridos pelas empresas globais.

A necessidade dos estudos regionais possibilitou a combinação dos diversos conceitos sobre região a partir do século XIX, separando a ciência natural, humana e geográfica. Assim, o objetivo essencial do estudo de Geografia passou a ser a região, o espaço, com características físicas e socioculturais homogêneas, fruto de uma história que teceu relações que enraizaram os homens ao território e que particularizou este espaço, fazendo-o distinto dos espaços contíguos conforme Lencioni (1999 *apud* GIL, GARCIA E KLINK, 2003).

A partir dessas acepções nas distintas visões desenvolvidas do ponto de vista teórico e metodológico, podemos identificar como os conceitos foram se alterando no decorrer do tempo a partir do final do século XIX. Com o surgimento das novas acepções, trazidas por Gilbert (1988 *apud* GIL, GARCIA E KLINK, 2003) sobre o conceito de região baseado na “nova geografia regional”, a partir das três últimas décadas do século XX, podemos identificar que o Grande ABC passou pelas três acepções: organização espacial, cenário de interação social e perceptual.

A tabela 1 e a tabela 2 apresentadas a seguir, representam os três conceitos para região, estabelecidos entre os geógrafos, de acordo com Corrêa (1997 *apud* GIL, GARCIA E KLINK, 2003), no final do século XIX.

.Tabela 1 - Acepções de região estabelecidas entre os geógrafos

1ª acepção Região Natural (Final Século XIX até 1970)	2ª acepção Região Cultural (Década de 1920)	3ª acepção Região com propósitos específicos (a partir da década de 1950)
Porção de superfície terrestre, combinação de elementos da natureza, traduzido em paisagem natural. Importante para explicar diferenças no desenvolvimento econômico e social. Conceito insuficiente para esclarecer a evolução econômica e social mais recente.	Resultado de um longo processo de transformação da paisagem natural em paisagem cultural. Os espaços e os padrões sociais vinculam-se com os processos sociais, culturais e naturais, mas não são entendidos como determinantes de processos sociais. O social e o espacial são entendidos como constituintes ao mesmo tempo	Várias bases empíricas. A região passou a ser considerada a partir de propósitos específicos. Identificação de regiões climáticas, regiões industriais, regiões nodais. A região natural e cultural passa a constituir as múltiplas possibilidades de se recortar o espaço terrestre.

Fonte: CORRÊA (1997 *apud* GIL, GARCIA E KLINK, 2003). Adaptado pelo autor.

Tabela 2 - Novas concepções sobre região na “Nova Geografia Regional” (Gilbert, 1988).

1ª acepção Organização Espacial	2ª acepção Cenário para interação social	3ª acepção Perceptual
Processos sociais associados ao modo de produção capitalista e que concentram uma base política. Comum entre os geógrafos que adotam um ponto de vista marxista e enfatizam a regionalização da divisão social do trabalho, da acumulação capitalista, da reprodução da força-de-trabalho e dos processos políticos e ideológicos.	Desempenha papel fundamental na produção e reprodução de relações sociais. Essa abordagem emerge do fato e do espaço através de construtos sociais e culturais. O espaço vincula-se com os processos sociais, culturais e naturais. O social e o espacial são entendidos como constituintes e produtos ao mesmo tempo.	Enfatiza a cultura como ponto de partida. Concentração em problemas como identificação regional e identidades regionais. Conjunto de relações entre um grupo específico e um lugar específico. Apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo. Construto que reflete sentimentos e atitudes sobre as áreas e a região é subjetivo daquela área.

Fonte: CORRÊA (1997 *apud* GIL, GARCIA E KLINK, 2003). Adaptado pelo autor.

Uma iniciativa que caracteriza esse conceito é o Consórcio Intermunicipal Grande ABC que reúne os sete municípios para o planejamento, a articulação e ações de caráter regional, mantido com recursos deles de acordo com suas receitas orçamentárias e também com recursos das esferas federal e estadual, bem como de organismos internacionais, com o objetivo de executar os projetos regionais oriundos dos Grupos de Trabalho existentes no Consórcio (CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC, 2012).

Essa iniciativa do Grande ABC demonstra a urgência de uma integração regional para alavancar novos processos de desenvolvimento econômico e social e, principalmente, para enfrentar a abertura do mercado externo, exigências do sistema capitalista, inovações tecnológicas e transformações setoriais. Nesse âmbito, essas ações podem ser caracterizadas como regionalismo.

Segundo Gil, Garcia e Klink (2003): “O regionalismo também pode ser definido como o uso político da identidade regional ou como a identificação consciente, cultural, política e sentimental que grandes grupos de pessoas desenvolvem com o espaço regional”.

Klink (2000 *apud* PITERI, 2006) aponta que a tendência do nível local se reafirmar como ator relevante no processo de reestruturação produtiva e territorial na escala mundial, vem crescentemente, sendo analisada em termos de um Novo Regionalismo, que ainda não apresenta quadro teórico totalmente consolidado, por uma série de dúvidas dentro dos conceitos da economia clássica, pois essa reestruturação econômica tende a favorecer mais o capital em detrimento dos fatores de produção e do trabalho e que as cidades-região seriam plataformas privilegiadas para disputar mercados globais, aproveitando-se assim de uma série de vantagens de aglomeração.

No novo regionalismo as cidades passam a desempenhar um novo papel como atores num cenário internacional que cabia aos estados nacionais exigindo a participação ativa dos governos urbanos e dos principais agentes de desenvolvimento local através de associações, inserção em redes, informação, conhecimento e participação global para a prática da coesão regional, tornando-se local estratégico para o desenvolvimento econômico e social e constituindo-se assim em “cidade-região”.

Segundo Klink (2001):

“A cidade-região enfrentaria, portanto, o desafio de elaborar novas formas de participação e democracia local, buscando uma redefinição da identidade local e da cidadania”.

Outro conceito que tem se destacado é o de regionalidade, que pode ser entendido como o conjunto de propriedades e circunstâncias econômicas e históricas, como uma espécie de consciência coletiva que une os habitantes em torno de sua cultura, sentimentos e problemas, possibilitando um esforço solidário para o seu desenvolvimento (VAINER, 1995).

O regionalismo tradicional foi questionado por Vainer (1995), indagando acerca das razões e das formas de constituição de movimentos populares que acionam identidades e pautas regionalistas e os aspectos que aproximam e diferenciam o velho regionalismo conservador do novo regionalismo ou neoregionalismo. Destaca o desafio das ciências sociais em desvendar os múltiplos rebatimentos dos padrões emergentes de produção e circulação do capital sobre a vida social, como é o caso das barragens e hidroelétricas existentes no Brasil.

Novos padrões são acompanhados de uma profunda reestruturação territorial e de uma atribuição de novos significados às múltiplas escalas territoriais, impondo a tarefa de identificar novos movimentos e conflitos regionais que expressam essas transformações (VAINER, 1995).

Em Bourdieu (1989, p.118), a região é o princípio de integração e de superação das dificuldades regionais e deve existir uma política de ‘regionalização’ e ‘movimentos regionalistas’ que a caracterizem.

Segundo Pozenato (2003), estes três termos podem ser confundidos. O conceito de regionalismo pode ser identificado como uma espécie particular de relações de regionalidade como aquelas em que o objetivo é o de criar um espaço simbólico, com base no critério de exclusão e o conceito de regionalidade pode ser utilizado para identificar e descrever todas as relações do fato literário com uma dada região e enfatiza:

“Com os canais de comunicação hoje existentes e disponíveis, as ideias de centro e de fronteiras perdem cada vez mais o seu sentido. Assim, a própria tecnologia das comunicações nos obriga a pensar a região de acordo com novos parâmetros. Ela deixa de parecer um espaço isolado entre fronteiras e dependente de um

centro, para se tornar apenas um complexo de relações inserido numa rede sem fronteiras (POZZENATO, 2003).”

Segundo Castells (1999), idealizador da teoria do espaço dos fluxos, os locais, que ora atribuímos às cidades do Grande ABC, ganhou uma dimensão inédita por conta da economia global, pela troca de informação e comunicação cultural em que o espaço já não é significativo, pois as relações vão acontecendo em uma sociedade em rede, criando as condições de relacionamentos através da virtualidade, multiplicando e ampliando o espaço de consumo e produção dos setores da economia e a difusão de culturas distintas que vão além das regulamentações nacionais ou internacionais, cedendo espaço para organizações de poder das elites gerenciais dominantes que nem sempre são compostas por lideranças formais.

Nesse contexto, a criação de políticas públicas de qualificação profissional com o objetivo de preparação do profissional para atuar no mercado de trabalho, parece não depender apenas da sua região e do sentimento de regionalidade, mas, de uma formação com base em novas tecnologias, adquirindo assim conhecimento para participar desse mercado globalizado. A teoria do espaço de fluxos prediz uma reorganização espacial relacionada aos sistemas de produção econômico-político-sociais, e as cidades representariam plataformas de desenvolvimento econômico e promoção da inclusão social mediante a geração de empregos e renda.

2.3. Políticas Públicas

De acordo como Secchi (2013), o ano de 1951 marcou o estabelecimento da área de estudos de políticas públicas. O livro de David Truman, *The governmental process* (1951), foi pioneiro sobre grupos de interesses, suas estruturas e as técnicas de influência.

Trevisan e Bellen (2008) afirmam que no final do Século XX, com o aprofundamento da crise do “bem-estar social”, com as convulsões econômicas, sociais e políticas enfrentadas, junto com o movimento da nova administração pública, o Estado é fortemente questionado em suas funções quanto na real eficácia de suas ações interventoras na realidade social e compreendem que o sucesso e o fracasso das políticas públicas são fundamentais para um melhor desempenho da administração pública.

Antes as políticas públicas eram consideradas como resultados do sistema político e justificavam a concentração dos investigadores nas demandas e articulações de interesse, fazendo com que a análise de políticas públicas fosse reconhecida como uma subárea da ciência política, antes dos estudos recaírem nos processos de formação de políticas públicas (FARIA 2003 apud TREVISAN E BELLEN, 2008).

Pode-se considerar, como política pública, ações que visam à resolução de problemas públicos concretos em setores que necessitam intervenção e que têm o objetivo de garantir o acesso efetivo da população aos direitos constitucionais que, muitas vezes, são exercidos apenas pelos cidadãos que dispõem de mais recursos. Uma política pública deve ser pensada a partir do diagnóstico dos problemas que demandam intervenção governamental. O diagnóstico representa uma leitura da realidade, ou seja, a compreensão e a sistematização dos problemas e necessidades das famílias, assim como o conhecimento de suas características culturais e socioeconômicas (SECCHI, 2013).

A garantia dos mínimos sociais por parte do Estado, viabilizada por políticas públicas, especialmente por transferências condicionadas de renda, é hoje uma ação consolidada, fundamental e necessária em países marcados por desigualdades econômicas profundas, como o Brasil (SECCHI, 2013).

Para Heidmann e Salm (2010), a política é a “alocação oficial de valores para toda a sociedade”, entendida como ações, práticas, diretrizes políticas, fundadas em leis e empreendidas como funções de Estado por um governo para resolver questões gerais e específicas da sociedade sistematizando o “fato político básico”, com o objetivo de exercer uma presença mais prática e direta na sociedade, por meio do planejamento, que pode ser de alcance geral ou “horizontal” como política econômica ou como as de impacto “setorial” como exemplo, a política de saúde. É essencial ao conceito de política que contenha meta, objetivo ou propósito e implementação.

Na década de 1980, em virtude da transição democrática, a análise de políticas públicas experimentou uma expansão. Segundo Melo (1999) apud Trevisan e Bellen (2008), são três os motivos: 1) deslocamento na agenda pública que em 1970 se estruturou em torno de questões referentes ao modelo brasileiro de desenvolvimento limitando-se aos impactos redistributivos da ação governamental e ao tipo de racionalidade que conduzia o projeto de modernização conservadora do

regime ditatorial e que após esse período transformou-se em questões de arranjo institucional os temas como descentralização, participação, transparência e redefinição do conjunto público-privado nas políticas; 2) constatou-se que os obstáculos à consecução de políticas sociais efetivas continuaram existindo, fortalecendo os estudos sobre políticas com um maior interesse sobre a efetividade da ação pública; 3) a difusão internacional da ideia de reforma do Estado passa a ser o princípio organizador da agenda pública dos anos 1980-90 o que provocou um aumento nos estudos de políticas públicas.

Segundo Secchi (2013), o processo de elaboração de políticas públicas também é conhecido como ciclo de políticas públicas, que é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes e apresenta sete fases principais: 1) identificação do problema; 2) formação da agenda; 3) formulação de alternativas; 4) tomada de decisão; 5) implementação; 6) avaliação; 7) extinção. Os ciclos conceituais na dimensão das políticas públicas segundo Secchi (2013) compreendem quatro fases: a) decisões políticas para resolver problemas sociais previamente analisados; b) implementação das ações; c) satisfação das demandas; d) avaliação da continuidade, aperfeiçoamento, reformulação ou descontinuidade.

Uma política pública recebe influências de diversos atores no decorrer do seu ciclo. Pode ser liderada por algum ator específico ou ainda uma gama de atores. Os atores são indivíduos, grupos ou organizações que desempenham um papel na arena política e podem ser individuais, como exemplo os políticos, ou coletivos, como exemplo os grupos de interesse como sindicatos, colegiados profissionais, associações comerciais, etc. Os meios de comunicação, também chamados às vezes de “o quarto poder”, também têm um papel importante no entendimento dos problemas públicos, pois são formadores de opinião, articulistas e editores que criam um consenso em torno de questões por meio do uso de argumentos políticos, econômicos, ambientais, etc. (SECCHI, 2013).

A tipologia das políticas públicas é utilizada para capturar a essência do conteúdo ou formas de classificar os conteúdos, atores, os estilos, as instituições e pode ser definido como um esquema de interpretação e análise de um fenômeno baseado em variáveis e categorias analíticas dentro de um processo de política pública. Uma variável é um aspecto discernível de um objeto de estudo que varia em qualidade ou quantidade. Uma categoria analítica é um subconjunto de um sistema

classificatório usado para identificar variações de uma variável, em quantidade ou qualidade (SECCHI, 2013).

A tipologia de Lowi (1964 apud Secchi, 2013), baseia-se no critério de “impacto esperado na sociedade e dentro desse critério, existem quatro tipos de políticas públicas: i) regulatórias, que se desenvolvem dentro de uma dinâmica pluralista e para serem aprovadas dependem da relação de forças dos atores e interesses presentes na sociedade, como por exemplo, da proibição de fumo em locais fechados; ii) distributivas, que geram benefícios concentrados para alguns grupos de atores e custos difusos para toda a coletividade, como por exemplo, subsídios, incentivos, etc.; iii) redistributivas, que concedem benefícios concentrados a algumas categorias de atores e concentram custos sobre outras categorias de atores, como exemplo, cotas raciais para universidades; iv) constitutivas que definem competências, jurisdições, regras da disputa política e da elaboração de políticas públicas, como exemplo, partidos políticos. Ainda segundo Secchi (2013):

“As políticas públicas geralmente agregam características de dois ou mais tipos de políticas, por exemplo, as políticas de contratação e as relações trabalhistas, que possuem elementos regulatórios e redistributivos”.

As políticas públicas para estudos setoriais são justificadas pelo compartilhamento transversal de características político-administrativas e surgem de forma semelhante. Nas políticas públicas com traços comuns, os atores políticos comportam-se de maneira semelhante e os seus conteúdos podem ser analiticamente reduzidos a poucas categorias gerais (SECCHI, 2013).

A política pública inclui dois elementos-chave que são a ação e a intenção e é de ordem descritiva quando existe uma conformidade com o que se pode observar na prática. Segundo Dye (2005 apud Heidmann e Salm, 2010), “é tudo o que os governos decidem fazer ou deixar de fazer”, destacando que a inação também pode ser caracterizada como uma política de natureza negativa, pela falta de ação em relação a uma questão ou ainda inação como fato objetivo. Para análise de uma política pública é necessário conhecer os processos que a criaram e definir a sua natureza.

Os estudos de análise política podem ser classificados em duas grandes categorias: a) descritiva, quando tem o objetivo de desenvolver conhecimentos

sobre o processo de elaboração de políticas, como formulação, implementação e avaliação em si mesmo, através de estudos sobre as características e o processo de elaboração das políticas; b) prescritiva ou propositiva, quando a análise tem o objetivo de apoiar os formuladores de política, agregando conhecimento ao processo de elaboração de políticas, envolvendo-se diretamente na tomada de decisões (HAM e HILL, 1993).

Os estudos recentes relativos às Políticas Públicas apontam para a descentralização como forma de torna-las mais eficientes e eficazes. Devem ser desenvolvidas pelo ente federativo que se encontra mais próximo dos cidadãos, ou seja, os municípios. Caberia neste caso, ao Governo Federal estabelecer princípios e diretrizes que devem ser seguidos pelos municípios, sendo de cada cidade a responsabilidade em operacionalizá-los (SEBRAE, 2008).

Ainda de acordo com o Sebrae (2008), as políticas públicas municipais necessitam de recursos financeiros, planejamento de longo prazo e que os atores políticos definam o melhor caminho para alcançá-lo. O processo de planejamento de longo prazo necessita do auxílio dos servidores públicos e de setores da sociedade civil organizada que é o público alvo. Essa forma de construção garante maior aceitabilidade das ações governamentais.

2.4. Iniciativas de Desenvolvimento Local-Regional

Para discorrer sobre desenvolvimento local-regional, este estudo buscou a definição de alguns conceitos complementares para os termos de “região”, “regionalidade” e “regionalismo”, incluindo, no referencial teórico o termo “território”, seguindo o que propõe o geógrafo Milton Santos, numa visão global da realidade nacional e mundial, sendo o “território” um aspecto integrador para a compreensão da dinâmica territorial do desenvolvimento (DALLABRIDA e BECKER, 2008).

As dinâmicas do desenvolvimento local/regional, não podem ser comparadas com base teórica em uma única ciência, pela sua amplitude e sua heterogeneidade e diversidade, principalmente pelo seu enfoque geográfico e socioeconômico. Numa visão global da realidade nacional e mundial, para entender o desenvolvimento local/regional é necessário analisar um dos seus aspectos mais integradores que é o “território”, como propõe o geógrafo Milton Santos (DALLABRIDA e BECKER, 2008).

Alguns conceitos, já explicitados anteriormente são necessários neste contexto para significar o termo “local” como um subespaço do espaço total, com dimensão e especificidades sociais em uma totalidade espacial e temporal e não apenas geográfico. Segundo Llorens (2001), o termo “local” pode ser caracterizado como “território”:

“(…) a partir da perspectiva do desenvolvimento local e regional, interessa-nos basicamente outro conceito diferente, qual seja, o de “território”, que compreende a heterogeneidade e a complexidade do mundo real, suas características ambientais específicas, os atores sociais e sua mobilização em torno das diversas estratégias e projetos e a existência e o acesso aos recursos estratégicos para o desenvolvimento”.

Segundo Llorens (2001), o desenvolvimento local/regional torna-se um processo capaz de estimular as potencialidades e contribuir para a superação dos desafios a ele impostos e tem como premissa a apropriação do espaço, a territorialização, mediante as suas características e heterogeneidades, apresentando aspectos críticos como a implantação de grandes infraestruturas, os fluxos e redes de transporte e comunicação, logística da circulação e o deslocamento de populações, ocupação e desocupação dos espaços, o trabalho e os modos de vida, projetos locais submetidos a decisões globais e interesse público “versus” apropriação privada.

Segundo Daniel (2003), a economia urbana de uma cidade, após atingir certo tamanho, passa a apresentar efeitos úteis – vantagens econômicas – associados à aglomeração urbana, que se traduz em proximidade espacial de atividades e pessoas, definida como economias de aglomeração e, a partir desse efeito, passam a manifestar determinadas desvantagens econômicas que são denominadas “deseconomias de aglomeração”, ambas envolvendo custos e benefícios. Na economia de aglomeração, observa-se redução de custos de transportes e comunicação, fruto da proximidade espacial e criação de benefícios como porte de mercado, oferta de mão de obra em qualidade e quantidade ou melhoria de qualidade de vida. Nas deseconomias, além de anular certos benefícios - a exemplo da qualidade de vida – incluem a escassez de terrenos, a elevação de seus preços, congestionamentos, poluição, enchentes, etc.

O Brasil atualmente é formado por 5.673 entes federativos, considerando a União, 26 Estados, Distrito Federal e 5.565 municípios, que apresentam características ímpares e com perfis e pesos políticos distintos, que buscam um pacto político-administrativo que, conforme sugere Aspásia Camargo (apud Abrucio et al, 2010), só poderá ser construído em etapas e o diálogo federativo deverá atravessar muitos anos de nossa história democrática.

As Regiões Metropolitanas (RMs) foram criadas durante o regime militar pela Lei Complementar nº 14/1973 e dava à União o poder de criar tais áreas sem a participação dos estados e municípios, seguindo o modelo centralizador e autoritário que até então vigorava (Abrucio, 1998). Desde a década de 50 já havia uma reflexão institucional de alguns intelectuais, políticos e burocratas pressionando pela construção de uma governança metropolitana que desse uma maior autonomia aos governos subnacionais. O tema metropolitano foi retomado após a crise do final da década de 80 (ABRUCIO et al 2010).

Em meados dos anos de 1990, durante o governo Sarney até o final do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2002, o governo federal abandonou a temática metropolitana, sendo retomada na gestão do presidente Lula com a criação do Ministério das Cidades e com o desempenho da Secretaria de Assuntos Federativos, ganhando força com a criação do PAC – Plano de Aceleração do Crescimento (ABRUCIO et al 2010). Em 2010, o País já tinha 32 regiões metropolitanas, demonstrando que a ampliação se deve à capacidade de articulação e de governança metropolitana para resolver problemas de ação coletiva, cooperação e coordenação através de ações inovadoras como implantação de arranjos sociais e institucionais.

Segundo Abrucio et al. (2010), cinco fatores explicam o crescimento das RMs:

- a) utilização como instrumento de desenvolvimento regional pelos governos estaduais em parceria com municípios envolvidos;
- b) maior percepção e pressão social acerca do problema das metrópoles e o caos que reina nelas;
- c) o aprendizado institucional da federação brasileira, que tem levado a uma postura em prol de maior cooperação entre os municípios metropolitanos, os governos estaduais e a União;
- d) sucesso e disseminação de experiências de governança metropolitana;
- e) casos bem sucedidos têm influenciado o debate e a governança de outras localidades, como, por exemplo, os casos de Belo Horizonte e Recife, onde a parceria entre os governadores com os prefeitos locais favoreceu um redesenho

metropolitano bem sucedido e a experiência inovadora do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, que demonstram as experiências de governança metropolitana.

A necessidade da governança metropolitana surge em virtude da descentralização, com a produção de resultados positivos ao País, conferindo inovações administrativas no plano local, redução da ineficiência gerada pela centralização e por uma maior democratização no nível municipal, em prol de uma visão mais cooperativa e de instrumentos de intervenção nacional por parte do governo federal, estabelecendo estratégias de cooperação e coordenação intergovernamental, bem como resultados negativos de competição predatória, como a guerra fiscal entre os estados e municípios, diminuindo a força das ações estratégicas de alguns governos (ABRUCIO et al, 2010).

Como citado acima, a descentralização trouxe a necessidade de governança metropolitana e, ao mesmo tempo, atribuiu autonomia aos municípios impondo responsabilidades com o objetivo de desenvolvimento regional. Segundo Becker (2008), devemos entender o desenvolvimento regional como:

“um processo de transferências econômicas, sociais e políticas [...] cuja dinâmica é “de dentro e por iniciativa própria” dos agentes locais, manifesta nas “mudanças estruturais ou qualitativas” que um desenvolvimento regional sofre a partir de “alterações endógenas” e “em escala cada vez maior”. O desenvolvimento local é a aparência singular, elementar e individualizada da complexa trama/rede de determinações e relações que organizam e dinamizam o desenvolvimento contemporâneo”.

A colaboração federativa dá origem a um sistema federativo, que presume a coordenação e a cooperação intergovernamental através de instrumentos cooperativos como as políticas públicas e regionalização dos serviços, influenciando a articulação entre os níveis de governo como também o consorciamento dos entes federativos, agregando a ação entre municípios, através de consórcios intermunicipais, como é o caso do setor de Saúde e Educação (DALLABRIDA e BECKER, 2008).

O consorciamento enquanto instrumento de colaboração federativa, significa a união ou associação de dois ou mais entes da mesma natureza, preservando a decisão e a autonomia dos governos locais, não admitindo subordinação hierárquica a um dos parceiros ou à entidade administradora. Outra definição é dada pelo IBAM (1992 apud ABRUCIO et al, 2010):

“O consórcio intermunicipal é uma cooperação (pacto), entre dois ou mais municípios que se comprometam a executar, em conjunto, um determinado empreendimento. Trata-se, portanto, de uma modalidade de acordo firmada entre entidades de mesma natureza. Esta forma de associação permite aos governos municipais assegurar a prestação de serviços às suas populações”.

Nas últimas duas décadas os países desenvolvidos e em desenvolvimento vêm passando por uma mudança estrutural e uma reestruturação tecnológica organizacional, afetando as formas de produção, organização e gestão empresarial em escala mundial, sinalizando transformações produtivas e necessidade de aglomerar-se devido à abertura do mercado externo, porém é necessário observar que cada economia exige ações de acordo com a especificidade de seu território (FURTADO, 1961).

Arranjos produtivos locais parecem constituir uma forma interessante de estabelecer parcerias. Na Europa e em outras partes do mundo, o tema da parceria social na qualificação profissional e técnica, é parte integrante de debates, pesquisas e políticas (FURTADO, 1961).

Como observado na análise do desenvolvimento econômico e social, as últimas décadas trouxeram uma transformação nas atividades econômicas com relação à produção de bens e consumo devido à globalização; abertura do mercado externo e principalmente sobre o propósito da sustentabilidade. Novos atores foram inseridos na responsabilidade das ações para o desenvolvimento, através da autonomia regional e local.

2.5. Mercado de Trabalho e Políticas Públicas de Emprego e Renda

Para embasar a discussão sobre qualificação profissional o presente capítulo apresenta um conjunto de discussões sobre políticas públicas de emprego e renda e sobre o mercado de trabalho com ênfase na recente experiência brasileira, e é organizado em três seções.

A primeira seção é subdividida em dois espaços, o primeiro apresenta um conjunto de conceitos e questões sobre as políticas de emprego e renda e sobre o

mercado de trabalho. A segunda subseção apresenta as principais políticas de emprego e renda brasileiras, e um panorama atual das condições do mercado de trabalho no país.

Em seguida, a segunda seção analisou a relevância da qualificação profissional para elevar as possibilidades de emprego e renda dos trabalhadores e ampliar as possibilidades técnicas e tecnológicas, contribuindo para o Desenvolvimento Econômico do país. Assim como, apresenta um breve histórico das políticas de qualificação profissional no Brasil.

Por fim, a terceira seção encerra o capítulo com as considerações finais.

2.5.1. Conceitos e Questões Sobre Políticas de Emprego e Mercado de Trabalho

As políticas de emprego sempre foram marcadas por uma imprecisão conceitual e pelo debate político (Barbosa e Moretto, 1998; Dedecca et al. 2007 apud Oliveira, 2009). Ganham maior importância nas primeiras décadas do século XX, sob um contexto de desemprego em massa. Após a Segunda Guerra Mundial, sob fortes taxas de crescimento econômico ganharam maior relevância, onde predominou os compromissos nacionais do pleno emprego, através de ações de assistência ao desempregado, constituição de serviços públicos de emprego, intermediação de mão-obra, informações e estatísticas sobre o mercado de trabalho e ações de qualificação profissional (OLIVEIRA, 2009).

Segundo Oliveira (2009):

“Todas as políticas públicas econômicas (macroeconômica, agrícola, industrial) e sociais (educação, saúde, previdência, habitação, assistência social) têm sempre importantes repercussões sobre a dinâmica do mercado de trabalho. Algumas delas, entretanto, orientam-se mais diretamente para tal fim: é onde se situam as políticas de emprego propriamente ditas”.

A articulação entre as dimensões econômicas e sociais apresentam uma rápida transformação do mundo do trabalho com o advento da globalização, reestruturação produtiva, reforma nas legislações trabalhistas e nossos sistemas de negociação coletiva, destacando os recursos humanos como tema central para as estratégias inclusivas de crescimento através do acesso a melhores empregos e

renda, aumento da produtividade e competitividade e criação de novos postos de trabalho. As políticas de melhoria da escolaridade e da qualificação profissional têm influência tanto no crescimento econômico quanto na inclusão social (CEPAL/PNUD/OIT, 2008).

As políticas de emprego podem ser concebidas em sintonia com as políticas econômicas quando orientadas para a busca do pleno emprego e integradas às políticas sociais, quando alcançam um caráter mais amplo e abrangente, a exemplo da Previdência Social, como também podem se restringir a ações isoladas nas áreas do seguro-desemprego, da intermediação de mão de obra, da qualificação profissional etc., podendo articular-se com as políticas de regulação das relações de trabalho que tratam da legislação trabalhista e da estrutura de representação e negociação sindical. Podem ser classificadas como: i) ativas, quando atuam sobre a oferta de emprego e trabalho, intermediação de mão de obra e da qualificação profissional, ou com atuação na demanda através de fomento ao microcrédito, incentivo ao trabalho autônomo, a criação de frentes de trabalho, a criação de emprego no setor público e os subsídios públicos à contratação privada; ii) passivas, destinadas a compensar temporariamente através da assistência financeira, a perda do emprego: seguro desemprego, programas de assistência, redução do tempo de aposentadoria, manutenção de jovens no sistema escolar, redução da jornada de trabalho, fomento à migração (Azeredo, 1998; Thuy et al., 2001; Ortega et al., 2006 apud Oliveira 2009).

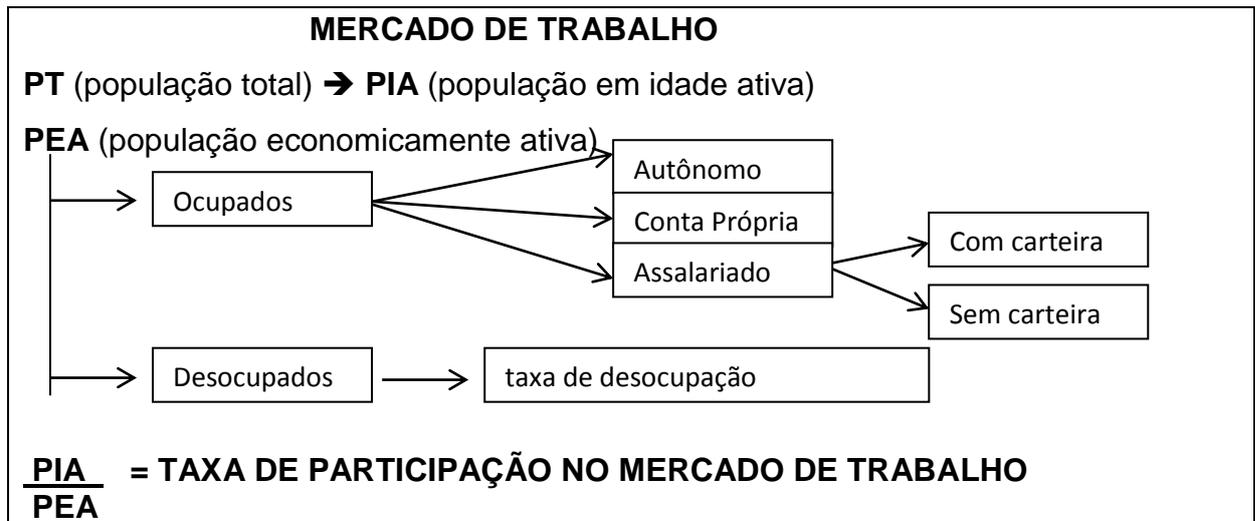
A experiência internacional sugere que o crescimento econômico sustentado é importante para o sucesso no combate às desigualdades e a maneira como a riqueza é criada e distribuída e que influencia na construção de sociedades mais prósperas e justas. Diante desse ponto de vista, a questão do trabalho, como elo articulador entre crescimento e desenvolvimento humano é fundamental. Estimular segmentos com alta capacidade de geração de empregos de qualidade deve ser uma prioridade das políticas públicas (CEPAL/PNUD/OIT, 2008).

A Convenção 88 da OIT de 1948 já propunha a adoção de serviços públicos e gratuitos de emprego organizados como sistemas nacionais, compostos de escritórios descentralizados territorial e administrativamente, sob a coordenação de um órgão central, dotados de controle social, através da constituição de comissões tripartites com representações de governos, trabalhadores e empregadores (AZEREDO, 1998).

Recentemente, o relatório da Cepal/Pnud/OIT (2008), sugere que para elevar o potencial de criação de postos de trabalho de qualidade, é importante adotar políticas a fim de estimular o investimento e elevar a produtividade em três níveis: i) macroeconômico que assegurem estabilidade de preços e fiscal e elevem as taxas de crescimento; ii) mesoeconômico que visa melhorar a competitividade da economia e o clima para investimento, através de desenvolvimento de arranjos produtivos locais, infraestrutura produtiva, eficiência do sistema financeiro para apoio a produção, desenvolvimento do mercado de capitais, fortalecimento do setor de serviços para absorver maior quantidade de mão-de-obra; estímulo às exportações e desenvolvimento de um entorno favorável à criação de mais e melhores empresas; iii) microeconômico com políticas que incidem sobre a rentabilidade, a produtividade das empresas e a qualidade de vida dos trabalhadores através de melhoria do acesso e da qualidade da educação, aperfeiçoamento dos serviços de emprego e das políticas ativas de mercado de trabalho, qualificação profissional, programas de geração de emprego e renda e intermediação de trabalho, fortalecimento das micro e pequenas empresas e de empreendedores, fortalecimento das negociações coletivas e modernização das relações entre capital e trabalho, acesso às inovações.

O mercado de trabalho precisa abarcar elementos fundamentais como condições adequadas de mobilidade social, remuneração, jornada de trabalho, permanência no emprego, direitos trabalhistas, contratos e organização sindical, para absorver a população economicamente ativa (PEA) e ainda estabelecer condições de proteção aos desempregados e aposentados. A PEA é uma denominação do mercado de trabalho, para demonstrar estatisticamente a quantidade de ocupados e desocupados no Brasil, servindo como denominador para a obtenção da taxa de participação de trabalhadores no mercado de trabalho, conforme demonstra a Figura 2 a seguir.

Figura 2 - Denominações do Mercado de Trabalho



Fonte: Site Internet: DIEESE (2013) – Adaptado e elaborado pela autora.

Esses elementos fundamentais dependem de decisões e políticas públicas e nesse sentido quatro dimensões relevantes devem ser consideradas: i) opção democrática por valores que regem um padrão de desenvolvimento através de contratos sociais que sejam legítimos, estáveis e que reconheçam as autoridades; ii) estímulo, através de políticas industriais e tecnológicas, à difusão de um paradigma produtivo que conduza a aumentos crescentes e sustentáveis de produtividade; iii) adoção de um regime macroeconômico, adequado às decisões de investimento produtivo e consumo público e privado; e iv) marco regulatório e institucional consistente com as orientações das políticas públicas selecionadas (CEPAL, 2010).

De acordo com uma pesquisa do Instituto de Pesquisa e Estudos Socioeconômicos (INPES), da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) setembro de 2013, com base na análise sugerida pelo IDF-GABC (Índice de Desenvolvimento das Famílias do Grande ABC), o mercado de trabalho com grande oferta de vagas não é uma regra de bem estar socioeconômico. A remuneração média influencia outros fatores que contribuem para que as famílias vivam bem e com qualidade (PREARO, 2013).

Segundo observação de Prearo (2013), a qualidade de trabalho é determinada pela presença de empregos formais nos municípios e a baixa qualidade da remuneração se torna fator multiplicador para outros aspectos que refletem na condição socioeconômica. O índice baixo de qualidade de remuneração também demonstra pobreza, menor capacidade de geração de renda e a probabilidade de

que os salários serão suficientes somente para os gastos básicos, influenciando também as condições habitacionais em virtude das baixas remunerações.

2.5.2. Políticas de Emprego e Renda e o Mercado de Trabalho no Brasil

Como apoio ao sistema de emprego, o Brasil gerou políticas públicas voltadas a amparar o trabalhador desocupado, ofertando apoio financeiro através do seguro desemprego, intermediação de mão de obra e programas de qualificação profissional. Entre essas políticas públicas estão: FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, criado em 1967; Seguro Desemprego criado em 1986, Serviço de intermediação de mão de obra, criado em 1976; SINE – Sistema Nacional de Emprego, criado em 1975 pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, que foi criado para possibilitar a inserção e a reinserção do trabalhador no mercado de trabalho através de intermediação, qualificação e divulgação de informações para a geração de trabalho e renda (MTE, 2003).

A criação do SINE nos anos de 1970 pode ser considerada o início da formação de um sistema público de emprego no Brasil. Com fundamento na Constituição de 1988, foi criado e regulamentado o FAT – Fundo de Apoio ao Trabalhador no final da década de 1980 e início de 1990. Essa ação significou um grande avanço institucional para o sistema público de emprego, que passou a contar com recursos constitucionais específicos para o financiamento de suas ações, que além de qualificar os trabalhadores, financiam programas de geração de emprego e renda através de linhas de crédito com condições especiais. Em 1994 foi criado o Programa de Geração de Emprego e Renda no setor urbano (PROGER Urbano), expandindo as políticas ativas de geração de emprego e renda, absorvendo recursos do FAT. Entre 1995 e 2005, foram criados 13 programas ou políticas ativas de geração de emprego e renda por meio de linhas de crédito especiais, como um conjunto considerável de iniciativas em nível federal, estadual e municipal, com o objetivo de melhorar a escolaridade, a formação profissional e a inserção dos jovens no mercado de trabalho (CEPAL/PNUD/OIT, 2008).

O mercado de trabalho no Brasil está sob a competência do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) e participa como questão primordial em organizações internacionais como: Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ONU), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a

Organização Internacional do Trabalho (OIT), com o objetivo de ampliar a igualdade social e reduzir as disparidades existentes em sociedades estruturalmente heterogêneas (CEPAL, 2010). O MTE tem como apoio, indicadores socioeconômicos para o desenvolvimento de estratégias e ações, através da cooperação de instituições como o DIEESE, SEADE e de informações internas como o CAGED e a RAIS.

A partir do Decreto nº 3129, de 9 de agosto, o Ministério do Trabalho e Emprego passou a ter uma estrutura organizacional composta por Gabinete do Ministro, Secretaria Executiva, Consultoria Jurídica, Corregedoria, Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, Secretaria de Relações do Trabalho, Delegacias Regionais do Trabalho, Conselho Nacional do Trabalho, Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Conselho Nacional de Imigração, Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho – CAGED e a RAIS.

Em 2003 o Decreto nº 4.764, de 24 de junho, estruturou a Secretaria Nacional de Economia Solidária e foi instituído o Fórum Nacional do Trabalho em 29 de julho pelo Decreto nº 4.796. Em 2004, através de uma nova estrutura, foi criada a Ouvidoria Geral e o Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude. Em 2008, com a alteração da nomenclatura das Delegacias Regionais do Trabalho para Superintendências Regionais do Trabalho, passaram a ter competência pela execução, supervisão e monitoramento de todas as ações relacionadas às políticas públicas relacionadas ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2003).

O referencial teórico utilizado para descrever o perfil atual do mercado de trabalho no Brasil foi embasado, entre outros, no Livro “Situação do Mercado de Trabalho no Brasil na primeira década de 2000” publicado em 2012, pelo DIEESE, com a colaboração do Governo do Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Políticas Públicas de Emprego e do FAT e com informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo IBGE em 2010, que retrata a população brasileira, segundo suas características e regiões, com a finalidade de demonstrar a situação nesse período. Esta pesquisa baseou-se nos fatos ocorridos entre 2001 e 2012 para a análise do mercado de trabalho no Brasil e na pesquisa 1ª Análise, elaborada pelo SEADE, publicada em 2013, para o período

entre os anos de 2003 e 2012, com base na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), com enfoque para a Região Metropolitana de São Paulo, destacando-se os dados para a sub-região Sudeste que caracteriza o Grande ABC.

Segundo o DIEESE (2012), as perguntas que orientaram a produção do livro “Situação do Mercado de Trabalho no Brasil na primeira década de 2000” foram: qual é a situação dos trabalhadores brasileiros? O que lhes aconteceu após uma década de mudanças na economia brasileira com impactos positivos sobre o mercado de trabalho? Foram essas questões que levaram o autor a destacar os dados apresentados.

O mercado de trabalho no Brasil foi marcado por uma desestruturação na última década do século XX, pela elevação das taxas de desemprego a patamares nunca antes vistos no país e pelo crescimento significativo das formas mais precárias de inserção no mercado de trabalho. A desestruturação decorreu de uma série de razões; os motivos que mais se destacam são: baixas taxas médias de crescimento, abertura comercial e financeira desregulada, forte crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), perda da importância do emprego industrial, reestruturação produtiva, privatizações, terceirização de atividades e queda da taxa de investimento total, com destaque para o investimento público. No ano 2000, a *renda per capita* havia crescido menos de 10% na comparação com 1990 e o lento crescimento da economia significou queda da renda do trabalho, estagnação do mercado consumidor e taxas crescentes de desemprego durante a maior parte da década de 1990 (DIEESE, 2012).

Em seus estudos, o Dieese, atribuiu à década de 2000 a 2009, como a “Década da formalização do trabalho” no Brasil, demonstrando a correlação entre crescimento do PIB e expansão dos empregos, conforme demonstrado na Tabela 3 a seguir.

Tabela 3 - Evolução do crescimento da Economia Brasileira – 2000 a 2009

Ano	Taxa	Fato relevante
2001	1,3%	Baixo crescimento da Economia
2002	2,7%	Não houve geração de empregos para atender as necessidades da força de trabalho. Assinatura do Acordo com o Fundo Monetário Internacional – FMI (PED, 2003 apud DIEESE, 2012).
2003	1,1%	Taxa média de desemprego de 20,8%, medida em cinco regiões metropolitanas e no Distrito Federal (PED, 2003 apud DIEESE, 2012).
2004	5,7%	Retomada do crescimento da Economia
2005	3,2%	Fim do Acordo com o FMI e elevação dos juros ao longo do ano.
2006	4,0%	Superávit Comercial e expansão das exportações.
2007	6,1%	Foi mantido o ritmo de crescimento da economia brasileira.
2008	5,2%	Crise internacional afetou o ciclo de crescimento recente da economia brasileira. Recessão mundial.
2009	4,6%	Retração da Economia Brasileira. Decorrência direta da maior crise do capitalismo nos últimos 80 anos.

Fonte: DIEESE (2012). Adaptado pela autora.

A correlação entre crescimento da economia e expansão do emprego não é a única determinante da geração de postos de trabalho, conforme foi observado em 2009 quando apesar da forte queda do PIB, o mercado de trabalho continuou apresentando melhorias, com continuidade no processo de formalização do emprego com a geração de quase um milhão de novos postos com carteira assinada, recuperação de renda e estabilidade das taxas de desemprego. O ritmo de crescimento possibilitou importantes avanços na reestruturação do mercado de trabalho, com elevação do ritmo de geração de empregos formais e melhoria de renda (DIEESE, 2012).

As políticas governamentais adotadas ao longo da década de 2000, como metas de inflação, política de valorização do salário mínimo, políticas de transferência de renda, expansão do crédito e as mudanças ocorridas no mundo do trabalho através da geração de empregos, formalização e aumento da renda, foram fatores que contribuíram para o crescimento econômico do Brasil (DIEESE, 2012).

Segundo o Dieese (2012), outro fator importante para o crescimento econômico e a distribuição de renda é a questão demográfica. A população brasileira na primeira década do século XXI totaliza cerca de 190,8 milhões de habitantes e cresceu a uma taxa média anual de 1,17%, segundo os resultados do

Censo Demográfico de 2010 do IBGE, apresentando um crescimento menor com relação às últimas projeções conhecidas das últimas décadas e indica uma aceleração do ritmo esperado de queda do crescimento populacional.

Tabela 4 - Distribuição da população total por regiões e sua composição segundo raça e sexo Brasil e Grandes Regiões - 2009 (em %)

Características da população	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Estimativa	191.479	15.530	53.930	80.354	27.732	13.933
Total (em %)	100,0	8,1	28,2	42,0	14,5	7,3
Cor ou raça	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Branca	48,2	23,6	28,8	56,7	78,5	41,7
Preta	6,9	4,7	8,1	7,7	3,6	6,7
Parda	44,2	71,2	62,7	34,6	17,3	50,6
Amarela	0,5	0,2	0,1	0,7	0,4	0,5
Indígena	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,4
Sem declaração	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Sexo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homem	48,7	49,8	48,7	48,3	48,8	49,0
Mulher	51,3	50,2	51,3	51,7	51,2	51,0

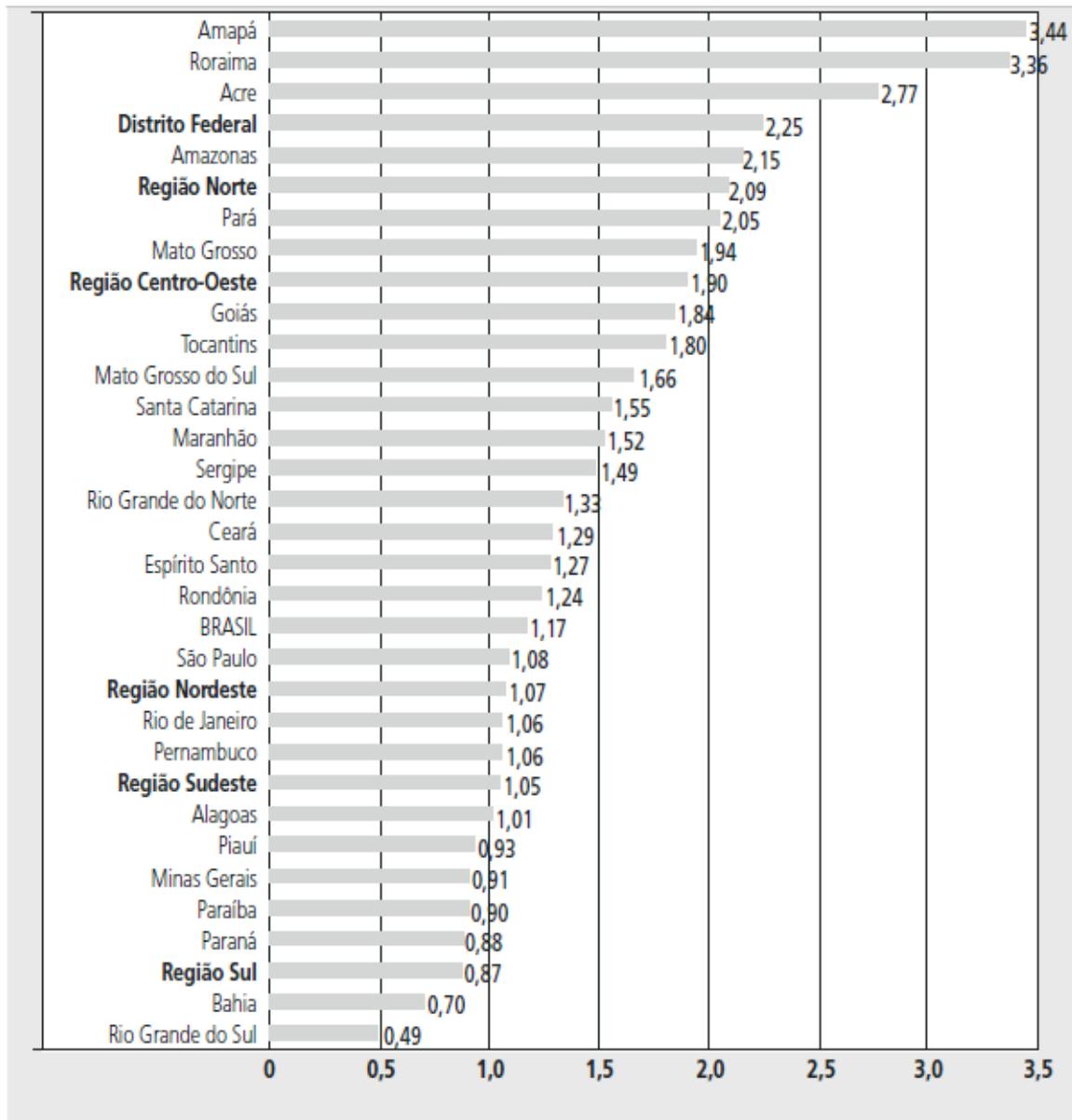
Fonte: IBGE. Phad

Elaboração: DIEESE

Obs.: População residente em domicílios particulares permanentes

As maiores concentrações de população ainda estão nas regiões Sudeste e Nordeste conforme apresentado na Tabela 4 acima. Essas regiões, e também o conjunto das 11 unidades da Federação que as integram, cresceram acima da média nacional no período intercensitário, tendo o componente migratório contribuído significativamente para este resultado, conforme apresentado a seguir, no Gráfico 1 a seguir, elaborado pelo Dieese (2012).

Gráfico 1 - Região do Grande ABC - Taxa de Desemprego - 2002 a 2013.



Fonte: IBGE. Censos Demográficos 2000-2010. Elaboração: DIEESE

O Brasil em pouco mais de 40 anos tornou-se uma oportunidade ou um bônus para o “enriquecimento”, associado ao acúmulo de riqueza que pode vir do aumento temporário na proporção de pessoas em idade ativa em relação aos grupos etários dependentes, compostos por jovens e idosos e que pode ser plenamente aproveitado, através de iniciativas que dinamizem o mercado de trabalho e garantam educação, saúde e perspectivas de aposentadoria digna para os atuais e futuros trabalhadores.

O comportamento do mercado de trabalho está diretamente relacionado à orientação da política macroeconômica do país, como observado na primeira década do século XXI no Brasil, contradizendo a ideia de que os problemas do mercado de trabalho são exclusivamente em virtude “da lei de oferta e procura de trabalho”. Nesse período, as taxas de crescimento do emprego foram muito expressivas e poucas mudanças foram observadas nas relações de trabalho, ou nos fatores internos, como a educação básica e a qualificação da força de trabalho (DIEESE, 2012).

O processo de envelhecimento populacional tem influência sobre o mercado de trabalho, na medida em que induz mudanças no ritmo de crescimento e nos tamanhos das gerações de pessoas em idades ativa e inativa. Até a década de 1970, a participação da população em idade ativa era elevada, porém constante; a população inativa idosa era quase inexpressiva e a inativa jovem correspondia a quase metade da população total.

Olhando para o mercado de trabalho à luz dessas transformações, percebe-se que o país está passando pela fase da transição demográfica na qual são observados “alguns dos mais fortes (e positivos) efeitos potenciais da estrutura etária” (CARVALHO; WONG, 2006, p.9 apud DIEESE, 2012).

O momento da história brasileira recente é propício considerando-se a oportunidade para o “enriquecimento da sociedade, pois muitas pessoas podem trabalhar e menos pessoas dependem da produção das que trabalham”. (CARVALHO E WONG (1998), QUEIROZ et al. (2006) apud DIEESE, 2012).

O excedente econômico que pode ser gerado em situações como esta, dependendo da política econômica e do modelo de desenvolvimento adotados, pode ser transformado em aumento nos níveis de poupança, investimento e produção, resultando em crescimento econômico e possibilidade de superação das desigualdades sociais.

Segundo Alves (2010 apud Dieese, 2012), a partir de 2004 as “condições demográficas, econômicas e sociais entraram em um círculo virtuoso”. O país cresceu em média 4,5% ao ano, o que teve forte impacto sobre o mercado de trabalho, com a redução das taxas de desemprego; a expansão e a interiorização do emprego assalariado com carteira assinada; o crescimento da ocupação nos setores mais estruturados da economia; a redução das ocupações informais; a recomposição do poder de compra dos salários; a redução do trabalho infantil e o

aumento da taxa de participação feminina (BALTAR et al., 2010 apud DIEESE, 2012).

O movimento de recuperação do mercado de trabalho ao longo da primeira década do século XXI foi reforçado por um conjunto de políticas públicas como: valorização do salário mínimo, o programa Bolsa Família, a política de crédito consignado em folha e a ampliação do acesso aos benefícios da Previdência e assistência social, contribuindo para o aumento do consumo interno, expansão da renda, aumento do emprego e a expansão do emprego formal com carteira assinada (DIEESE, 2012).

Após a mais alta de taxa de desemprego no ano de 2003 os indicadores de emprego e desemprego passaram a apresentar melhora significativa na última década, com exceção do ano de 2008 em virtude da crise financeira internacional, demonstrando um saldo positivo do aumento da ocupação que foi acima do crescimento da população economicamente ativa, resultando em um declínio da taxa de desemprego; aumento das taxas de formalização do emprego e uma relativa recuperação do emprego industrial. Segundo o Dieese (2012), o mercado de trabalho a partir de 2003 apresentou uma nova dinâmica com redução da taxa de desemprego, observando que a população com menor escolaridade ainda é maior, se comparada às pessoas com maior grau de escolaridade.

Tabela 5 - Características das famílias Brasil e Regiões - 2009 (em %)

Características da população	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Rendimento médio mensal familiar (em R\$ set/09) ⁽¹⁾	1.984	1.539	1.322	2.295	2.315	2.339
Número médio de pessoas por família	3,1	3,4	3,2	3,0	2,9	3,0
Número médio de filhos por família ⁽²⁾	1,3	1,2	1,7	1,1	1,2	1,2
Taxa de dependência econômica (nº de dependentes por trabalhador)	1,07	1,26	1,22	1,03	0,88	0,99

Fonte: IBGE. Pnad. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Exclui o rendimento de agregados, empregado doméstico e parente do empregado doméstico. Valores de setembro de 2009

(2) Famílias com filhos, segundo número médio de filhos vivos

Obs.: População residente em domicílios particulares permanentes

Com relação aos rendimentos dos trabalhadores brasileiros, ao longo dos anos 2000, houve uma recuperação nos rendimentos em decorrência do ritmo de crescimento da economia. Entre 1999 e 2009, a Pnad indica o crescimento de 15%

do rendimento médio real mensal familiar no Brasil. Conforme demonstra a análise do Dieese (2012) conforme demonstra a tabela 5 acima:

Com relação aos rendimentos médios das famílias, ainda se mantém a situação de grande disparidade em termos regionais, apesar de muitas mudanças observadas ao longo da década, como destaca o Dieese (2012):

“Contudo, a remuneração média dos trabalhadores brasileiros continua baixa, o que indica predominância de ocupações cujas atividades econômicas não requerem elevada escolarização ou qualificação dos trabalhadores. Os dados da RAIS mostram que as cinco famílias ocupacionais com maior participação no estoque são: agentes, assistentes e auxiliares administrativos, operadores do comércio em lojas e mercados, trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações, ajudantes de obras civis e alimentadores de linha de produção” (DIEESE, CAP.IV, 2013).

A Tabela 6 a seguir, demonstra a disparidade do rendimento médio mensal das regiões metropolitanas no estudo do Dieese (2012):

Tabela 6 - Rendimento mensal médio e por quartis Regiões Metropolitanas – 1999 e 2009 (em R\$ de nov./ 2010)

Indicadores	Belo Horizonte		Distrito Federal		Porto Alegre	
	1999	2009	1999	2009	1999	2009
25% mais pobres ganham até	536	751	643	820	669	838
50% mais pobres ganham até	1.097	1.396	1.671	1.637	1.374	1.441
25% mais ricos ganham acima de	2.113	2.671	4.084	4.262	2.573	2.511
Média	1.857	2.320	3.405	3.536	2.144	2.131

Indicadores	Recife		Salvador		São Paulo	
	1999	2009	1999	2009	1999	2009
25% mais pobres ganham até	364	487	375	489	770	776
50% mais pobres ganham até	807	757	844	995	1.623	1.449
25% mais ricos ganham acima de	1.677	1.393	1.913	2.036	3.258	2.542
Média	1.571	1.204	1.687	1.719	2.845	2.236

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Obs:(a) Inflatores utilizados: IPCA/BH/Ipead; INPC-DF/IBGE; IPC-Iepe/RS; INPC-RMR/IBGE/PE;IPC-SEVBA; ICV-DIEESE/SP

(b) O rendimento familiar corresponde ao total de rendimentos provenientes do trabalho, pensões, aposentadorias e seguro-desemprego dos membros da família (chefe, cônjuge, filho, outro parente e agregados)

Com relação às características gerais do mercado de trabalho brasileiro, segundo dados da Pnad, em 2009, a População Economicamente Ativa (PEA) brasileira – parcela da população que se encontra no mercado de trabalho na condição de ocupada ou desempregada totalizava 101 milhões de pessoas e era

predominantemente urbana: 83,5%, apenas 16,5% viviam no meio rural. Em relação à faixa etária, 8,1% da população ocupada no Brasil, em 2009, tinha até 19 anos, 1,4% correspondia à parcela de pessoas ocupadas em idade igual ou inferior ao limite legal para o exercício do trabalho. Com idade entre 20 e 29 anos, estão 25% da população brasileira ocupada, enquanto em torno de 67% tinham 30 anos ou mais. Apenas 6,9% da população ocupada no Brasil têm 60 anos ou mais, conforme demonstra a tabela 7 a seguir.

Tabela 7 - Distribuição dos ocupados por sexo, faixa etária e faixas de anos de estudo Brasil e Grandes Regiões – 2009 (em %).

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Sexo – Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homem	57,4	59,8	59,2	56,5	55,8	57,3
Mulher	42,6	40,2	40,8	43,5	44,2	42,7
Faixa etária – Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 14 anos	1,4	2,1	2,4	0,7	1,1	1,2
15 a 17 anos	3,1	3,6	3,9	2,4	3,4	3,3
18 a 19 anos	3,6	3,9	3,5	3,4	4,0	3,6
20 a 24 anos	11,9	12,5	12,5	11,7	11,2	12,0
25 a 29 anos	13,4	14,7	13,4	13,4	12,6	13,6
30 a 39 anos	24,7	26,4	24,4	24,8	23,2	26,3
40 a 59 anos	35,2	31,1	32,4	37,2	36,9	33,7
60 anos ou mais	6,9	5,8	7,5	6,5	7,6	6,3
Anos de estudo – Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução e menos de 1 ano	7,7	9,2	15,4	4,4	4,0	6,3
1 a 3 anos	9,1	12,1	13,4	6,7	7,3	8,8
4 a 7 anos	23,2	24,2	24,1	21,4	26,0	24,0
8 a 10 anos	16,5	16,6	14,2	17,1	18,6	16,9
11 a 14 anos	32,5	30,4	26,3	37,0	32,2	31,7
15 anos ou mais	10,7	7,2	6,3	13,3	11,7	12,1
Não determinados	0,2	0,3	0,2	0,1	0,2	0,1

Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Obs.: População residente em domicílios particulares permanentes

De acordo com a distribuição ocupacional, a maioria (58,6%) encontrava-se na posição de empregados, inserção que correspondia a 65,1% no Sudeste e 49,3% no Nordeste (Tabela 08 a seguir). A segunda forma de inserção mais relevante foi a dos que trabalham por conta própria (20,5%), os ocupados que não estão subordinados a outra pessoa, sendo proprietários de seus instrumentos de trabalho e que podem, portanto, definir sua jornada e processo de trabalho. Esses resultados, segundo o Dieese (2012), evidenciam mercados de trabalho com atividades

produtivas diferentes (atividades baseadas no assalariamento, como a indústria, na produção autônoma, como a agricultura, por exemplo), mas também com diferentes graus de estruturação, com relação à capacidade de geração de emprego e instrumentos de proteção social. A tabela 8 a seguir, apresenta a distribuição dos ocupados no ano de 2009:

Tabela 8 - Distribuição dos ocupados por posição na ocupação

Posição na ocupação no trabalho principal	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	58,6	52,6	49,3	65,1	58,5	60,1
Trabalhadores domésticos	7,8	7,2	7,2	8,4	6,8	9,1
Conta própria	20,5	25,2	24,9	17,7	19,0	19,4
Empregadores	4,3	3,7	3,1	4,4	5,8	5,0
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	4,1	4,2	7,8	1,9	3,8	3,7
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Não remunerados	4,6	7,0	7,6	2,3	5,9	2,6

Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Obs.: População residente em domicílios particulares permanentes

Segundo o Dieese (2012), entre 1999 e 2009, a parcela de empregados no trabalho principal cresceu 7,6 p.p (pontos percentuais) e mais ainda no Nordeste (9,9 p.p), apresentando uma redução da parcela de conta própria que foi reduzida em 2,9 p.p.. Essas mudanças na distribuição dos ocupados por forma de inserção podem ser entendidas no contexto de crescimento econômico e de geração de empregos, principalmente formais, que caracterizou a década. Com relação aos desocupados, em 2009, representavam cerca de 8,4 milhões de pessoas. Em todo o período estima-se a geração de aproximadamente 4,1 milhões de postos de trabalho nas seis regiões metropolitanas analisados.

Na análise do Dieese (2012), sob a perspectiva setorial, o mercado de trabalho na primeira década deste século, registrou 2,6 milhões de ocupações no setor de serviços, seguido pelo comércio, com mais de 593 mil postos de trabalho. Na indústria, houve criação de quase 400 mil postos de trabalho. A Construção Civil abriu 333 mil vagas aproximadamente e nos Serviços Domésticos foram abertas 128 mil, conforme tabela 9 a seguir.

Tabela 9 - Distribuição dos ocupados por setor de atividade Brasil e grandes regiões – 2009 (em %)

Setor de atividade no trabalho principal	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	17,0	20,2	29,6	8,8	17,5	15,0
Indústria	14,7	11,5	9,3	17,5	18,6	11,8
Construção	7,4	8,1	6,9	7,8	6,8	8,2
Comércio e reparação	17,8	19,1	17,0	17,9	17,9	18,3
Serviços	30,1	28,4	26,6	33,5	27,1	30,8
Administração pública	5,1	7,4	5,2	4,6	4,4	7,3
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas	7,9	5,3	5,4	10,0	7,6	8,6

Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Obs.: População residente em domicílios particulares permanentes

O ritmo de crescimento mostrou-se diferente para os setores, com uma maior participação do setor de Serviços. A indústria nacional apresentou uma recuperação consistente de postos de trabalho entre 1999 e 2009, decorrente da combinação de diversos fatores e de medidas adotadas na década de 1990 tanto no plano macroeconômico, quanto no microeconômico.

O período entre 2000 e 2009, segundo análise do Dieese (2012), apresentou melhora expressiva dos indicadores do mercado de trabalho, com redução do desemprego, aumento da ocupação em todos os segmentos e regiões do Brasil, geração de postos de trabalho, observados em análises da Pnad e também da PED. Porém é necessário considerar que o Brasil ainda registra altas de desemprego e de informalidade, além de significativas desigualdades regionais nas condições de inserção no mercado de trabalho.

Com relação aos setores econômicos, no início do século XXI a indústria voltou a contratar embora tenha crescido menos que o setor de comércio e serviços.

Com relação ao mercado de trabalho formal que engloba a evolução do estoque dos empregos e a qualidade dos postos gerados, o Dieese toma por base os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), divulgados anualmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A RAIS é um registro administrativo que informa a quantidade de empregos formais com carteira assinada (celetistas),

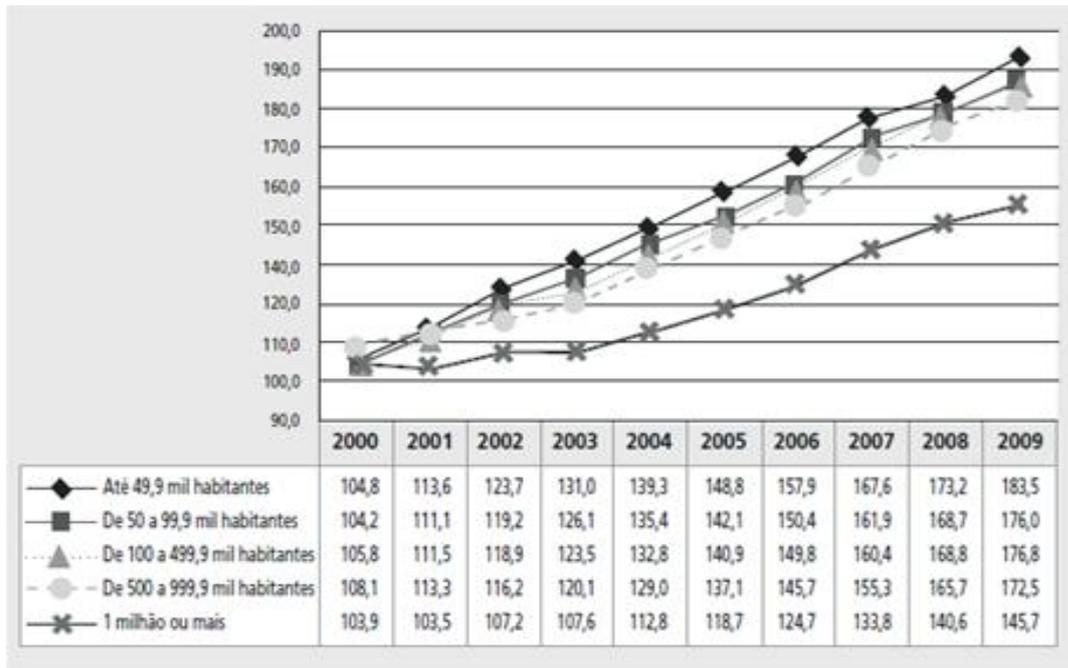
além de funcionários públicos estatutários e militares, entre outros vínculos da administração pública. A alimentação da RAIS é feita por todos os estabelecimentos empresariais do país, com ou sem vínculos de trabalhadores, que fornecem ao MTE os dados da movimentação do conjunto de empregos no ano de referência, contabilizando o total de vínculos ativos e inativos no último dia do ano e cobrem aproximadamente 97,0% do mercado de trabalho formal brasileiro, sendo um censo sobre essa população (DIEESE, 2012).

A análise desse estudo do Dieese (2012) partiu dos valores absolutos do estoque de emprego e considerou a distribuição e a variação desses números nas grandes regiões e estados, além de avaliar o comportamento do estoque de trabalhadores por faixas de tamanho dos municípios brasileiros. Com relação à qualidade dos postos de trabalho foram observados indicadores de escolaridade, tipo de admissão e de desligamento por tempo de permanência no último vínculo e a evolução da remuneração média geral e por setores de atividade econômica.

Quanto à qualidade dos postos de trabalho, com carteira assinada, proteção social, direitos trabalhistas, remuneração e proteção da “seguridade social”, a última década pode ser considerada uma das mais positivas e segundo a RAIS, em 2009, o número de empregados formais foi 64,9% acima do observado em 1999. Ainda, alguns indicadores demonstram uma relativa expressão com as recentes discussões do trabalho decente, como a escolaridade de homens e mulheres trabalhadores, as formas e exigências para admissão no emprego formal, à relação entre desligamento e tempo de permanência no emprego e ainda as diferenças de inserção – e de remuneração – entre homens e mulheres (DIEESE, 2012).

Quanto ao estoque de empregos formais, que diz respeito à trajetória de crescimento do país segundo os diferentes portes de municípios em termos populacionais, o Dieese (2012), observou uma nítida interiorização do emprego e com maior intensidade em municípios de pequeno porte. Nos municípios com até 49,9 mil habitantes, o emprego em carteira alcançou uma ampliação de 83,5% acima da média apresentada para o Brasil. Esse crescimento é superior ao observado no nível de toda federação (64,9%), em todas as faixas até 999,9 mil habitantes, conforme demonstra o Gráfico 2 a seguir:

Gráfico 2 - Índice de variação do estoque de emprego formal por município = Brasil, 1999 a 2009 (1999 = 100).



Fonte: MTE. Rais
Elaboração: DIEESE

Segundo a análise do Dieese (2012), utilizada neste estudo para referenciar o mercado de trabalho e o perfil do trabalhador no Brasil, os anos de 1990 enfrentaram uma grave crise do emprego sendo reestabelecido o crescimento do emprego formal na primeira década dos anos 2000, com um crescimento aproximado de 64,9% nos postos de trabalho formal, refletindo a taxa de crescimento médio anual de 3,6% do PIB, o grau de instrução dos trabalhadores brasileiros se elevou e o crescimento da atividade econômica observado na última década, somado à queda do desemprego e das ocupações informais, gerou um cenário positivo para elevação da remuneração do trabalho, como resultado da dinâmica do mercado e também pelo resultado de negociações das centrais sindicais, responsáveis pela valorização do salário mínimo.

No de 2001 a 2014, o mercado de trabalho brasileiro passou por grandes transformações e aponta para uma redução do desemprego. Entender esse processo no contexto territorial, sobretudo em uma realidade urbana complexa como a Região Metropolitana de São Paulo, é um importante desafio de pesquisa (SEADE-DIEESE, 1ª análise, 2013).

Segundo Maria Helena Guimarães de Castro do corpo editorial da 1ª Análise do SEADE-DIEESE (2013), os temas divulgados englobam aspectos econômicos sociais e de interesse geral, com o objetivo de auxiliar na formulação de políticas públicas e oferecer informação qualificada ao meio acadêmico e de pesquisa aplicada, por meio de abordagem analítica preliminar de temas de interesse científico ao suscitar pautas sobre questões relevantes para a sociedade.

O momento atual é de otimismo quanto às perspectivas de o país entrar em rota de desenvolvimento com inclusão social e maior igualdade de renda. Os desafios e os obstáculos ainda são grandes, mas as condições demográficas e do mercado de trabalho são muito propícias (DIEESE, 2012).

2.6. Qualificação Profissional

Segundo Azeredo (1998), os países têm despendido grande esforço para enfrentar os desafios do desemprego e a formação profissional ocupa um lugar estratégico, pois a “revolução tecnológica em curso (...) requer um trabalhador mais qualificado e polivalente, se comparado com o demandado no paradigma taylorista-fordista, e uma formação contínua, dada a rapidez das mudanças tecnológicas”. Destacam ainda que os serviços de qualificação profissional, integrados em sistemas públicos de emprego, elevam a probabilidade de o empregado encontrar uma vaga em curto prazo e mantêm sua empregabilidade enquanto permanecer desempregado.

A primeira iniciativa de qualificação profissional no Brasil de que se tem conhecimento, foi a educação profissional através da criação de escolas de aprendizes artífices na época da república em 1909. Nilo Peçanha, então presidente do Estado do Rio de Janeiro, criou cinco escolas profissionalizantes sendo: Campos, Petrópolis e Niterói no Rio de Janeiro para o ensino de ofícios manufatureiros e duas em Paraíba do Sul e Resende, para o ensino agrícola. Embora esses estabelecimentos diferissem em diversos aspectos (regime de internato ou externato, idade de ingresso, rigidez da disciplina, currículo) e todos orientados para a consecução do mesmo fim – a formação da força de trabalho industrial em termos técnicos e ideológicos (CUNHA, 2005).

O objetivo da escola de aprendizes artífices era o ensino prático industrial, agrícola e comercial, através de unidades da federação que se obrigariam a pagar a terça parte das despesas. A estrutura dos cursos dividia-se em dois segmentos: a) o ensino preparatório, que presumia a instrução primária elementar; b) o ensino técnico que proporcionava uma seção de aprendizagem através do ensino e da aplicação das técnicas. Seriam criados campos e oficinas escolares. Os primeiros estariam sediados em cada município, em número corresponde à população. Os cursos seriam ofertados nos períodos diurno e noturno e seriam variados de acordo com o segmento manufatureiro ou industrial como segue: ensino prático elementar de comércio e indústria; ensino prático e elementar de agricultura; serviço doméstico; internato de ensino prático industrial e agrícola para “menores desamparados e viciosos”; campos de experiência e demonstração; cursos industriais, agrícolas e comerciais; cursos de aprendizagem de ofícios nos quartéis e nos navios de guerra (CUNHA, 2005).

O ensino de ofícios industriais e manufatureiros era uma forma de integração do proletariado na sociedade moderna. As escolas buscaram os jovens que tivessem vocação e aptidão para os ofícios manuais. Em 1890, na mensagem inaugural enviada ao Poder Legislativo do Brasil, Marechal Manuel Deodoro da Fonseca expressou suas intenções apresentando a sua política de trabalho e objetivos com os seguintes termos:

[...] cumpre-nos voltar vistas solícitas e patrióticas para a conquista realizada, para a obra que, embora finda, há de ir recebendo [...] com o conhecimento exato das circunstâncias e das necessidades reais do País, com o aperfeiçoamento da educação popular e política das classes e dos partidos, com as expansões que forem tendo as nossas riquezas, as nossas indústrias, os retoques e as reformas indispensáveis à sua consolidação. Até ontem, a nossa missão era fundar a república; hoje o nosso supremo dever perante a pátria e o mundo é conservá-la e engrandecê-la (INEP, 1987 apud KUNZE, 2009).

No final da década de 1920 o governo federal, através do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, criou e instalou em cada capital brasileira uma Escola de Aprendizes Artífices, que além do ensino de ofícios, tinha como objetivo o ensino de especialidades industriais de acordo com a economia de cada Estado, proporcionando assim, aos ociosos e desprovidos de fortuna, uma profissão, um ofício, para formar os futuros operários úteis às indústrias nascentes. A necessidade

de profissionais qualificados para empreendimentos manufatureiros já era percebida desde os meados de 1840 (CUNHA, 2005).

Ao analisar a iniciativa do governo federal nas primeiras décadas de 1900, observa-se que a educação do povo, o controle social e a preocupação com especialização de profissionais para as indústrias, já eram prioridades de primeira instância e que deveriam se desenvolver para acompanhar a expansão e a modernização do país. A formação profissional foi entendida como um incentivo ao trabalho e geração de profissionais especializados para a força de trabalho nas indústrias, possibilitando melhores oportunidades e condições de vida para os seus cidadãos. Segundo Cunha (2000), em 1907 o Brasil já contava com 3.258 indústrias, sendo a maior concentração na capital federal, Rio de Janeiro e nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná.

Os estabelecimentos de ensino apresentavam propósitos comuns, com regulamentos sob uma mesma legislação, estavam subordinados a uma mesma autoridade administrativa e pedagógica e ofereciam qualificação profissional para o segmento industrial e manufatureiro, só mais tarde é que surgiram outras instituições de formação profissional. As escolas se localizavam sempre na capital do Estado, independente do número de habitantes ou da produção manufatureira ser mais intensa. A aprendizagem industrial era destinada para homens e mulheres, acima de 14 anos e compreendia oficinas para o ensino dos seguintes ofícios: para homens – carpinteiro, marceneiro, torneiro de madeira, entalhador, escultura em gesso, madeira e pedra, fundidor de tipos, fundidor de metais, tipografia, litografia, gravura em pedra, gravura em madeira, serralheiro, modelagem, torneiro de metais, instrumentos de precisão. Para as mulheres: tipografia, litografia e gravura, relojoaria, telégrafos e correios, pastelaria, fabrico de vidros, preparo de tecidos. Além dessas oficinas, o curso prático ainda contava com um laboratório de física, um laboratório de química, coleções de história natural e um ginásio (CUNHA, 2005).

O Decreto n.7.763 de 23 de dezembro de 1909, dizia que “o ensino de ofícios deveria ser feito em oficinas de trabalho manual ou mecânico que fossem mais convenientes e necessários ao estado em que funcionasse a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais” (CUNHA, 2005).

Em 1974, os dados foram compilados por Paul Singer (apud Cunha, 2009), e mostraram que a localização inadequada das escolas de aprendizes artífices não

considerou o processo de centralização industrial mostrando inadequação do sistema e aos propósitos de incentivar a industrialização pela formação profissional sistemática da força de trabalho, revelando a necessidade de um estudo para o ajustamento do ensino aos mercados locais de trabalho. Um dos exemplos apresentados por Paul Singer (1974) mostram que a produção manufatureira em Minas Gerais, estava bastante espalhada por diversos municípios e dois polos se definiam nitidamente. Juiz de Fora era o centro mais antigo e diversificado, destacando sua produção têxtil (7 fábricas de tecidos em 1908). Belo Horizonte, inaugurada em 1897, era em 1908 o segundo polo industrial. No entanto, já era possível perceber a tendência de se transformar em centro industrial (4 fábricas de tecidos em 1908), justificando a instalação de duas escolas de aprendizes artífices em Belo Horizonte.

A inadequação do sistema de escola de aprendizes artífices do processo de industrialização foi caracterizada por alguns elementos como: a) localização inadequada no espaço econômico e político; b) análise de urbanização; c) análise da importância da atividade manufatureira na economia local.

Para este estudo, foi importante resgatar o princípio da qualificação profissional através do ensino profissional, apresentando o modelo e suas características ofertadas no início do século XX, mais precisamente na primeira década de 1900, para a formação de profissionais qualificados no seu contexto socioeconômico, sociocultural e político do regime republicano e que significou a primeira política nacional do ensino profissional (KUNZE, 2009).

Segundo Mendonça (2012), as políticas de emprego para jovens realizadas no Brasil a partir da década de 1990 são classificadas em 3 tipos: políticas de qualificação profissional, políticas de inserção ao mercado de trabalho e políticas de retardamento do ingresso ao mercado de trabalho.

As políticas que visam à qualificação profissional objetivam preparar os jovens para disputar uma vaga no mercado de trabalho. Na visão dos formuladores dessas políticas, o problema principal enfrentado pelos jovens não é a ausência de postos de trabalho, mas de qualificação. As vagas abertas pelas empresas não seriam preenchidas pela massa de jovens desempregados devido a sua desqualificação. Outro objetivo destas políticas é tornar igualitária a competição entre ricos e pobres pelas vagas do mercado de trabalho. Exemplos desse tipo de política são: o Planfor (Plano Nacional de Formação Profissional) e Capacitação Solidária, realizados

durante o governo FHC, o Programa Nacional de Qualificação (PNQ) implantado no governo de Luiz Inácio Lula da Silva e os programas estaduais e municipais de qualificação (MENDONÇA, 2012).

As políticas de inserção no mercado de trabalho buscam criar mecanismos que facilitem a passagem dos jovens da inatividade para o mundo do trabalho, por meio de estágios ou pelo estabelecimento de subsídios financeiros para as empresas contratantes. Na percepção dos formuladores dessas políticas, o desemprego juvenil se resolveria por intermédio da inserção do jovem no mercado de trabalho. Tais políticas têm também o objetivo de diminuir a violência e a vulnerabilidade juvenis. São exemplos dessas políticas o Programa Jovem Cidadão - Meu Primeiro Trabalho, realizado pelo governo do Estado de São Paulo, o Programa Primeiro Emprego do Rio Grande do Sul, o Programa Primeiro Emprego da Bahia e o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, PNPE, do governo federal. O PNPE pode ser também classificado como uma política de qualificação profissional e de inserção ao mercado de trabalho (MTE, 2003).

Segundo Azeredo (1980), os programas de formação profissional são adotados para contornar os problemas da educação formal. O país foi levado a conceber políticas de treinamento e qualificação profissional sem antes proceder a uma profunda reforma de seu sistema educacional, desconsiderando os efeitos dessa reforma enquanto poderoso instrumento de política de emprego.

No período do Estado Novo em que ocorreu a redefinição do papel do Estado Brasileiro e a reestruturação do capitalismo no Brasil, a qualificação profissional apresentou uma forte expansão com o objetivo de atender a demanda de mão de obra qualificada nas indústrias, através do Ministério de Trabalho e Emprego com a criação de políticas públicas de emprego (MTE, 2003).

Após a experiência das Escolas de Aprendizes Artífices, surge o Sistema "S" (Senai, Senac, Sesi, Sebrae, Sesc), começando pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai, resgatando a iniciativa e o empenho na qualificação profissional. Entre 1960 e 1980, implantou o Programa da Política Nacional de Mão de Obra – PIPMO, de forma descentralizada e em 1982, definiu a Política Nacional de Mão de Obra, articulada às perspectivas de desenvolvimento nacional (CÊA, 2006).

De 1995 a 2003, o governo brasileiro, através do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, implantou uma política de formação em massa, através do

Planfor – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador e do PNQ – Plano Nacional de Qualificação. A partir de 2004, a economia nacional reagiu beneficiando-se com a expansão dos fluxos internacionais do comércio e a construção civil, observando-se ao mesmo tempo uma reação positiva no mercado de trabalho (MTE, 2003).

As modificações estruturais ocorridas no período de 1995 a 2012 demonstraram a autonomia concedida às regiões e o comprometimento do governo brasileiro em amparar o trabalhador e gerir políticas públicas que possam posicionar as ações do MTE numa reordenação do capitalismo atual (MTE, 2005).

As políticas públicas de qualificação profissional, criadas pelo governo brasileiro através de ações do MTE promovem a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, com o objetivo de contribuir para o aumento de oportunidades na obtenção de emprego e trabalho e na participação dos processos de geração de oportunidade de trabalho e renda, inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade da população (MTE, 2005).

A tabela 10 a seguir demonstra as políticas públicas instituídas pelo governo brasileiro, através de planos de qualificação profissional por meio do MTE, no período de 1995 a 2003 e suas ações norteadoras.

Tabela 10 - Plano Nacional de Qualificação Profissional no período de 1995 a 2003.

	Plano	Ações Norteadoras
1995	PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador	Governo Fernando Henrique Cardoso. Reestruturação do Capitalismo. Expansão da Qualificação Profissional e Restrição das Políticas Sociais. Identificação das necessidades entre capital e trabalho.
2003	PNQ – Plano Nacional de Qualificação: PlanteQs, ProEsQs, PlanSeQs	Governo Luíz Inácio Lula da Silva. Caráter diferenciado e modificações estruturais e novas formas de execução das ações de qualificação.

Fonte: MTE (2003). Adaptado pela autora.

O Planfor foi elaborado como fonte integrante das políticas públicas de emprego, articuladas ao programa do seguro-desemprego e coordenadas pelo MTE e financiadas com recursos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador. O plano foi

implantando em 1996 e tinha como estratégia a qualificação da força de trabalho para o desenvolvimento de competências e habilidades para o aumento da empregabilidade dos trabalhadores e modernização das relações de trabalho e fazia parte de uma política pública idealizada dentro da nova configuração do Estado brasileiro (MTE, 2003).

Os preceitos fundamentais da concepção de educação profissional que fundamentou o Planfor de acordo com Manfredi (2003 apud Cêa, 2006) foram: a negação da dicotomia entre educação básica e profissional; a formação do trabalhador que reunisse, ao mesmo tempo, condições para o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos que o tornassem cidadão competente e consciente e a valorização dos saberes adquiridos nas experiências de trabalho. Porém a articulação entre as políticas públicas de trabalho e o campo macroeconômico, revelou a impossibilidade de suas ações se concretizarem na direção das concepções que o nortearam.

O Planfor foi concebido por meio de uma articulação de atores, em espaços deliberativos tripartites, envolvendo governo, empresários e trabalhadores e tinha como características principais: a) aumento da empregabilidade; b) elaboração, gestão e execução da política pública de qualificação profissional, através do desenvolvimento de habilidades e competências exigidas pelo avanço tecnológico e pela globalização (CÊA, 2006).

As características básicas do Planfor eram: a) a intenção do MTE em articular as ações de qualificação profissional com o projeto político macroeconômico neoliberal através de um consenso social como condição para o desenvolvimento social segundo Leite (1995 apud Cêa, 2006), consenso esse forjado no início de 1990, a partir de articulações políticas envolvendo as estruturas de poder do Estado brasileiro e as classes fundamentais do capitalismo, presentes e atuantes na sociedade civil, representadas por diferentes sujeitos políticos como confederações, sindicatos, associações, organizações não governamentais [ONGS] e outros que se tornaram gestores e agentes das ações de qualificação profissional, por intermédio do Planfor, em conjunto com órgãos públicos e privados ligados ao campo educacional; b) condições materiais que permitiram ao MTE assumir a responsabilidade e o protagonismo das ações de qualificação profissional devido à criação de um fundo público - o FAT, gerido por um conselho deliberativo tripartite e paritário, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT),

estruturando e consolidando as ações em torno do Sistema de Seguro-Desemprego como parte das políticas públicas de emprego – PPE (CÊA, 2006).

Segundo Cêa (2006), o FAT surgiu como a primeira fonte de custeio para a gestão e implementação dos programas de seguro-desemprego, intermediação de mão de obra e qualificação profissional, destinando recursos aos planos nacionais de qualificação.

Nos anos de 1990, o CODEFAT estabeleceu critérios para o reconhecimento das comissões de emprego estaduais, distrital e municipais, consideradas uma condição importante da sociedade organizada na administração do Sistema Público de Emprego, adequando assim à Convenção n.88 da OIT (FILGUEIRAS, 2011).

Segundo Arrighi (1997, p.48) [...] um novo gênero de empresa capitalista surge para explorar as reservas de mão de obra desempregada, não remunerada e de mão de obra remunerada de tempo parcial, referindo-se à relação do Planfor com empresas do setor privado e entidades públicas que participaram de sua implantação, mobilizando e dando visibilidade a um mercado de insumos de mão de obra, favorecendo as entidades privadas, que no biênio 1997/1998 percebeu 75% dos recursos e qualificou 70% dos trabalhadores participantes do Planfor, o que serviu para legitimar a destinação de verbas públicas para instituições privadas e tornar o FAT uma fonte de recursos – qualificada como recursos externos – para entidades públicas, desobrigando o Estado de prover, integralmente, as necessidades de tais instituições (PLANFOR, 1997 apud CÊA, 2006).

Entre 1997 e 2000 o Sistema “S”, de caráter privado e pertencente às classes empresariais receberam, em média, 19% dos recursos totais do Planfor e as centrais sindicais receberam 14% dos recursos (Planfor, 1999). Entre 1995 e 2000, a Força Sindical – FS, a Central Geral dos Trabalhadores – CGT e a Social Democracia Sindical (SDS), juntas receberam 68% das verbas destinadas às centrais sindicais, contra 32% dos recursos recebidos pela Central Única dos Trabalhadores – CUT (Planfor, 1997, 1999a, 2000b, 2001, apud CÊA, 2006).

Apesar das críticas e contrapontos existentes na literatura e nas ações do Planfor, o programa se afirmou como uma política pública de emprego criando programas de qualificação profissional com uma proposta para a formação profissional do trabalhador, inclusão e desenvolvimento social e econômico num cenário de globalização (PLANFOR, 1997 apud CÊA, 2006).

A partir de 2003, o Plano Nacional de Qualificação – PNQ, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi idealizado para substituir o Planfor em caráter nacional. Integrado ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda que é uma estrutura do MTE, buscou manter as estratégias que foram bem sucedidas, dentre elas, manter o público alvo que eram os jovens e adultos, desempregados, trabalhadores autônomos, domésticos, trabalhadores rurais, afro descendentes, indígenas, entre outros, que apresentavam situações precárias economicamente e socialmente no mercado de trabalho (PLANFOR, 1997 apud CÊA, 2006).

O PNQ manteve algumas características bem sucedidas como a participação do governo e da sociedade civil na definição das ações de qualificação profissional, contando com as comissões estaduais e municipais de emprego e com a inclusão de outros programas financiados pelo FAT como a intermediação de trabalho o microcrédito, a economia solidária, seguro-desemprego e outras políticas de geração de trabalho, emprego e renda (PLANFOR, 1997 apud CÊA, 2006).

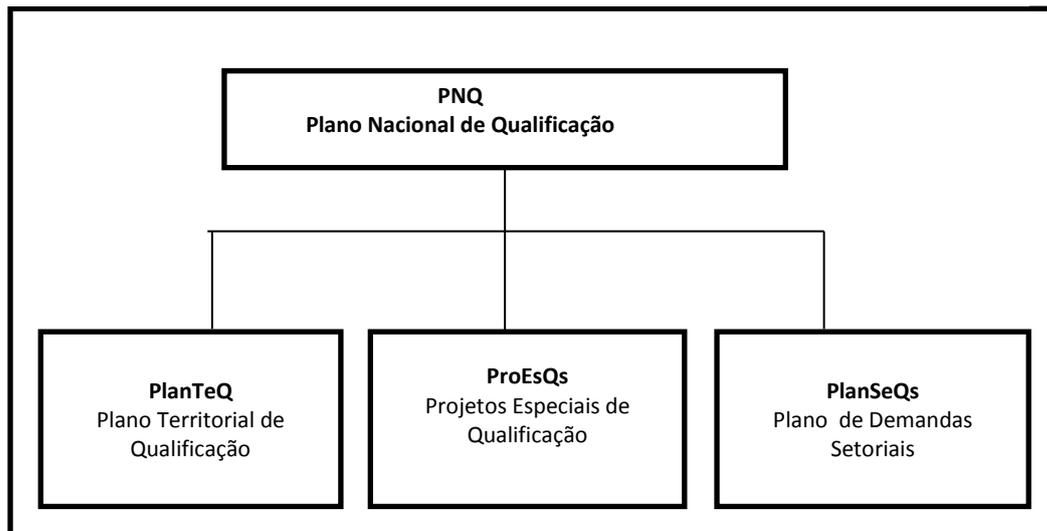
A estratégia do PNQ apresentava características como a formação integral dos trabalhadores brasileiros, redução dos níveis de desemprego e subemprego, educação de jovens e adultos, inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação, diminuição da vulnerabilidade da população, aumento da permanência no mercado de trabalho, diminuição dos riscos de demissão e taxa de rotatividade, elevação da produtividade e competitividade e das possibilidades de elevação do salário e da renda (PLANFOR, 1997 apud CÊA, 2006).

Nesse contexto, a qualificação profissional é de suma importância para o enfrentamento ao sistema de inovação do mercado global, que impulsiona a competitividade e o desenvolvimento econômico e exige que o trabalhador esteja preparado através do conhecimento de novos requisitos exigidos. O PNQ buscou atender não só a necessidade de preparação do trabalhador, mas da inclusão dos menos favorecidos em um modelo de organização de política de formação de trabalhadores. Segundo Dedecca (1998):

“a rápida reorganização da economia brasileira nos anos 90 e seus efeitos sobre a performance das empresas trouxe para o espaço nacional um debate já consolidado nos países desenvolvidos: a necessidade da qualificação da força de trabalho com vistas à solução dos problemas de emprego e competitividade [...] observa-se que na experiência brasileira ele surge principalmente como elemento do discurso dos gestores da nova política econômica e como sua justificativa”.

O PNQ foi implementado nos dois governos do FHC – Fernando Henrique Cardoso, no período de 1995 a 2003, voltado para as necessidades de qualificação profissional para o mercado de trabalho e está estruturado de acordo com a Figura 3 a seguir.

Figura 3 - Estrutura do Plano Nacional de Qualificação Profissional (2003).



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – PNQ (2003). Adaptado pela autora.

As ações no PNQ, foram implementadas de forma descentralizada, através de Planos Territoriais de Qualificação – PlanteQs, em parceria com estados e desde 2004 com municípios ou consórcios intermunicipais; por Projetos Especiais de Qualificação para o desenvolvimento de metodologias em qualificação profissional em convênios com instituições de educação profissional e centrais sindicais; e por demandas setoriais através do Plano Territorial de Qualificação – PlanSeQs, com objetivos de atender demandas de qualificação em cadeias produtivas, setores econômicos específicos e arranjos produtivos locais, para a força de trabalho em exercício ou de trabalhadores que estão em busca de emprego. As ações estão voltadas para trabalhadores que exercem atividades de menor complexidade e tem como meta atingir 20% da População Economicamente Ativa - PEA ao final de sua execução (LESSA, 2010).

O PNQ foi instituído de uma forma abrangente e propõe uma reorientação das ações com objetivos mais amplos e uma multiplicidade de dimensões: política, conceitual, institucional, pedagógica, ética e operacional. Segundo Oliveira (2007), entre esses desafios destacam-se: a) articulação de ações não só de caráter

formativo, mas de Certificação e Orientação Profissional; b) ser capaz de articular as iniciativas do Sistema “S” não financiados pelo FAT, das empresas, das escolas de rede pública, de entidades, da sociedade civil, das escolas e instituições privadas, etc.; c) articular-se com a política pública de Educação e com a política pública de Desenvolvimento, tanto em nível nacional, como em níveis regionais, estaduais e locais; d) Favorecer a consolidação do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda, através da articulação efetiva dos programas financiados com recursos do FAT distribuídos nas áreas de qualificação profissional, intermediação de mão de obra, crédito popular e seguro-desemprego; e) garantir participação e controle social na formulação e implementação das ações de qualificação, através da consolidação e empoderamento das Comissões Estaduais e Municipais de Emprego/Trabalho e do CODEFAT; f) garantir o acesso universal aos programas de qualificação, sem perder a ênfase nos públicos prioritários; e) ser capaz de envolver, amplamente, os diversos atores atuantes na construção e implementação das ações de qualificação nos seus diversos âmbitos territoriais.

Esses desafios apontados acima, ao mesmo tempo nos traz um universo de possibilidades e responsabilizam os atores envolvidos na gestão das políticas de qualificação profissional para ações tripartites (governo, empresa, sociedade civil) em âmbito federal, estadual e municipal. Conforme Oliveira (2007):

“Enquanto política pública, a qualificação deve ser um fator integrante e integrador do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, e deve estar plenamente articulada às Políticas Públicas de Educação e Desenvolvimento. Na condição de política pública de emprego, trabalho e renda, requer o fortalecimento do CODEFAT e das Comissões Estaduais e Municipais de Emprego/Trabalho, como condição de uma participação e controle sociais efetivos”.

Segundo Filgueiras (2011), entre 2007 e 2009, com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, pelo governo federal, os investimentos públicos em qualificação profissional tiveram um grande impulso paralelamente a outras áreas como: transportes, energia, saneamento, habitação, recursos hídricos. Um setor de destaque foi o da construção civil, que criou um volume maior de empregos e foi apontado pelo governo e pela sociedade como uma oportunidade de ocupação de postos de trabalho e oferta de qualificação profissional, como também para a população de baixa renda que participavam do

programa Minha Casa Minha Vida e o programa Próximo Passo dirigido ao público do programa Bolsa Família, sob a responsabilidade dos Ministérios do Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social e Combate à fome, e do Turismo.

No período de 2009 a 2010 o programa Próximo Passo ofereceu cursos no setor da construção civil em 249 municípios nas regiões metropolitanas e capitais e cursos no setor de turismo em 22 capitais. Na construção civil foram ofertados cursos de pedreiro, pintor, eletricista, encanador, mestre de obras, entre outros. No turismo, cursos de garçom, cozinheiro, padeiro, mensageiro, camareiro e auxiliar de eventos, entre outros (FILGUEIRAS, 2011).

Ainda sob a ótica de Filgueiras (2011) “a qualificação do trabalhador contribui para dar legitimidade às ações estatais frente ao desemprego [...]. Quanto aos municípios, mais próximos dos treinandos, a despeito das dificuldades na relação com os governos estaduais, o maior benefício é a possibilidade de apresentar alternativas à problemática do desemprego, sem onerar o próprio orçamento. Como é no município que o trabalhador vive, é dele que mais facilmente cobra ações, é nele que busca soluções. O financiamento por meio do FAT faz da qualificação um excelente negócio. Os cursos representam ações concretas frente ao desemprego, e os gestores não deixam de tirar vantagens políticas”

Algumas prefeituras são responsáveis por unidades do Sine ou possuem agências próprias de intermediação com o MTE para estabelecer convênios para a oferta desses programas. Ainda contam com a possibilidade de implantação de iniciativas próprias constituindo um programa municipal de qualificação profissional (FILGUEIRAS, 2011).

Como já mencionado anteriormente, o CODEFAT estabeleceu critérios para o reconhecimento das comissões de emprego, reunindo representação tripartite para acompanhar e avaliar a política municipal de emprego, sugerindo medidas para o desenvolvimento de suas ações a seguir: a) levantamento das demandas por qualificação; b) planejamento; c) acompanhamento; d) fiscalização de cursos de qualificação (OLIVEIRA, 2007).

Em 2011, o Governo Federal do Brasil, criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, regido pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 e alterado pela Lei nº 12.513/2011 (MTE/PRONATEC, 2014).

Com a sanção da Lei nº 12.513/2011, houve um acréscimo na Lei nº 7.998/1990 que associou o recebimento do benefício do Seguro Desemprego à matrícula e frequência em curso de qualificação, fornecido gratuitamente aos trabalhadores dispensados sem justa causa, requerentes do benefício e o mesmo pode ser cancelado pela recusa por parte do trabalhador em matricular-se em curso condizente com sua qualificação registrada ou declarada, ou sua evasão (MTE/PRONATEC, 2014).

Os cursos de qualificação profissional oferecidos pelo Pronatec para os beneficiários do Seguro Desemprego são gratuitos; disponibilizados em período diurno; limitados ao período de quatro horas diárias e realizados sempre em dias úteis, realizados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por escolas estaduais de Ensino Profissional Técnico (EPT) e por unidades de serviços nacionais de aprendizagem como o SENAC e o SENAI, do município do beneficiário. Os trabalhadores matriculados em cursos ofertados pelo Pronatec têm direito a cursos de qualidade, a alimentação, a transporte e a todos os materiais escolares necessários que possibilitarão a posterior inserção profissional dos beneficiários (MTE/PRONATEC, 2014).

Segundo publicado no Portal da Indústria (2014), o SENAI é responsável por 47% das matrículas do Pronatec, que oferece 234 cursos para quem quer fazer parte da indústria no Brasil. No ano de 2013, ofertou 736 mil vagas para 817 unidades espalhadas por todo o País. O objetivo é auxiliar quem busca qualificação profissional e também apresentar programas e projetos disponíveis nas instituições que compõem o Sistema Indústria: a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL).

No Portal Café com a Presidenta (2014), a atual presidenta do Brasil, Dilma Rousseff declarou que o Pronatec atende três tipos de público: cursos técnicos para estudantes de Ensino Médio, com duração de uma ano e meio; os cursos de qualificação profissional para os trabalhadores com duração de dois a quatro meses; e os cursos de formação para os cadastrados no Bolsa Família, com duração de dois a quatro meses. Com o objetivo de ampliar o Pronatec, a presidenta declarou que haverá expansão na rede federal de educação profissional e tecnológica e que serão 208 novas escolas até o final de 2014, das quais, 94 já estão funcionando no ano de 2013.

O Governo Federal também está repassando recursos do Pronatec no ano de 2014, para 539 municípios, para que possam construir, reformar ou ampliar suas escolas técnicas profissionalizantes por meio de convênios com o Ministério da Educação. O SENAI está construindo 53 novas escolas por meio de um financiamento do BNDES durante o período de 2014 (PORTAL CAFÉ COM A PRESIDENTA, 2014).

Ainda de acordo com a declaração da presidenta Dilma, os cursos do Pronatec estão sintonizados com as necessidades da economia do País como: Petróleo e Gás, Construção Naval, Automação Industrial, Eletrônica, Mecânica de Precisão, Petroquímica, Mineração, Informática, Telecomunicações, Portos, Transportes de Carga, Agropecuária, Meio Ambiente, Farmácia, Enfermagem e vários outros, para que preparem bem o estudante para ocupar as vagas que estão sendo criadas em todos os setores da nossa economia. Segundo o Café com a Presidenta, Dilma Rousseff (2014) afirmou:

“estamos determinados a formar os técnicos que vão ajudar a elevar a competitividade de nosso país”.

Segundo um documento oficial do MTE (1995):

“educação profissional é a estratégia para o desenvolvimento sustentado, o que requer entre outras bases, a qualificação dos profissionais para o exercício do seu trabalho.”

A qualificação do trabalhador exige cada vez mais não apenas treinamento específico para tarefas ou postos de trabalho, mas sobretudo uma base de conhecimentos, atitudes e habilidades que só podem ser obtidos e mantidos mediante sólida educação geral e num processo permanente – profissional ou de qualquer nível de natureza de reciclagem educativa e cultural [...] têm que ser construídos de forma bastante flexível para atender a diferentes situações, considerando as rápidas mudanças tecnológicas...” (DEDECCECA, 1998).

É fundamental, por um lado, garantir, educação e capacitação profissional capazes de permitir a reconversão e a atualização desses trabalhadores e, por outro, implementar políticas públicas que estimulem a criação de pequenas empresas e cooperativas autogestionárias de trabalhadores, agregando às

habilidades já existentes, mecanismos de capacitação gerencial e financiamento de atividades que explorem os nichos de mercado não ocupados no Grande ABC.

Este estudo não teve como objetivo discutir as ações e iniciativas do governo brasileiro para o sistema e programas de educação profissional e tecnológica em âmbito federal e sim as políticas públicas municipais do Grande ABC, que têm o objetivo de qualificar profissionais para atender às demandas do mercado de trabalho.

Na primeira seção, discutimos que os percursos do desenvolvimento predizem que o homem deve acompanhar os processos de evolução e implementação de novas tecnologias, novas formas distributivas do capital e buscar uma vida digna e um trabalho decente para inserir-se de forma social e econômica e um dos meios é a sua qualificação profissional, o que o território em que vive pode oferecer-lhe. Esse estudo investigou dentro desses percursos da história do desenvolvimento econômico, o que os municípios oferecem aos seus habitantes para essa travessia e não pretende o aprofundamento das teorias de desenvolvimento no contexto das ciências econômicas (SIEDENBERG, 2008).

Já na segunda seção, os conceitos de região, regionalidade e regionalismo foram discutidos, e são importantes para esta pesquisa porque descrevem a forma como o Grande ABC pode ser entendido nos seus planos de ação, no seu desenvolvimento econômico e social e principalmente em relação à sua gente, no que diz respeito à criação de políticas e programas que possam interagir e melhorar a vida de seus habitantes.

Na terceira seção a discussão sobre Políticas Públicas buscou demonstrar como esta temática é abrangente e está teoricamente fundamentada, fazendo com que seu estudo seja essencial para a correta interpretação de pesquisas sobre políticas públicas.

Por fim, o referencial teórico apresentado na quarta seção procurou fornecer embasamento sobre os instrumentos que caracterizam a iniciativa de desenvolvimento local/regional como: governança metropolitana, associativismo territorial, elaboração de políticas públicas, consórcios públicos, inovação territorial, apoio e articulação com outros níveis de governo em âmbito federal, estadual e municipal e aponta para importantes e imprescindíveis mecanismos de cooperação como: a) adoção de políticas intergovernamentais, resolução de problemas de ação coletiva através de governança intermunicipal ou regional, capacidade de articulação

entre os diversos atores e por último a superação de obstáculos que se colocam na difícil tarefa do desenvolvimento territorial dentro de sua realidade econômica e social.

Para complementar a discussão sobre qualificação profissional a quinta seção apresentou um conjunto de discussões sobre o mercado de trabalho com ênfase na recente experiência brasileira e foi organizado em duas subseções.

Na primeira subseção discutimos o conjunto de conceitos e questões sobre as políticas de emprego e renda e sobre o mercado de trabalho, com o objetivo de demonstrar a trajetória das ações governamentais. A segunda subseção apresentou as principais políticas de emprego e renda brasileiras, e um panorama atual das condições do mercado de trabalho no país na década investigada.

Na sexta seção, este estudo apresentou um breve histórico das políticas de qualificação profissional e sua relevância, como finalidade para elevar as possibilidades de emprego e renda dos trabalhadores e ampliar a qualificação técnica e tecnológica dos trabalhadores, contribuindo assim para o Desenvolvimento Econômico do país.

O referencial teórico-metodológico, apresentado no segundo capítulo deste estudo, buscou instrumentos de comparação para a análise do mercado de trabalho no Grande ABC e para caracterizar as iniciativas dos municípios pesquisados para a qualificação profissional, através de uma retrospectiva do desenvolvimento econômico num aspecto global e como o mesmo interferiu e delineou o mercado de trabalho e como suas consequências contribuem para o desenvolvimento econômico e social.

3. Metodologia

Segundo Gil (2009), a classificação de uma pesquisa é de suma importância, possibilitando o estabelecimento do referencial teórico e operacional da pesquisa.

Para o autor, as pesquisas podem ser caracterizadas como: a) pesquisa exploratória: tem como objetivo principal levantar informações acerca de determinado tema, ainda pouco explorado, ou proporcionar maior familiaridade com o problema de modo a explicitá-lo, envolvendo levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que possuam experiência com o problema a ser pesquisado e análise de casos similares. A maioria das pesquisas exploratórias assume a forma de pesquisa bibliográfica ou estudo de caso; b) pesquisa descritiva: tem como principal característica a descrição de comportamento de uma dada população ou fenômenos, ou até mesmo estabelecer a relação entre variáveis. Duas técnicas mais utilizadas para coleta de dados são a aplicação do questionário e a observação sistemática; c) pesquisa explicativa: é uma continuação da pesquisa descritiva, analisando e explicando o porquê e como os fatos estão acontecendo.

De acordo com os procedimentos técnicos adotados, uma pesquisa pode ser classificada como: bibliográfica, documental, experimental, levantamento (survey), estudo de caso, pesquisa-ação, pesquisa-participante. Porém, esta classificação não pode ser tida como rígida, uma vez que em função das características de cada pesquisa, as mesmas não se enquadram facilmente nesta classificação (GIL, 2009).

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, de modo a atender ao objetivo geral deste estudo, que foi identificar os programas de qualificação profissional, ofertados através de políticas públicas municipais, nos municípios do Grande ABC, assim como descrever os objetivos específicos a seguir: 1) Existência de política pública municipal; 2) Como são definidas as estratégias de qualificação profissional; 3) Aporte financeiro destinado aos programas; 4) Apoio institucional para a oferta de programas; 5) Quais as Iniciativas municipal ou regional existentes; 6) Tipo de gestão: municipal ou regional; 7) Abrangência dos programas: federal, estadual ou municipal; 8) Estrutura física existente para a oferta dos programas; 9) Integração entre atores públicos e privados; 10) Área de atendimento dos programas; 11) Cursos oferecidos.

Este capítulo apresenta a pesquisa empírica desta dissertação e é dividido em quatro seções. A primeira seção apresenta de forma detalhada o tipo de pesquisa. A segunda seção apresenta a população e amostra da pesquisa. A terceira seção detalha as técnicas e as etapas para a coleta de dados como os instrumentos da pesquisa. Na quarta seção são apresentados os procedimentos de análise do estudo.

3.1. Tipo de Pesquisa

Após a caracterização da presente pesquisa em descritiva, a seguir descreve-se um maior detalhamento sobre a mesma.

Primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, dissertações e teses com o objetivo de delinear o estudo teórico, a partir dos elementos estruturantes desta pesquisa, podendo ser considerada como fonte secundária de investigação.

Após a pesquisa bibliográfica, foi realizada uma pesquisa documental como fonte primária de investigação. Segundo Gil (2009) a pesquisa documental pode assemelhar-se à pesquisa bibliográfica, porém apresenta a diferença na natureza das fontes. Na pesquisa documental, as fontes são diversificadas e dispersas, em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas.

De acordo com Oliveira (2007 apud Sá-Silva et al, 2009) existe uma importante distinção entre a pesquisa documental e a bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos. É um tipo de “estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica”. A principal finalidade da pesquisa bibliográfica é proporcionar aos pesquisadores o contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo: “o mais importante para quem faz a opção por este tipo de pesquisa é ter a certeza de que as fontes são reconhecidas do domínio científico”. Ela se posiciona sobre a pesquisa documental: “caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação”.

É fundamental que os (as) cientistas sociais entendam o significado de fontes primárias e fontes secundárias. As fontes primárias são os dados originais, a partir dos quais se tem uma relação direta com os fatos a serem analisados, ou seja, o pesquisador (a) que analisa. Por fontes secundárias compreende-se a pesquisa de dados de segunda mão, ou seja, informações que foram trabalhadas por outros estudiosos e, por isso, já são de domínio científico (OLIVEIRA, 2007 apud SÁ-SILVA et al, 2009).

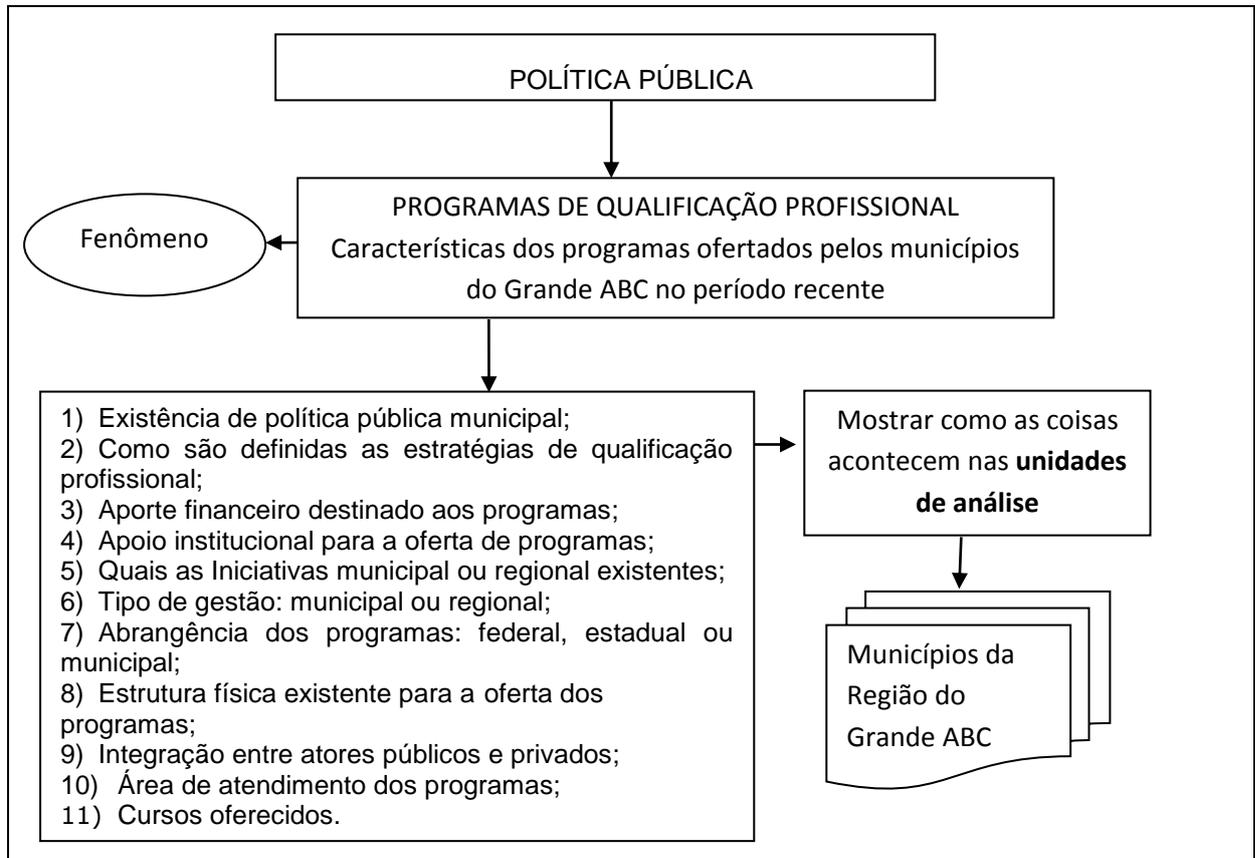
Segundo Sá-Silva et al (2009), um dos passos no processo de análise documental é caracterizar a forma de registro. Alguns pesquisadores preferem fazer anotações à margem do próprio material analisado, outros fazem esquemas, diagramas e outras formas de síntese. Após organizar os dados, o investigador pode voltar a examiná-los para tentar detectar temas e temáticas mais frequentes: “esse processo, essencialmente indutivo, vai culminar na construção de categorias ou tipologias” (LUDKE e ANDRÊ, 1986 apud SÁ-SILVA et al, 2009).

É possível construir categorias de análise, porém não é tarefa fácil. Elas surgem, num primeiro momento, da teoria em que se apoia a investigação, o que dará gênese a novas concepções e, por consequência, novos olhares sobre o objeto e o interesse do investigador. Sobre a construção de categorias analíticas, lembra os seguintes ensinamentos:

“Não existem normas fixas nem procedimentos padronizados para a criação de categorias, mas acredita-se que um quadro teórico consistente pode auxiliar uma seleção inicial mais segura e relevante [...]. Os aspectos que aparecem com certa regularidade são a base para o primeiro agrupamento da informação em categorias” (Lucke e André, 1986 apud Sá-Silva et al, 2009).

Após a elucidação de Sá-Silva (2009), foi elaborado um esquema de análise, de acordo com os fundamentos teóricos sobre políticas públicas e foram definidas as categorias de análise para este estudo com o objetivo de descrever as características dos programas de qualificação profissional, nas unidades de análise que são os municípios da Grande, conforme descrito na Figura 4 a seguir.

Figura 4 - Esquema de análise. Categorias de análise.



Fonte: Secchi, L. Políticas Públicas. Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. 2013. Elaborado e adaptado pela autora.

A Figura 4 utilizada como base para análise da questão principal desta pesquisa foi estabelecida a partir dos conceitos teóricos de Secchi (2013). Para análise de uma política pública é necessário conhecer os processos que a criaram e definir os seus objetivos. Os objetivos de uma política pública buscam mostrar as características processuais de um fenômeno e esclarecer como eles se desenvolvem. É o que essa pesquisa pretendeu responder ao identificar os programas de qualificação profissional ofertados pelos municípios do Grande ABC criados por políticas públicas municipais ou regionais, descrevendo e categorizando suas características no de 2001 a 2014.

Segundo Dye (2005 apud Heidmann e Salm, 2010), uma política pública “é tudo o que os governos decidem fazer ou deixar de fazer”.

Com base no conceito acima descrito, esta pesquisa pretendeu identificar os programas e suas características de acordo com as seguintes categorias: i) iniciativa municipal ou regional: o programa pode ter sido criado somente pelo município ou

pela região; ii) Tipo de Gestão: pode ser controlado de forma isolada, isto é, apenas pelo município ou em nível regional o que representa uma parceria com outros municípios; iii) Abrangência Territorial: o programa pode ser oferecido apenas para os munícipes ou para toda a região; iv) Estrutura física utilizada para a oferta dos programas: local e recursos; v) Integração entre atores públicos: o programa integra ações de órgãos públicos e privados; vi) Escopo Setorial: para quais segmentos da economia, os programas estão direcionados; e vii) Cursos oferecidos pelos programas.

A pesquisa classifica-se como um estudo descritivo porque tem a finalidade de identificar e descrever as características dos programas de qualificação profissional ofertados pelos municípios do Grande ABC através de políticas públicas municipais no de 2001 a 2014.

A pesquisa possui um delineamento transversal porque foram considerados aspectos relativos ao fato estudado no decorrer do tempo, pois pretendíamos obter a construção do conhecimento científico sobre as características dos programas de qualificação ocorridos no período de 2001 a 2014.

3.2. Sujeitos da Pesquisa

A necessidade de identificação dos programas de qualificação profissional que atendiam ao objetivo deste estudo demandou uma pesquisa de documentos oficiais como leis, registros ou atas, como também informações publicadas em jornais, revistas de veiculação local, materiais impressos, relatórios de eventos, portais da internet dos municípios pesquisados, bem como visitas às instituições e entrevistas com os responsáveis pelos programas ofertados, os quais possuem informações e experiências oficiais e concretas ocorridas nas unidades de análise.

Dos 7 (sete) municípios pesquisados, foram entrevistados 5 (cinco) deles como segue: São Caetano do Sul, Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema e o município de Mauá, que respondeu às questões através de ligação telefônica, não sendo possível atender a pesquisadora pessoalmente. As entrevistas nos municípios citados acima foram elaboradas com os gestores dos programas nas Centrais de Trabalho e Renda ou o responsável por projetos, descritos a seguir:

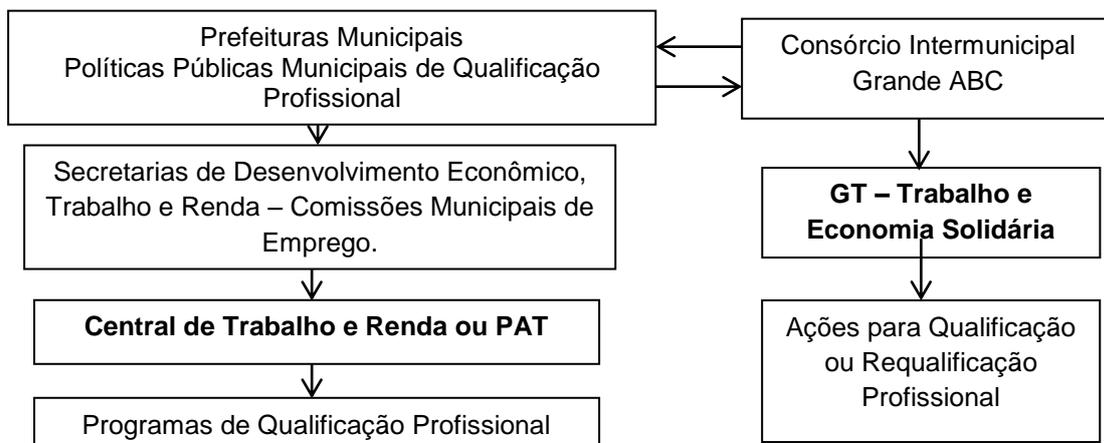
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município de São Caetano do Sul;
- Central de Trabalho e Renda do município de Santo André;
- Central de Trabalho e Renda do município de São Bernardo do Campo;
- Fundação Florestan Fernandes do município de Diadema;
- Central de Trabalho e Renda do município de Mauá.

Os municípios de Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, não possuem Central de Trabalho e Renda e atendem os trabalhadores no PAT do município. Esses municípios foram pesquisados através de informações do portal da internet.

As entrevistas foram realizadas no período compreendido entre os meses de agosto de 2013 e fevereiro de 2014.

Com base no levantamento documental e identificação dos programas e suas origens, o levantamento demonstrou que as Secretarias de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda dos municípios detinham iniciativas de oferta de programas de qualificação ou requalificação profissional vinculado às Centrais de Trabalho e Renda ou PAT, e com o Consórcio Intermunicipal Grande ABC. Após essa constatação, o estudo identificou como sujeitos da pesquisa, as Centrais de Trabalho e Renda dos municípios e o GT-Trabalho e Economia Solidária do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, conforme demonstra a Figura 5 a seguir.

Figura 5 - Estrutura para a identificação dos sujeitos da pesquisa.



Fonte: Identificação dos sujeitos da pesquisa. Elaborado pela autora.

3.3. Técnicas de Coleta de Dados

Esta pesquisa baseou-se nas seguintes técnicas para a coleta de dados, através de procedimentos distintos e não realizados simultaneamente: a) Levantamento de dados documentais coletados através do acesso aos sítios eletrônicos das prefeituras, na internet, através das informações disponibilizadas por estas à sociedade, bem como em arquivos de bibliotecas e nas próprias Centrais de Trabalho e Renda como: relatórios, pesquisas estatísticas realizadas por órgãos oficiais, informações publicadas em sítios oficiais da internet com o objetivo de identificar esses programas, arquivos públicos, imprensa.

Além disso, foram realizados telefonemas e visitas pessoais às Centrais de Trabalho e Renda para aprofundamento dos dados coletados, como também entrevista por meio de roteiro semiestruturado para obtenção dos dados necessários à pesquisa, para obtenção de informação a partir do ponto de vista de gestores ou pessoas que tiveram experiências concretas na oferta de qualificação profissional.

Para encaminhamento da entrevista, procedeu-se a um contato telefônico com os gestores responsáveis pelas Centrais de Trabalho e renda, encaminhando-se uma correspondência de solicitação para a entrevista, através de e-mail, conforme Apêndice A – Solicitação de Entrevista.

A entrevista semiestruturada foi elaborada com base nas categorias que compõem o quadro de análise com o objetivo de levantar como as coisas acontecem nos municípios onde os programas são ofertados, conforme Apêndice B – Entrevista.

A entrevista é um instrumento importante quando aplicada às pessoas que tiveram experiência prática com o assunto ou ainda através de exemplos que estimulem a compreensão (SELLTIZ et al., 1967, p.63 apud GIL 2010).

Este estudo pretendeu através de levantamentos bibliográficos, documentais e entrevistas, identificar e descrever as características dos programas de qualificação profissional categorizando os programas de acordo com as variáveis categorizadas por unidades de análise atribuídas aos municípios da Grande ABC.

3.4. Procedimentos para a Análise de Resultados

A análise dos documentos iniciou-se a partir da sua coleta. Durante a coleta dos documentos já se observou o fenômeno e as especificidades de cada documento.

A partir da coleta do material procedeu-se a uma análise interpretativa e interativa, para a elaboração de uma explicação para a situação estudada, com o objetivo de estabelecer relações e até mesmo as categorias entre eles (GIL, 2009).

A análise dos documentos e as informações não obtidas foram complementadas com as entrevistas coletadas com alguns gestores das Centrais de Trabalho e Renda dos municípios do Grande ABC, que se colocaram à disposição para responder à entrevista.

4. Resultados e discussão

Esta pesquisa teve como objetivo principal identificar os programas de qualificação profissional criados por políticas públicas municipais no Grande ABC no período de 2001 a 2014, com a finalidade de responder a pergunta que orientou o presente trabalho: Quais são os programas de qualificação profissional, existentes no Grande ABC, destinados à formação de trabalhadores empregados e desempregados e quais as suas características?

Para complementar este estudo, dispõe sobre os objetivos específicos, para descrever as características dos programas existentes, categorizando de acordo com as variáveis que seguem:

- 1) Existência de política pública municipal
- 2) Como são definidas as estratégias de qualificação profissional
- 3) Aporte financeiro destinado aos programas
- 4) Apoio institucional para a oferta de programas
- 5) Quais as Iniciativas municipal ou regional existentes
- 6) Tipo de gestão: municipal ou regional
- 7) Abrangência dos programas: federal, estadual ou municipal
- 8) Estrutura física existente para a oferta dos programas
- 9) Integração entre atores públicos e privados
- 10) Área de atendimento dos programas
- 11) Cursos oferecidos

Faz-se também necessária uma caracterização do perfil do Grande ABC e uma breve descrição das iniciativas locais/regionais, que podem ter contribuído para a criação de programas de qualificação profissional no período recente, sendo significativo para a discussão dos resultados dessa pesquisa.

4.1. Perfil do Grande ABC

O Grande ABC pertence à Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, porém possui identidade própria. Segundo Nascimento (2005), os termos ABC Paulista, Região do Grande ABC ou ABCD são empregados para delimitar um território formado por sete municípios.

A sigla ABC utilizada vem das três cidades: Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C). Encontra-se também em algumas literaturas a sigla ABCDM que inclui o município de Diadema (D) e Mauá (M). Apesar de não constarem da sigla, também faz parte do Grande ABC os municípios de Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra (PORTAL DAS CIDADES PAULISTAS, 2012).

A partir do século XIX, com a instalação da ferrovia Santos Jundiaí que cruzava as cidades de São Caetano do Sul e Santo André, o transporte de produtos agrícolas do interior para o Porto de Santos beneficiou o Grande ABC atraindo indústrias e incentivando a vocação industrial e o povoamento urbano próximo às áreas da ferrovia (SANTOS, 1992, p.215).

A estrutura começou a atrair indústrias que se beneficiavam das facilidades de transporte, da disponibilidade de áreas próximas à linha férrea e ao Rio Tamanduateí, além de incentivos fiscais oferecidos por alguns municípios (XAVIER, 2007).

As indústrias que se instalavam na região pertenciam ao setor de produções químicas, cerâmicas, têxteis e de móveis, fazendo com que surgissem novos negócios como carpintarias, funilarias, sapatarias, alfaiatarias, barbearias, restaurantes, dando feição mais urbana a toda a região (XAVIER, 2007).

A expansão industrial caracterizou a região por um misto de produção industrial e artesanal no final do século XIX, na cidade de São Caetano do Sul pelo seu solo argiloso e pela localização entre os rios Tamanduateí e Ribeirão dos Meninos, com a produção de telhas, tijolos e louças. Na cidade de Ribeirão Pires também houve produção de tijolos e telhas em olarias devido à farta matéria prima existente no local. A chegada das grandes indústrias automobilísticas nos anos de 1950 marcou o início da história econômica do Grande ABC, com a construção da Via Anchieta como eixo de localização do setor industrial automobilístico no Brasil. A urbanização

de Diadema ocorria em consequência da expansão industrial de São Bernardo do Campo abrindo mercado para áreas complementares como o setor de autopeças e de embalagens (XAVIER, 2007).

Atualmente, a Região do ABC concentra pólos econômicos importantes para o desenvolvimento econômico, como: petroquímico, no município de Santo André – Capuava, metalmeccânico, em São Bernardo do Campo, cosméticos e plásticos, em Diadema (1ª ANÁLISE – SEADE, 2013).

O Grande ABC possui uma população de aproximadamente 2.597.802 milhões de habitantes, de acordo com os dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme Tabela 11 a seguir.

Tabela 11 - População da Grande ABC no ano de 2000 e 2010 respectivamente.

Município	2000	2010
Santo André	649.000	681.819
São Bernardo do Campo	701.756	780.735
São Caetano do Sul	140.241	150.035
Diadema	356.535	392.042
Mauá	362.676	430.448
Ribeirão Pires	104.305	115.000
Rio Grande da Serra	37.015	45.710
GRANDE ABC	2.353.528	2.597.802

Fonte: Censo 2010 – IBGE. Adaptado pela autora.

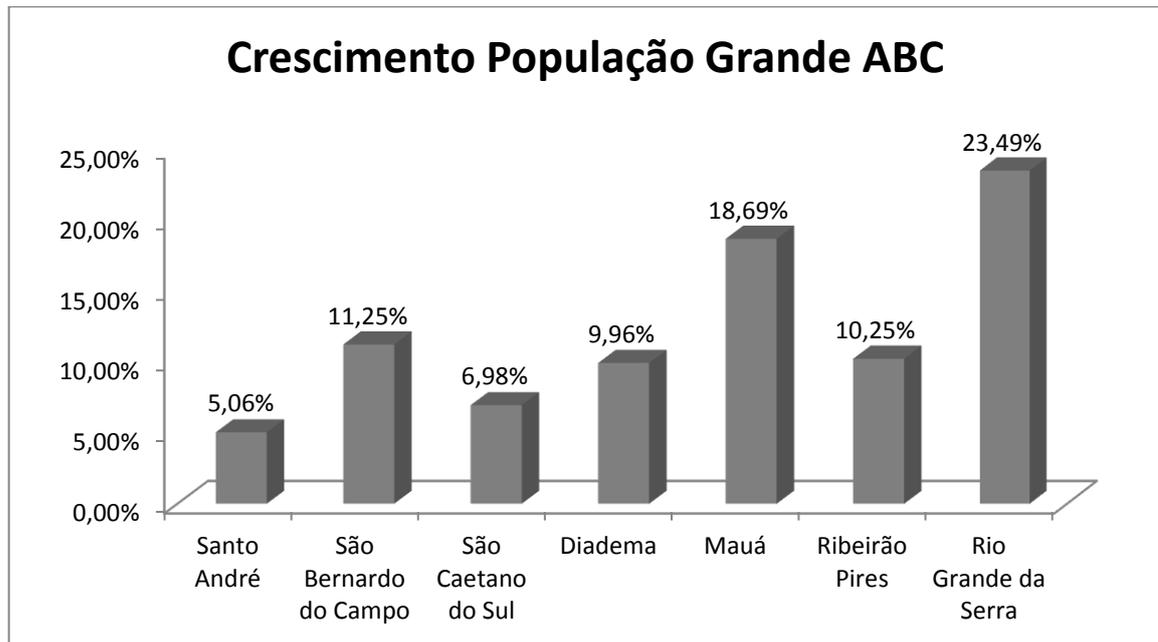
Tabela 12 – Área territorial e densidade demográfica do Grande ABC.

MUNICÍPIOS	SÃO CAETANO DO SUL	SÃO BERNARDO DO CAMPO	SANTO ANDRÉ	DIADEMA	MAUÁ	RIBEIRÃO PIRES	RIO GRANDE DA SERRA
INDICADOR							
Área da unidade territorial (Km²) *	15,37	408,77	174,95	30,84	61,30	98,75	36,88
Densidade demográfica (hab/Km²)	9.708,79	1.872,59	3.866,35	12.519,10	6.803,54	1.144,99	1.192,45

Censo 2010 – IBGE. Adaptado pela autora.

Segundo o Censo 2010 - IBGE, os municípios do Grande ABC, registraram aumento na sua população. O crescimento da população de Rio Grande da Serra foi a que mais cresceu a uma taxa de 23,49% entre o período de 2000 a 2013, conforme demonstra o gráfico 03 a seguir.

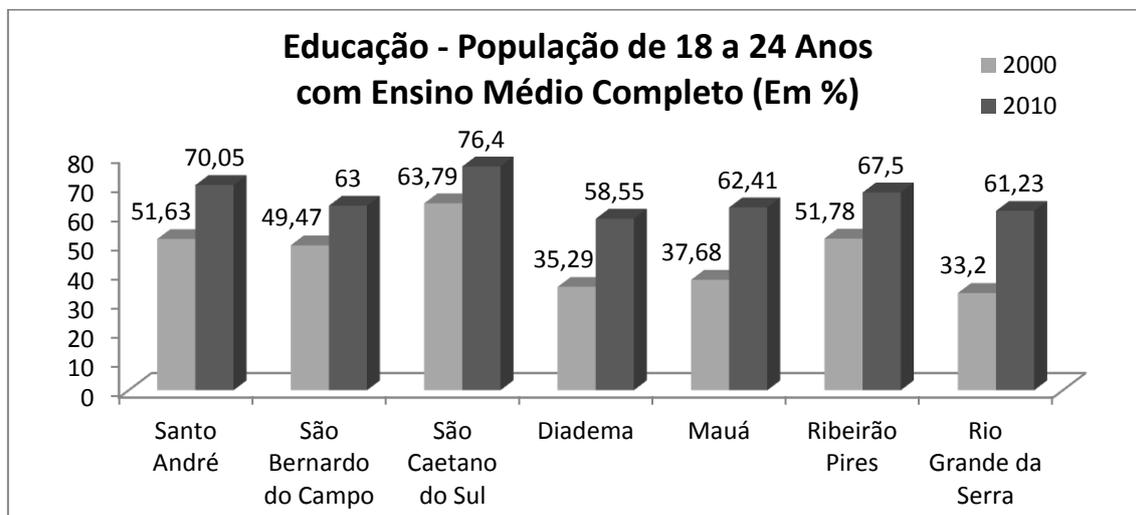
Gráfico 3 - Crescimento da população Grande ABC de 2000 a 2010.



Fonte: Censo 2010 – IBGE. Adaptado pela autora.

O município de Mauá cresceu 18,69% entre 2000 e 2010, seguido por São Bernardo do Campo que apresentou um crescimento de 11,25% e Ribeirão Pires apresentou um crescimento de 10,25%. Diadema cresceu 9,96%, seguido de São Caetano do Sul com uma taxa de 6,98%. A população de Santo André foi a que apresentou menor crescimento da população com uma taxa de 5,06% (CENSO 2010 - IBGE).

Gráfico 4 - Educação – População de 18 a 24 anos com ensino médio completo.

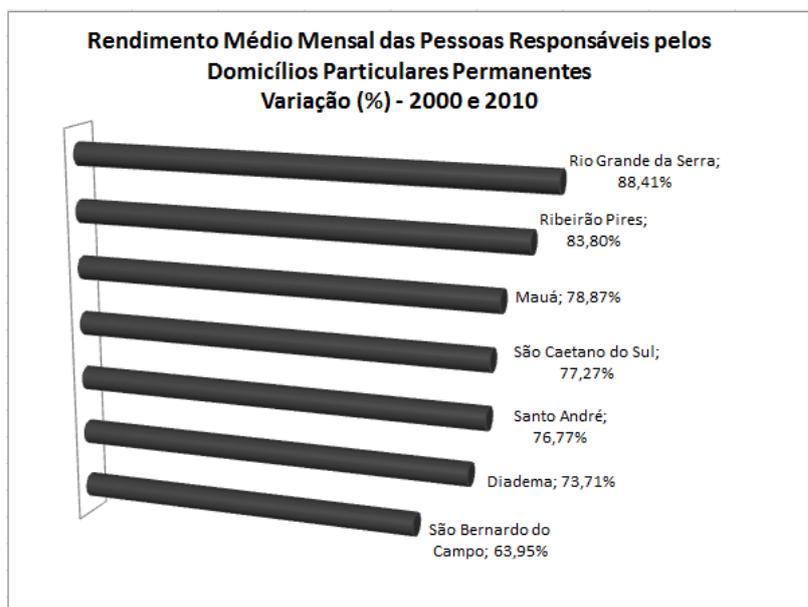


Fonte: Censo 2010 – IBGE. Adaptado pela autora.

Os municípios do Grande ABC apresentam uma elevação da escolaridade para a população de 18 a 24 anos (Censo 2010 - IBGE) em 2010 comparado ao ano de 2000. O município de Santo André apresentava em 2000 um percentual de 51,63% de sua população com jovens de 18 a 24 anos com ensino médio completo e em 2010 elevou esse índice para 70,05%. O município de São Caetano apresentava no ano de 2000 um índice de 63,79% de jovens de 18 a 24 anos com ensino médio completo, elevando esse índice para 76,4% em 2010 posicionando-se em primeiro lugar com relação à quantidade de jovens com ensino médio completo. São Bernardo apresentou um índice de 63% de jovens de 18 a 24 anos com ensino médio completo em 2010. O município de Diadema apresentou um índice de 58,55% e Ribeirão Pires de 67,5% em 2010. Rio Grande da Serra foi o município que mais escolarizou os jovens de 18 a 24 anos no ensino médio completo no período entre 2000 e 2010, comparado aos outros municípios com uma variação de 28,03% na escolarização de jovens entre 18 e 24 anos com ensino médio completo.

Segundo o Censo 2010 – IBGE, o Grande ABC teve um aumento relevante no valor dos rendimentos médios mensais das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes no período de 2000 a 2010 conforme demonstra o gráfico 5 a seguir.

Gráfico 5 - Variação (%) – 2000 e 2010 – Rendimento Médio mensal das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares e permanentes – Região do Grande ABC por ordem de crescimento.

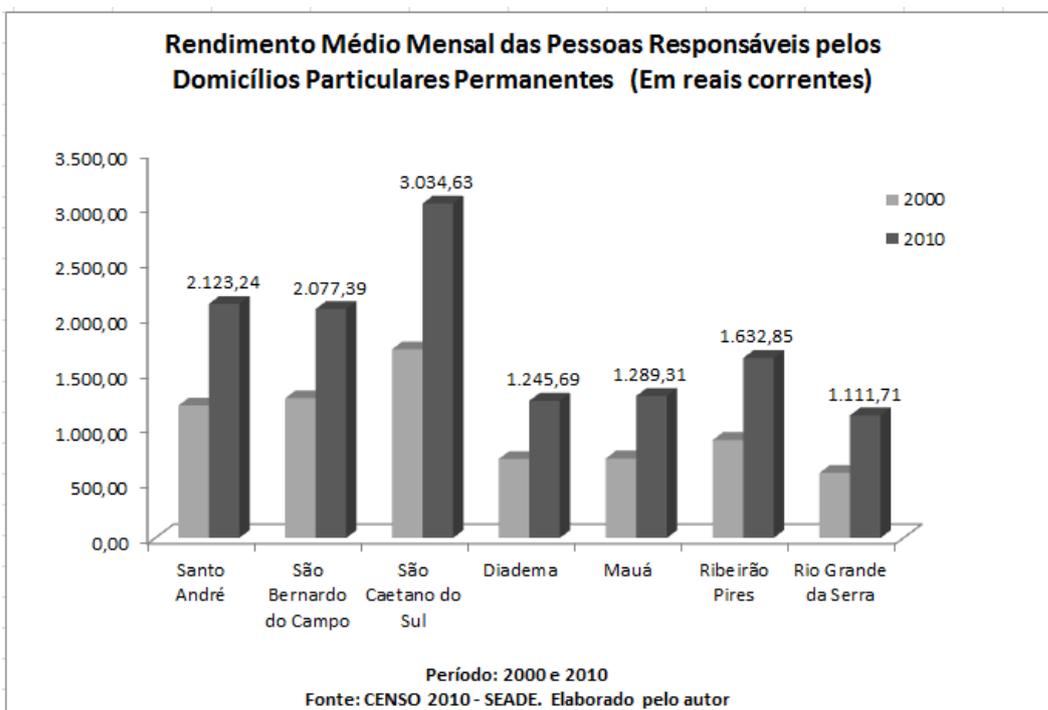


Fonte: Censo 2010 – IBGE. Adaptado pela autora.

O município de Rio Grande da Serra foi o que mais elevou o rendimento médio mensal em 2010 comparado ao ano de 2000, seguido do município de Ribeirão Pires com um percentual de variação de 83,80% em 2010 comparado ao ano de 2000, Mauá com 78,8%, São Caetano do Sul com uma variação de 77,27%. O município de Santo André apresentou uma variação de 76,77% em 2010 comparado ao ano de 2000. Diadema teve uma variação de 73,71% no rendimento mensal em 2010 das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares e permanentes e São Bernardo do Campo foi o município que apresentou uma taxa de 1,76% maior do que em 2000. São Bernardo do Campo apresentou uma taxa menor na variação do valor do rendimento médio entre o período de 2000 a 2010.

Segundo a 1ª Análise do SEADE (2013), o rendimento médio do total de moradores ocupados no Grande ABC já era o maior entre as sub-regiões analisadas pelo estudo em comparação aos demais municípios da RMSP em 2003, mantendo essa posição em 2012 (R\$ 1.860) e superou a média da RMSP e da capital de São Paulo, conforme Gráfico 6 a seguir.

Gráfico 6 - Rendimento Médio Mensal - Região do Grande ABC - 2000 e 2010.



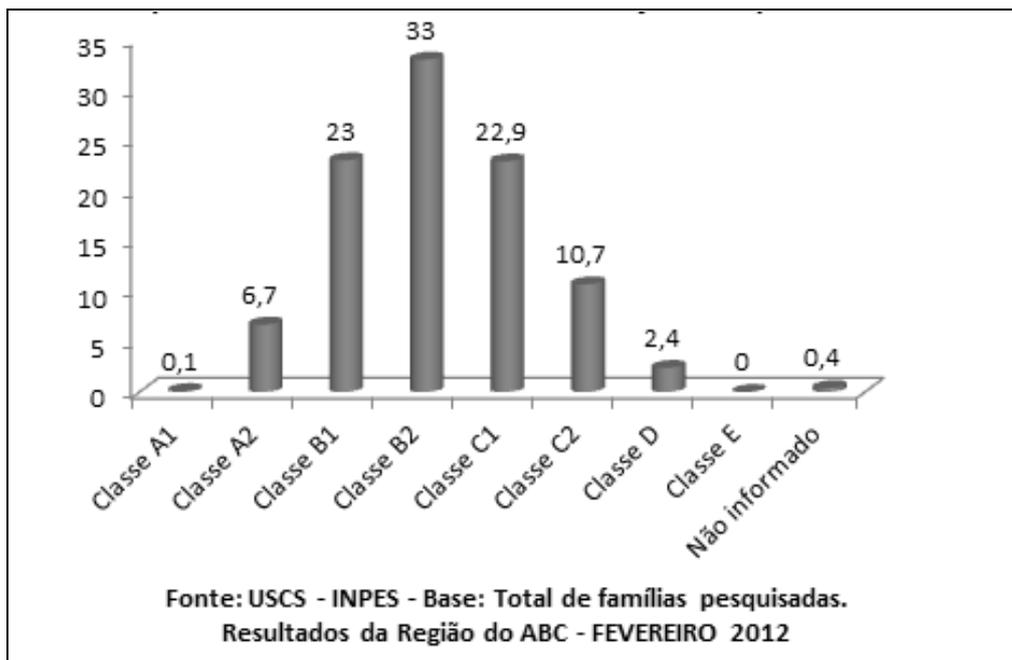
Fonte: Censo 2010 – IBGE. Adaptado pela autora.

A 1ª Análise do SEADE (2013), atribui à esse cenário a seguinte expressão:

“Certamente, o dinamismo econômico e o movimento de formalização das ocupações, verificados em todo o território da RMSP na última década, favoreceram os trabalhadores pela maior proteção associada à carteira assinada e pelos benefícios que podem ser oferecidos na forma de ajuda para transporte, refeição, assistência médica, creche/escola, cesta básica e em alguns casos, participação nos lucros e resultados da empresa (PLR), assim como influenciaram positivamente o aumento da remuneração média vinculada aos reajustes das diversas categorias de trabalhadores e aqueles específicos do salário mínimo e do piso regional, bastante valorizados nos últimos anos.”

O Grande ABC desde o início do século XXI está em busca da criação de novas iniciativas para o desenvolvimento sócioeconômico, transformando e garantindo melhores condições de vida aos seus moradores e alterando o perfil e as características econômicas tradicionais de cada cidade (XAVIER, 2007).

Gráfico 7 - Classificação socioeconômica das famílias (%) – Região Grande ABC (Critério Brasil: Nova Classificação 2008).



O Gráfico 7 apresentado acima, demonstra que a população do Grande ABC possui 33% das famílias na Classe Social – B2, demonstrando que o poder aquisitivo dessa população está num patamar propício ao consumo em virtude da renda familiar, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento socioeconômico do território.

3.2.1.1 Desenvolvimento Econômico

O desenvolvimento socioeconômico é um dos elementos estruturantes dos eixos temáticos que nortearam esta pesquisa na busca de posicionamento do Grande ABC diante dos acontecimentos das últimas décadas no contexto global. Santos e Silveira (2001), citam entre eles: decréscimo do número de estabelecimentos industriais a partir dos anos 80; concentração da propriedade industrial agravado pelos progressos da automação; desaceleração no crescimento do valor da transformação industrial, tornando-se mais complexa e estimulando a instalação de polos de fabricação para novas áreas como o Sul, Centro-Oeste e do Nordeste do Brasil.

As áreas industriais já consolidadas ganham dinamismos diferentes do que definiram a industrialização em períodos anteriores, apontando para alguns indícios do fenômeno de desconcentração, através da redução de número de estabelecimentos, redução de pessoas ocupadas e queda relativa da transformação industrial (SANTOS E SILVEIRA, 2001).

Segundo Dallabrida e Becker (2008, p. 184), mudanças de localização de atividades, como a industrial, em geral, provocam uma acirrada competição entre Estados e municípios, chamada de “guerra fiscal”, como a instalação de indústrias automobilísticas fora das localizações metropolitanas, revalorizando pedaços do território e fazendo com que as empresas globais convoquem o resto do território para trabalhar para seus fins.

Santos e Silveira (2001) criticam essa dinâmica, registrando que:

“O lugar deve, a cada dia, conceder mais privilégios, criar permanentemente vantagens para reter as atividades das empresas, sob ameaça de um deslocamento”.

Com essa análise baseada no referencial teórico exposto, este estudo identificou características de desconcentração no Grande ABC após o período dos anos de 1980 apresentando uma retomada no crescimento a partir do ano de 2003.

3.2.1.2 Análise Setorial do ABC

Segundo Daniel (1996) existe uma indagação quanto à transformação da economia industrial para economia baseada no setor terciário na Grande ABC, porque antes de afirmar tal transformação, seria necessário avaliar o perfil do setor terciário (comércio atacadista e varejista, relação entre o pequeno e o grande estabelecimento, serviços pessoais, serviços financeiros, serviços de apoio à produção industrial, etc.).

“Já se disse que o segredo para a solução de um problema consiste em enunciar corretamente tal problema. Em outras palavras, a eficácia de um plano regional é função também, da *abordagem* adequada dos problemas da economia do Grande ABC. Convém, nesse sentido, precisar três pontos relevantes: sua dinâmica econômica presente, a relação entre o pequeno e o grande empreendimento e os fatores relativos à competitividade regional” (DANIEL, 1996).

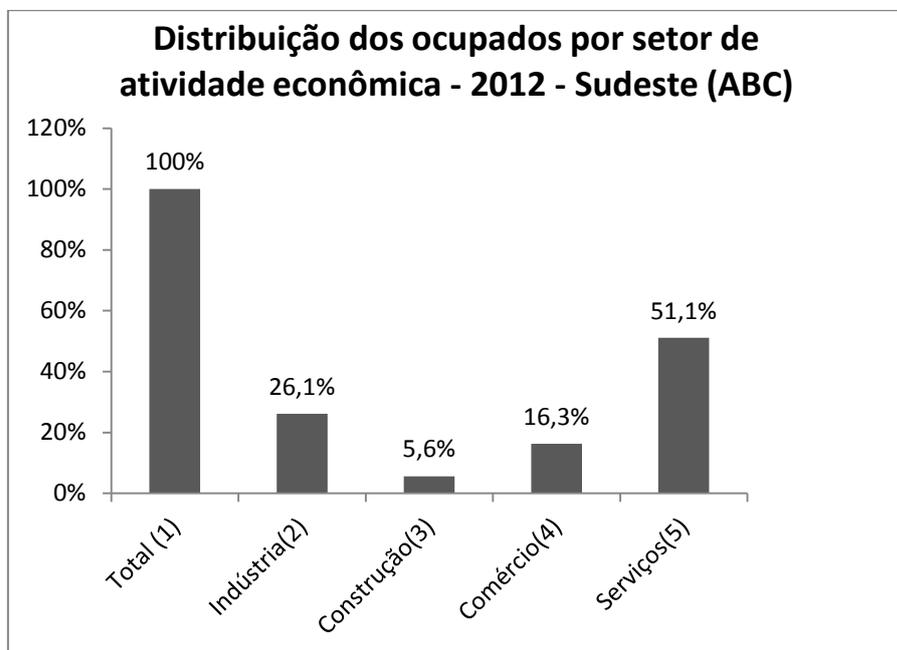
O crescimento do terciário depende do tamanho do mercado. Este, por sua vez, deve-se à renda “per capita” e à sua amplitude espacial. Assim, dada a “renda per capita”, a expansão do terciário pode ser obtida a partir da ampliação de seu raio de abrangência espacial, incorporando novas “zonas tributárias” (no caso do Grande ABC, por exemplo, a integração de áreas da periferia de São Paulo, ou a exportação de serviços culturais para a capital). No caso da região (que não apresenta vocação para o turismo), o campo para esse tipo de crescimento do terciário apresenta claros limites. Na visão da amplitude espacial, a expansão do comércio e dos serviços depende da renda per capita, o que exige emprego e renda industriais para a dinâmica do terciário regional, em particular o complexo automotivo, em face do seu potencial de geração de emprego direto e indireto (DANIEL, 1996).

As informações apresentadas a seguir foram obtidas através da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada na RMSP pela Fundação Seade – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados e pelo Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos, desagregadas em sub-regiões, para uma análise detalhada do mercado de trabalho. Os municípios da RMSP foram agrupados em cinco sub-regiões e os distritos do município de São Paulo em oito zonas, apresentando os principais indicadores de mercado de trabalho em 2003 e 2012. Os dados são publicados mensalmente no sítio do Seade e permitiu a análise da sub-região Sudeste (ABC), através de dados publicados no projeto 1ª Análise –

Seade, intitulado de “O emprego e a mobilidade do trabalhador na Região Metropolitana de São Paulo”. (SEADE-DIEESE, 1ª Análise, 2013).

De acordo com a 1ª Análise Seade, nº 4, julho de 2013, conhecer o tipo de ocupação dos moradores de uma região ajuda a entender suas particularidades. A região do ABC apresenta uma maior concentração de mão de obra na indústria de transformação da RMSP, com participação de 26,1% (Gráfico 8). Nesse setor, predomina o ramo metalomecânico, com 13,9% do total de ocupados na região do ABC, conforme demonstra o Gráfico 8 a seguir.

Gráfico 8 - Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica.



Fonte: 1ª Análise Seade, nº 4, julho 2013. Adaptado pela autora.

O ramo metalomecânico é um segmento mais intensivo em capital e tecnologia e com presença de empresas de maior porte, concentrando um número maior de postos de trabalho qualificados e de organização de trabalhadores, dois fatores que contribuem para uma remuneração mais elevada, em relação a outros ramos de atividade econômica (1ª ANÁLISE SEADE, 2013).

O ritmo de crescimento mostrou-se diferente para os setores, com uma maior participação do setor de Serviços. A indústria nacional apresentou uma recuperação consistente de postos de trabalho entre 1999 e 2009, decorrente da combinação de diversos fatores e de medidas adotadas na década de 1990, tanto no plano macroeconômico, quanto no microeconômico (DIEESE, 2012).

O período entre 2000 e 2009, segundo análise do Dieese (2012), apresentou melhora expressiva dos indicadores do mercado de trabalho, com redução do desemprego, aumento da ocupação em todos os segmentos e regiões do Brasil e geração de postos de trabalho.

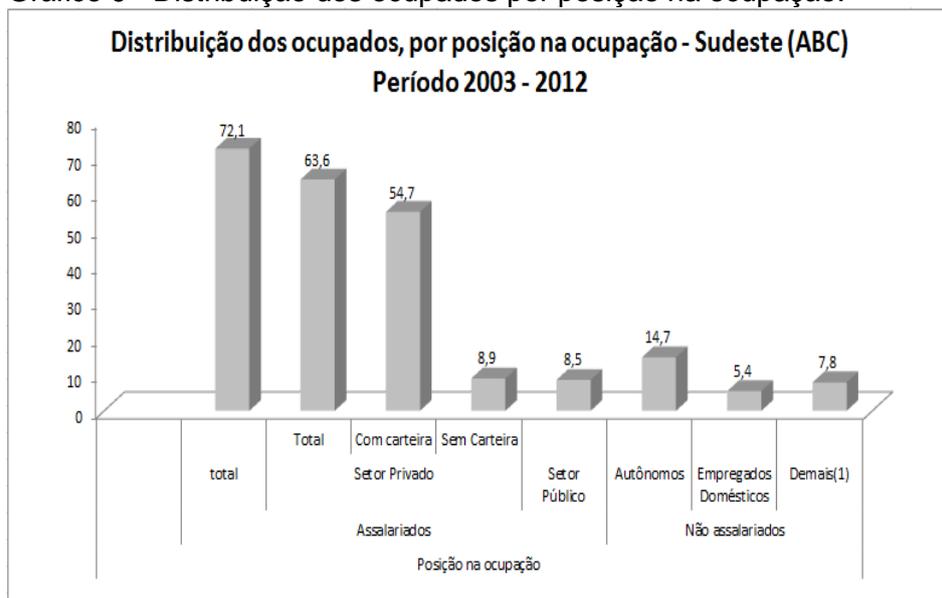
Segundo a análise (SEADE-DIEESE, 1ª Análise, 2013), o total de ocupados foi estimado em 9,75 milhões de pessoas na RMSP, em 2012, sendo que 1,88 milhão de novas ocupações surgiram em relação a 2003, sugerindo que novos setores da economia foram se desenvolvendo no período.

Segundo Reis (2008, p.133):

“Estudos de DOWBOR (2001) apontam que não é apenas um terceiro “setor” ou “terciário” que está surgindo, mas sim “o conjunto das atividades humanas que está sendo transformado, ao incorporar mais tecnologias, mais conhecimento e mais trabalho indireto”. Ou seja, com a incorporação de novas tecnologias, novas concepções de organização e planejamento, estão ocorrendo mudanças de conteúdo das atividades produtivas e atividades ligadas às infraestruturas econômicas, comerciais, financeiras e serviços sociais. Aspectos estes que o autor considera que devem ser analisados”.

Com relação ao contingente de ocupados por posição na ocupação no Grande ABC, do total de ocupados (72,1%), 54,7% são assalariados com carteira assinada, no setor privado, conforme demonstra o Gráfico 9 a seguir.

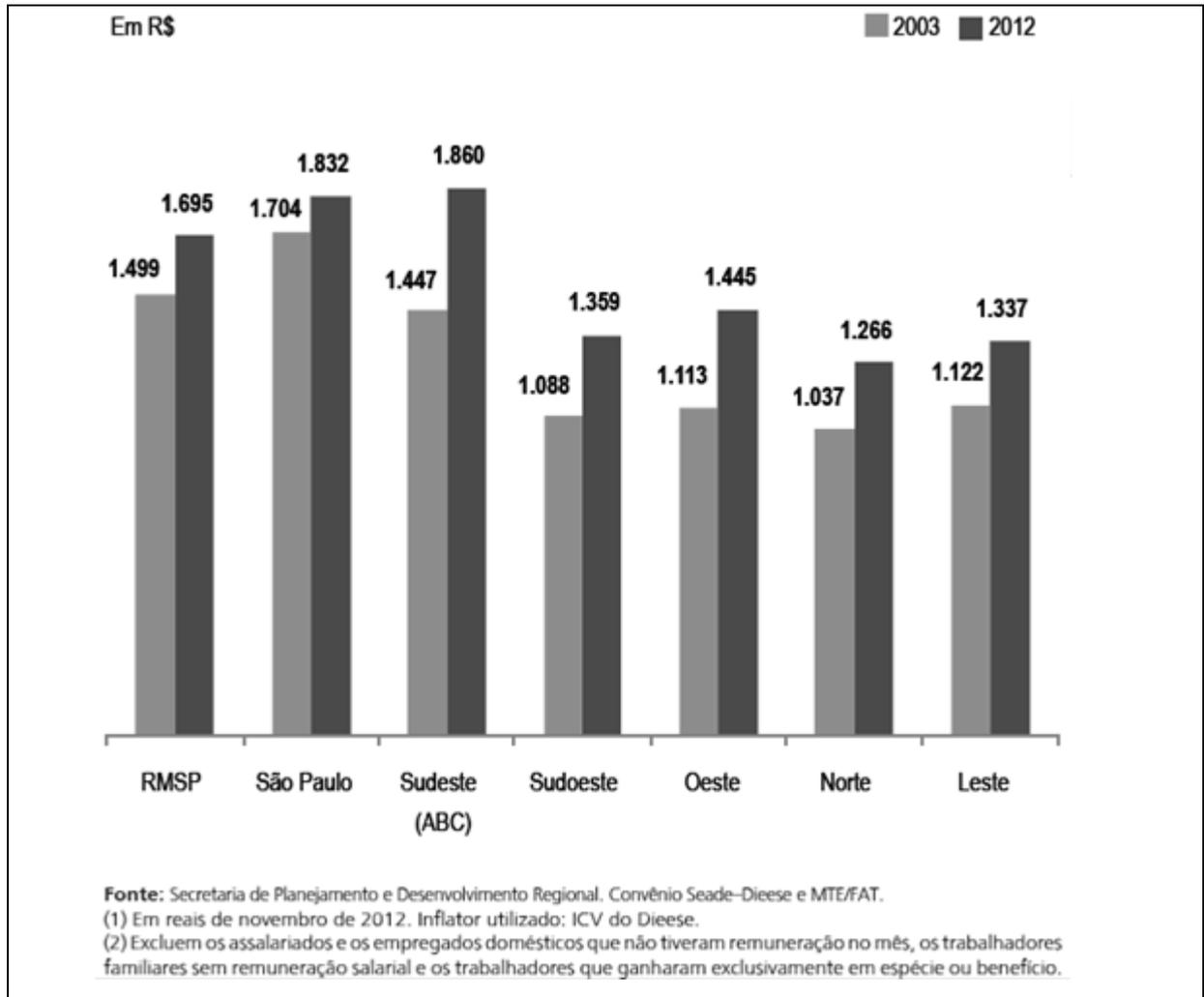
Gráfico 9 - Distribuição dos ocupados por posição na ocupação.



Fonte: 1ª Análise Seade, nº 4, julho 2013. Adaptado pela autora.

Quanto ao rendimento médio do total de moradores ocupados na sub-região Sudeste (ABC), no período de 2003 a 2012, manteve-se como o maior entre as sub-regiões dos demais municípios da RMSP e superou a média (R\$ 1.860,00) conforme o gráfico 10 a seguir.

Gráfico 10 - Rendimento médio real (1) dos ocupados (2), por sub-regiões.



O Grande ABC tem uma significativa posição dentro do cenário brasileiro porque é o 5º mercado consumidor, segundo uma pesquisa do ICM divulgada em 2012, e ainda concentra boa parte das indústrias do Brasil (FIES), com um desenvolvimento econômico nos setores de comércio e serviços.

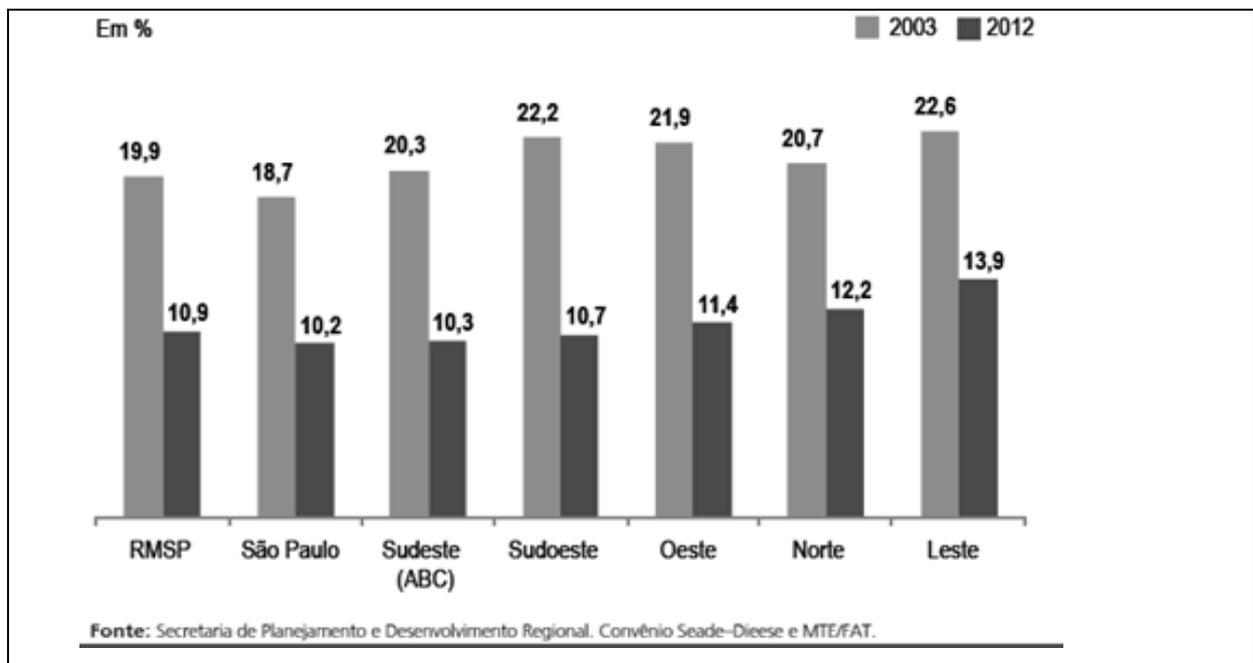
Segundo a Cepal (2010), o desenvolvimento econômico e social de um país, tanto no âmbito regional ou local, para ser bem-sucedido, requer um mercado de trabalho dinâmico, com coesão social. Um mercado de trabalho dinâmico é a

manifestação mais evidente de um processo de desenvolvimento econômico e social bem sucedido.

Este estudo procurou levantar indicadores socioeconômicos do mercado de trabalho, com o objetivo de vincular o cenário do mercado de trabalho à qualificação profissional ofertada pelos sete municípios do Grande ABC.

Quanto à situação geral do mercado de trabalho da sub-região Sudeste (ABC), mostrou-se favorável em relação às taxas de desemprego, mantendo-se entre as menores, comparada às outras sub-regiões da RMSP, com 20,3% em 2003 e 10,3% no ano de 2012, conforme demonstra o Gráfico 11 a seguir.

Gráfico 11 - Taxa de desemprego por sub-regiões. Distribuição dos ocupados – RMSP – 2003 a 2012.



Fonte: 1ª Análise 2013 – SEADE.

Segundo a análise do Dieese (2012), utilizada neste estudo para referenciar o mercado de trabalho e o perfil do trabalhador no Brasil, os anos de 1990 enfrentaram uma grave crise do emprego, sendo reestabelecido o crescimento do emprego formal, na primeira década dos anos 2000.

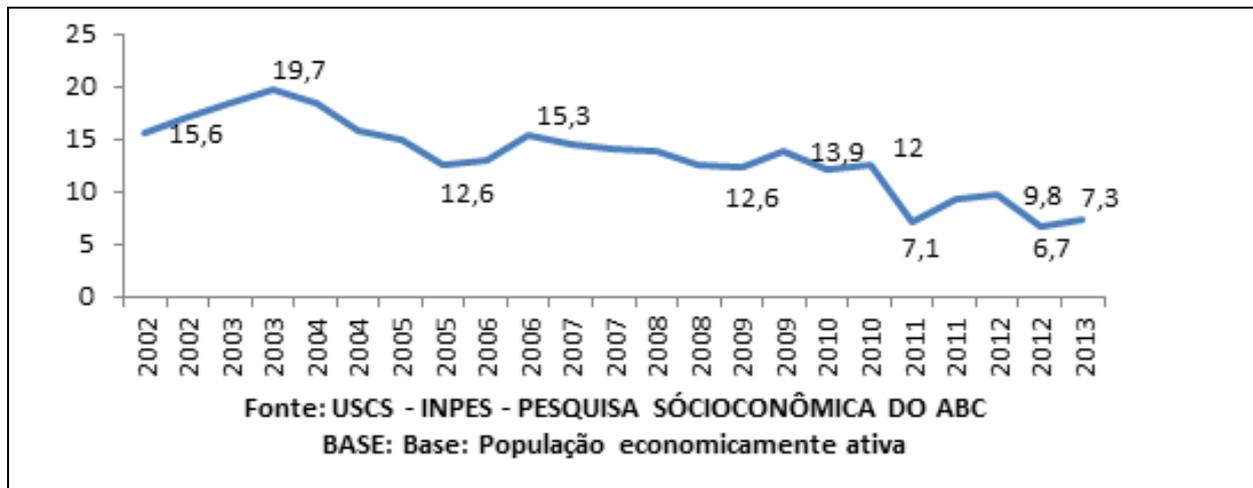
Segundo Bresciani (2011):

“O cenário se transformaria nos 1980, com os primeiros sintomas da crise econômica que se aprofundaria a partir de 1990. De 1989 a 1999, como mostra Sabóia (2001), um de cada quatro empregos da indústria brasileira desaparece; no Grande ABC, isso não é diferente. Como polo estratégico da indústria nacional,

o ABC vê sua taxa de desemprego praticamente dobrar em curto espaço de tempo, e as consequências sociais são também expressivas”.

De acordo com a pesquisa socioeconômica do Grande ABC, elaborada pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul – INPES, no ano de 2002, a taxa de desemprego era de 15,6%, retratando a grave crise do emprego; e em 2003, acompanhando o cenário nacional, subiu para 19,7%. Com a retomada do crescimento da economia em 2005, o índice de desemprego foi 12,6%. A partir de 2011, com um índice de 7,1%, a taxa de desemprego se apresentou abaixo dos 10 pontos percentuais, mantendo-se dentro desses patamares, em 2013, apresentou um índice de 7,3%, conforme gráfico 12 a seguir.

Gráfico 12 - Região do Grande ABC - Taxa de Desemprego – 2002 a 2013.



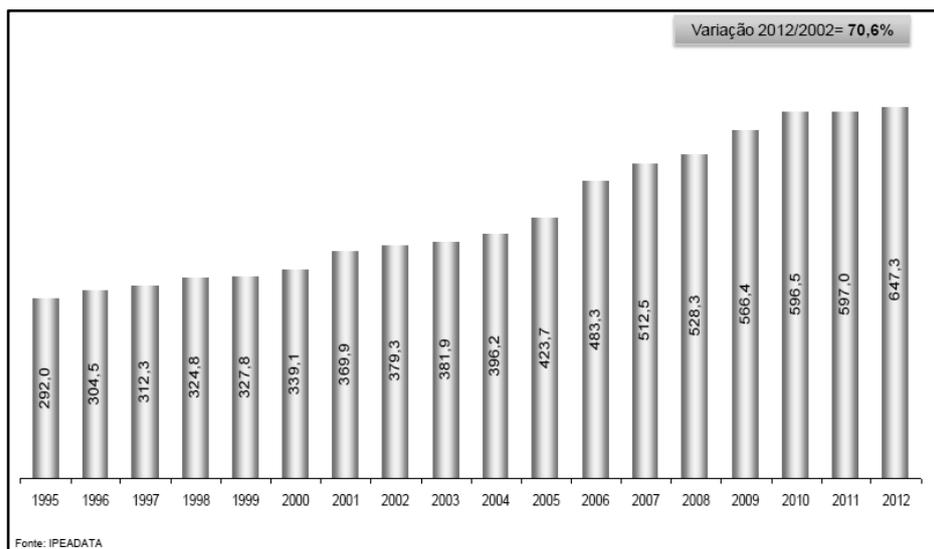
Fonte: Portal USCS – INPES, 2014. Elaborado pela autora

Observando o mercado de trabalho à luz do referencial teórico desta pesquisa e considerando o período após o ano de 2011, o momento da história brasileira recente é propício, considerando-se a oportunidade para o “enriquecimento da sociedade, pois muitas pessoas podem trabalhar e menos pessoas dependem da produção das que trabalham”. O excedente econômico que pode ser gerado em situações como esta, dependendo da política econômica e do modelo de desenvolvimento adotados, pode ser transformado em aumento nos níveis de poupança, investimento e produção, resultando em crescimento econômico e possibilidade de superação das desigualdades sociais (CARVALHO E WONG (1998), QUEIROZ et al. (2006) apud DIEESE, 2012).

Segundo Alves (2010 apud Dieese, 2012), a partir de 2004 as “condições demográficas, econômicas e sociais entraram em um círculo virtuoso”. O país cresceu em média 4,5% ao ano, o que teve forte impacto sobre o mercado de trabalho, com a redução das taxas de desemprego, a expansão e a interiorização do emprego assalariado com carteira assinada, o crescimento da ocupação nos setores mais estruturados da economia, a redução das ocupações informais, a recomposição do poder de compra dos salários, a redução do trabalho infantil e o aumento da taxa de participação feminina (BALTAR et al., 2010 apud DIESSE, 2012).

Outro fator que contribuiu para o cenário de forma positiva foi a política de Evolução do Salário Mínimo Real, conforme Gráfico 13 a seguir.

Gráfico 13 - Evolução do Salário Mínimo Real (R\$ - Média Anual) – Período 1995 a 2012.



Fonte: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE – Brasília, 2013, slide 113.

4.2. Iniciativas Locais/Regionais

Essa pesquisa buscou conhecer as políticas públicas municipais para a oferta de programas de qualificação profissional de trabalhadores empregados e desempregados dos sete municípios do Grande ABC, no período de 2001 a 2014, que ofertaram programas independentes de Planos Territoriais ou Setoriais de Qualificação Profissional.

A “qualificação profissional” objeto deste estudo, conceitua a qualificação enquanto aprendizagem e capacitação para o exercício de uma profissão. Aprendizagem essa que dá embasamento e conhecimento para que o indivíduo possa inserir-se no mercado de trabalho através de um emprego que lhe dê prazer e ao mesmo tempo uma vida digna, e que proporcione sustento, segurança, moradia, alimentação adequada e lazer, através da renda gerada pelo seu trabalho, pois é através dessas variáveis que o ser humano interage na sociedade e contribui ativamente para o desenvolvimento econômico da sua nação, do seu estado e da sua região.

Conforme aponta o referencial teórico desta pesquisa, a Educação Profissional foi regulamentada pelo Decreto nº 5.124/2004 e no ano de 2007 e a Portaria 615 do Ministério do Trabalho e Emprego regulamentou a Formação Inicial Continuada de trabalhadores, conforme Art. 1º:

“Art. 1º - Compete à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE a responsabilidade pela operacionalização do Cadastro e validação dos programas e cursos de aprendizagem, quando se tratar de cursos de Formação Inicial e Continuada (BRASIL, 2007)”.

Durante o desenvolvimento do referencial teórico sobre qualificação profissional do trabalhador, este estudo identificou que as ações são implementadas de forma descentralizada, de acordo com o PNQ (Brasil, 2011), como mostra a tabela 13 a seguir.

Tabela 13 - Plano Nacional de Qualificação no Brasil.

Plano de Qualificação	Gestão	Objetivos
PlanTeq - Plano Territorial de Qualificação	Parceria com estados, municípios e entidades sem fins lucrativos.	Atender demandas por qualificação identificadas com base na territorialidade.
Planseq - Plano Setorial de Qualificação	Parceria com sindicatos, empresas, movimentos sociais, governos municipais e estaduais.	Buscam o atendimento de demandas emergenciais, estruturantes ou setorializadas de qualificação.
Projetos Especiais	Parceria com entidades do movimento social e organizações não governamentais	Destinam-se ao desenvolvimento de metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional.

Fonte: PNQ (Brasil, 2011). Adaptado pela autora.

Com base na tabela acima, o estudo concentrou-se em levantar os Projetos Especiais que têm o objetivo de desenvolvimento de metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional no âmbito dos sete municípios do Grande ABC e que são executados pelas prefeituras em parcerias com entidades, movimentos sociais e organizações não governamentais, citando em alguns momentos, outros programas que tiveram importância relevante dentro do contexto desse estudo.

O estudo buscou também notícias em portais da internet nos sítios das prefeituras dos sete municípios sobre qualificação profissional no Grande ABC para identificar a origem dos programas ofertados e a possível necessidade de formação de mão de obra para o mercado de trabalho. Também serviu como referencial para identificar as instituições responsáveis pela oferta desses programas conforme a tabela 14 a seguir.

Tabela 14 - Relação de Notícias divulgadas na mídia

DATA	NOTÍCIAS SOBRE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
27/02/2014	Qualifica Mauá está com inscrições abertas para 204 vagas em cursos. Após conclusão do curso, alunos são encaminhados para o mercado de trabalho
20/02/2014	Qualifica Mauá conta com 405 vagas em cursos profissionalizantes. São 14 modalidades que formarão trabalhadores aptos para funções procuradas no mercado de trabalho
19/02/2014	Qualifica Mauá prorroga inscrições para 122 vagas para diversos cursos. Foram prorrogadas as inscrições para 122 vagas em cursos para atuar em cinco diferentes áreas
07/02/2014	CPTR de Mauá disponibiliza 435 vagas de emprego em São Paulo e ABC. Há oportunidades tanto para trabalhadores com qualificação quanto para aqueles sem experiência
04/02/2014	Qualifica Mauá: Capuava e Sonia e Sílvia Maria terão cursos profissionalizantes. São oferecidas 244 vagas para atuar em cinco diferentes áreas industriais, em parceria com a Braskem
23/01/2014	CPTR tem 408 vagas de emprego, além de diversas oportunidades em cursos. Há vagas para diversas cidades da região e cursos para os setores de crédito e vendas
18/12/2013	Qualifica Mauá realiza formatura para 865 pessoas em diversos cursos profissionalizantes. Balanço mostra que foram 2.565 qualificados desde o início deste ano
29/06/2013	Qualifica Mauá abre inscrições para 156 vagas em cursos da construção civil. O programa Qualifica Mauá está com inscrições abertas para 156 vagas nos cursos do setor de construção civil.
18/04/2013	Secretaria de Trabalho e Renda e Fatec irão elaborar o plano municipal de qualificação de Mauá.
04/01/2013	Prefeitura de Mauá abre inscrições para cursos gratuitos. Qualificação para o mercado de trabalho abrange quatro áreas de atuação da construção civil

Fonte: Portais de Internet das prefeituras dos sete municípios e jornais da região. Período: 2009 a 2014. Elaborado pela autora.

4.4. Iniciativa de Consorciamento

Durante o levantamento de dados sobre notícias publicadas nos portais das prefeituras dos sete municípios do Grande ABC, foi encontrado com destaque o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, com iniciativas de debate sobre o tema qualificação profissional.

O Consórcio Intermunicipal Grande ABC é um das iniciativas de articulação e cooperação entre os sete municípios do Grande ABC. Foi criado em dezembro de 1990 [com o nome oficial de Consórcio] na cidade de Santo André, com a liderança do ex-prefeito Celso Daniel, como parte de um modelo de governança pública das políticas de desenvolvimento regional com o objetivo de articulação dos interesses regionais, especialmente pela criação da Câmara Regional do Grande ABC e da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC composta por cinco diretores indicados pelas prefeituras dos sete municípios, por associações empresárias representadas pelas diretorias regionais do Ciesp no Grande ABC, pelas associações comerciais, pelo Polo Petroquímico do Grande ABC, pelas

entidades sindicais e universidades da região e como espaço de concertação política entre os sete municípios, o governo estadual e a sociedade civil organizada, para debater e promover uma série de acordos visando à superação da crise econômica e social vivida pela região dentro do contexto da crise nacional como forma de fortalecer o território em suas políticas de abrangência territorial (BRESCIANI, 2011).

Segundo Bresciani (2011), em 8 de fevereiro de 2010, passou a ser o primeiro consórcio multissetorial de direito público e natureza autárquica do país e na mesma data os prefeitos dos sete municípios instalaram a Assembleia Geral nos moldes do Contrato de Consórcio Público, para se adequar à Lei nº 11.107 de 2005, pela qual a União somente celebra convênios com consórcios públicos constituídos sob a forma de associação pública ou que para essa forma tenham se convertido. A nova constituição jurídica deu poder de execução para a autarquia firmar acordos entre as administrações e abrir processos de licitação para obras em prol dos sete municípios; receber recursos oriundos das esferas federal e estadual, bem como de organismos internacionais, para efetivar projetos regionais oriundos dos Grupos de Trabalho (GT) do Consórcio.

O Consórcio atua para a articulação e o planejamento de ações regionais divididas em oito eixos de atuação. Cada eixo é composto por Grupos de Trabalho (GTs) formados por gestores públicos e técnicos nas áreas de atuação específica de cada GT e técnicos do Consórcio. Compete aos GTs: a) propor ações de âmbito regional visando o desenvolvimento das políticas públicas relativas aos objetivos dos oito eixos de atuação do consórcio; b) elaborar projetos regionais visando a captação de recursos junto aos governos federal e estadual; c) elaborar projetos regionais autossustentáveis; d) elaborar a gestão técnica dos convênios, contratos e termos afins advindos dos projetos elaborados; e) propor a criação de grupos temáticos para o desenvolvimento de ações pontuais e de natureza transitória com prazo para conclusão dos trabalhos (CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC, 2012).

Em documento pesquisado junto ao Consórcio Intermunicipal Grande ABC, datado de 21 de setembro de 2003, o Consórcio que na época era denominado “Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings”, era presidido pelo então prefeito do município de Diadema, o Sr. José de Fillipi Júnior, já

demonstrava suas ações para a qualificação profissional no documento “Plano Territorial de Qualificação”.

O Plano Territorial de qualificação, segundo o documento pesquisado, mencionava o novo desenho do Plano Nacional de Qualificação Profissional – PNQ, que havia sido lançado pelo Ministério do Trabalho e que incentivava uma descentralização dos programas de qualificação, sugerindo que o Consórcio oferecia condições adequadas para a adoção de programas de qualificação de âmbito regional, conforme afirmação a seguir:

“As novas diretrizes do PNQ, vêm ao encontro da expectativa de consolidação do projeto de desenvolvimento regional ao potencializar a articulação de diversos programas municipais que visam atender as múltiplas necessidades da população, fortalecendo a articulação das políticas públicas de empregos, saúde e ações de inclusão social e redistribuição de renda.”

Os critérios para definição das áreas a serem atendidas com cursos de qualificação profissional foram definidas de acordo com as demandas das Comissões Municipais de Emprego – CME: o planejamento estratégico da região, projetos desenvolvidos de inclusão social, dados secundários da PED, demandas de formação profissional levantadas pelas CTRs dos setes municípios em 2003 e outros projetos da área de educação que possuía prioridade nas agendas de todos os programas dos municípios (PLANO TERRITORIAL DE QUALIFICAÇÃO – GRANDE ABC, 2003).

Em 13 de abril de 2012, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, ocorreu um debate sobre o tema: “Escassez de trabalhadores qualificados para o mercado de trabalho do Grande ABC”, na sede localizada na cidade de Santo André, estado de São Paulo. O relatório transcrito a seguir, foi elaborado pela autora com base na participação no evento e nas informações do portal do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, disponível em www.consorcioabc.gov.br.

O GT Trabalho e Renda, posteriormente rebatizado como Trabalho e Economia Solidaria, responsável pela elaboração do debate em questão pertence ao eixo do Desenvolvimento Econômico Regional que durante o ano de 2011 realizou a 2ª Conferência Regional do Trabalho Decente do Grande ABC organizada pelo Consórcio com a colaboração da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, CIESP, DIEESE, Sindicato dos Metalúrgicos e dos Químicos do ABC, também presentes a esse debate.

O Planejamento Estratégico do Consórcio referente ao período 2011- 2020 teve, como um dos objetivos, desenvolver um diagnóstico e indicadores no eixo de Desenvolvimento Econômico Regional para Trabalho e Renda atendendo o Plano Regional de Qualificação, selecionado como prioridade pelos sete prefeitos do Grande ABC, através da elaboração de planos municipais com ações e participação dos atores sociais, como o DIEESE, CIESP, SENAI, SEBRAE, Sindicatos, para uma melhor utilização dos recursos, pensando nos rumos do desenvolvimento econômico do Grande ABC identificando assim necessidades e oportunidades nos vários segmentos da indústria, comércio e serviços, através de programas de qualificação profissional e inserção dos trabalhadores no mundo do trabalho e com o comprometimento para a criação de um Observatório Regional do Trabalho no Grande ABC.

Presente na mesa, a deputada estadual Ana Carmo (2012), da Bancada do Grande ABC, colocou algumas questões no debate sobre a existência de vagas no mercado de trabalho e a inexistência de qualificação profissional para o preenchimento das mesmas, dizendo que a contribuição do Estado de São Paulo é muito tímida para a investigação dessas questões e que o índice de desemprego entre os jovens está altíssimo, necessitando, por um lado, maior investimento do estado e por outro, maior contribuição dos empresários para a identificação e solução dessas questões. Complementando a fala, o então deputado estadual Carlos Grana (2012) comentou que a Frente Parlamentar de Qualificação era então representada por oito deputados estaduais no ABC, o que representava 10% em âmbito estadual e que seria necessária a criação de uma comissão para apresentação de propostas apresentando temas para a política de geração de trabalho e renda com o envolvimento dos atores sociais e também para que as empresas se apropriassem de seus empregados para identificar a real necessidade de qualificação profissional.

Durante o debate, foi apresentada uma preocupação e urgência de uma análise mais profunda de questões do mercado de trabalho e qualificação profissional para o contexto do desenvolvimento econômico do país, pela supervisora da Pesquisa de Emprego e Desemprego do DIEESE - Lucia dos Santos Garcia (2012), que apresentou uma pesquisa de campo, onde mostrou um diagnóstico de que um quarto da população ocupada e que está trabalhando, faz cursos rápidos de qualificação oferecidos pelas empresas a cada três anos e que

essa população está concentrada no segmento da indústria. Ressaltou ainda que nos anos 1990, era preciso se qualificar; porém, a qualificação profissional se mostrou insuficiente e inadequada, não sendo possível aproveitar a mão de obra formada por essa qualificação.

Lucia dos Santos Garcia (2012), técnica do DIEESE, apresentou durante o debate alguns comentários sobre a Pesquisa do DIEESE – Qualificação e Mercado de Trabalho: Apontamentos para política pública em regiões metropolitanas – São Paulo – 2011, que aponta para a escassez relativa de trabalhadores qualificados no mercado de trabalho e que a mesma foi inicialmente formulada pelo meio empresarial e rapidamente absorvida pela mídia, refletida nos meios de comunicação na forma de um “apagão de mão de obra”. Diante desse contexto o DIEESE após a realização desse estudo, afirma que o Brasil não enfrenta um “apagão de mão de obra”, mas maiores dificuldades no recrutamento de determinadas ocupações; os jovens trabalhadores subqualificados apresentam situação mais precária que a dos adultos, pois ganham menos e a parcela dos que contribuem com a Previdência é menor. Destacou, ainda, que a universidade tem produzido mais diplomados do que força de trabalho, isto é, trabalhadores mais escolarizados, o que resulta em uma sobrequalificação. Fez apontamentos para a política pública de qualificação profissional, mostrando algumas profissões que precisam de profissionais qualificados, como: vendedores, cozinheiros, de confecção, educadores, pintores, serventes, atendentes de bar; e muitas vezes a capacitação se dá para públicos errados, por isso existe a necessidade de delinear os elementos para atender a essa dinâmica da estrutura produtiva para cada contexto e para cada região. Para isso, mencionou a possibilidade de um recorte do Grande ABC por parte do DIEESE para contribuir com a definição de uma trajetória de desenvolvimento melhor sucedida. Finalizando comentou sobre a questão da migração de mão de obra e que se as políticas públicas não resolverem essa situação, o mercado de trabalho resolverá o problema desses migrantes, substituindo a mão de obra nacional pela externa.

Durante o levantamento de dados dessa pesquisa foi identificado que os municípios também concentram ações de qualificação profissional sob a responsabilidade das secretarias de desenvolvimento econômico enquanto órgãos das prefeituras (CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC, 2012).

Com base nas notícias e informações nos sítios das prefeituras dos municípios pesquisados, foram realizadas algumas visitas em instituições com vínculo nas Secretarias de Desenvolvimento, Trabalho e Renda das prefeituras, com o objetivo de identificar o órgão responsável pela ação de qualificação profissional para a aplicação da entrevista semiestruturada e levantamento das características dos programas municipais de qualificação profissional.

A tabela 15, a seguir, demonstra a relação dos entrevistados para o levantamento dos programas e suas características.

Tabela 15 - Relação de levantamento de dados e dos responsáveis pelas respostas das entrevistas.

GRANDE ABC MUNICÍPIO	Levantamento de Dados	Órgão responsável	Local da pesquisa (2013/2014)	Entrevistado e ano de gestão pública
Consórcio Intermunicipal Grande ABC	Pesquisa documental	GT - Trabalho e Renda	Centro de Documentação	Srta. Marta Lima (2014)
Santo André	Pesquisa Documental e Entrevista pessoal	Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Secretaria de Educação - Central de Trabalho e Renda	Central de Trabalho e Renda	Sr. Jerônimo Neto (2014)/ Sra. Maria Auxiliadora (2014)
São Caetano do Sul	Pesquisa Documental e Entrevista pessoal	- SEDERT – Secretaria de Desenvolvimento de Emprego Trabalho e Renda	SEDERT	Sr. Celso Amâncio (Gestão 2012) - Sra. Deolinda Parra (2012) - Sr. Fernando Cunha (2012, 2014)
São Bernardo do Campo	Pesquisa documental e Entrevista pessoal	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Empreendedorismo, Trabalho e Renda; Secretaria de Educação	Central de Empreendedorismo, Trabalho e Renda – CTER	Sr. Nilson Tadashi (2012)/Sra. Denise (2014) / Sra. Adriana (2014)
Diadema	Pesquisa documental e Entrevista pessoal	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda	Fundação Florestan Fernandes	Sr. Jerônimo Neto (2012); Sr. Joeder José de Souza (2014)
Mauá	Pesquisa Documental e contato telefônico	Secretaria de Trabalho e Renda - Programa Capacita Mauá	Secretaria de Trabalho e Renda	Secretário de Trabalho e Renda: Sr. Marcelo Lucas Pereira (2014)
Ribeirão Pires	Pesquisa documental	Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Secretaria e Assistência e Desenvolvimento Social; PAT - Posto de Atendimento ao Trabalhador	Centro de Formação Professor Paulo Freire	Secretário de Desenvolvimento: Sr. Paulo Silotti; Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social: Sra. Sonia Garcia
Rio Grande da Serra	Pesquisa documental			

Fonte: Elaborado pela autora.

4.5. Programas de Qualificação Profissional

Esta seção aborda as iniciativas de cada um dos municípios do Grande ABC na criação de políticas públicas para a oferta de programas de qualificação e requalificação profissional de acordo com o levantamento de dados documentais, pesquisa nos sítios das prefeituras dos municípios, participação em eventos, e com base nas entrevistas realizadas.

Em virtude da transição de gestores públicos responsáveis pelos programas de qualificação profissional durante o período pesquisado, este estudo não logrou obter todas as informações correspondentes ao período de interesse.

Uma das questões pesquisadas neste estudo foi como as pessoas procuram pela qualificação profissional junto ao seu município com o objetivo de inserir-se no mercado de trabalho ou buscar uma nova colocação e para isso, buscam requalificar-se e verificar como os municípios definem políticas de qualificação, para que a pesquisadora pudesse buscar as características dos programas oferecidos para essa finalidade.

Em documento pesquisado no Consórcio Intermunicipal Grande ABC de 21 de setembro de 2003, essa questão pode ser respondida com clareza, através do documento elaborado em 2003: o Plano Territorial de Qualificação foi intitulado “Plano Regional de Qualificação do ABC” e foi elaborado a partir das reuniões regionais de representantes dos sete municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, sendo um representante de cada uma das sete Comissões Municipais de Emprego - CME, ligados às Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, bem como de instituições responsáveis pela execução de programas de qualificação profissional no âmbito da região (HISTORICO DO ENVOLVIMENTO DAS COMISSÕES MUNICIPAIS DE EMPREGO – PLANO REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO, 2003).

De acordo com o Plano Regional de Qualificação do ABC (2003), o Planejamento Estratégico para o Grande ABC foi concebido como um processo contínuo e permanente, visando diversas ações para a superação das dificuldades da região, dando subsídio a diferentes projetos municipais e de intervenções regionais, como por exemplo, os programas de qualificação e requalificação profissional, bem como programas de incubação de empreendimentos e o fortalecimento de novos setores específicos como turismo e serviços. As perspectivas do planejamento estratégico apontam para o surgimento de novas tendências de desenvolvimento, que requalificam e potencializam o ambiente econômico regional na indústria, na expansão do setor de serviços e no aperfeiçoamento e renovação contínua do parque industrial já existente.

Temas que até então estavam ausentes do debate regional, foram incorporados, objetivando o desenvolvimento urbano e a busca de tornar o território uma comunidade cívica, com noções fortes de associação, cooperação, confiança,

enquanto suporte social para a implementação da estratégia regional (PLANO REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO, 2003).

Segundo o documento acima, a partir de várias discussões realizadas no Consórcio Intermunicipal Grande ABC, ficou estabelecido que as áreas prioritárias para investimento de cursos de qualificação e requalificação profissional seriam: Educação, Turismo/Lazer, Química (setor plástico), Serviços, Economia Solidária e Formação de Gestores Públicos e Formação de Formadores. Os critérios utilizados para a definição das áreas de abrangência dos cursos foram demandas das Comissões Municipais de Emprego – CME, o planejamento estratégico da região, os projetos de inclusão social que já estavam desenvolvidos, dados secundários da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, demandas de formação profissional, levantadas pela Central de Trabalho e Renda nos sete municípios em 2003.

Como se pode observar no relato acima, os projetos recentemente articulados pelo Consórcio Intermunicipal Grande ABC, demonstram a intenção de ações regionais para a criação de políticas públicas regionais, com relevância para os municípios do Grande ABC. Até a data final deste estudo, os projetos no campo da qualificação profissional não saíram do papel e mostram-se estagnados.

Um dos projetos levantados e que demonstram uma iniciativa pioneira para este estudo, foi o “Projeto Alquimia”, no ano de 1999, em parceria com a Câmara Regional do ABC, Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo, Senai, Sindicato dos Químicos do ABC, Associação Brasileira da Indústria do Plástico (ABIPLAST) e Prefeituras do Grande ABC. O “Projeto Alquimia” tinha como objetivo a qualificação e a requalificação de trabalhadores na área de qualidade e moldagem para a extrusão da matéria prima do plástico, para a formação de mão de obra para a indústria plástica, como também a adaptação do profissional às novas exigências do mercado de trabalho. (PORTAL DO SINDICATO DOS QUÍMICOS DO ABC, 2013).

O “Projeto Alquimia” tinha como meta a formação de 1.120 trabalhadores por ano e em 1999 apresentava 8,5 mil pessoas na fila para a qualificação no programa e concorrência a uma futura contratação nas 40 empresas do setor de plástico existentes no Grande ABC. O acordo previa que a 1ª turma de qualificação deveria formar 1.505 trabalhadores. Dessa qualificação da 1ª turma, 50 trabalhadores foram empregados (PORTAL DO SINDICATO DOS QUÍMICOS DO ABC, 2013).

O programa buscava sanear o impacto da crise sobre os postos de trabalho no setor químico, que no período de 1994 a 1999 perdeu aproximadamente 13 mil empregos, caindo de 45mil para 32 mil vagas. O investimento no programa no período de 1994 a 1999 foi de R\$ 1.037 milhões com recursos do FAT.

Segundo o portal do Sindicato dos Químicos do ABC (2013), empresas como a Kolynos e Plásticos Regina, encaminhavam e buscavam profissionais no público que participava da qualificação e isso significava vantagens para os trabalhadores e para o sindicato do Grande ABC. O programa de qualificação foi estruturado com 400horas/aulas teóricas e práticas. Na parte teórica oferecia temas de qualidade de vida, reestruturação produtiva, alternativa ocupacional, matemática, português e ciências físicas. Na parte prática em parceria com o Senai oferecia noções de tecnologia dos equipamentos, matéria prima e técnicas para preparar e operar máquinas injetoras.

No ano de 2002 o programa formou na 3ª turma, 1.100 alunos totalizando 4,5 mil trabalhadores qualificados no período de três anos.

Segundo Reis (2008, p.94), no período do ano de 2003 a 2004 desenvolveu-se o Planteq ABC - Programa Regional de Qualificação Profissional, através de convênio estabelecido entre o Consórcio Intermunicipal Grande ABC e o Ministério do Trabalho e Emprego em parceria com 11 entidades: Fundação Florestan Fernandes; CES – 1º de Maio; CEEP; Escola Sindical São Paulo; Capacitação Solidária; DIEESE; Dignitas; ARCA; CDL; Sindicato dos Químicos do ABC e POLITEUO. O programa tinha como referência o planejamento regional e as ações foram definidas com base em três eixos: Educação e Tecnologia, Diversificação e Fortalecimento das Cadeias Produtivas e Inclusão Social. As ações foram estruturadas de acordo com as demandas dos setores produtivos estratégicos para a economia do Grande ABC, tais como: petroquímico (incluindo segmentos dos setores plásticos e cosméticos), automotivo, moveleiro, construção civil, comércio, serviços e turismo; e políticas públicas específicas dos sete municípios, a partir da lógica de abertura das possibilidades reais de reinserção dos trabalhadores ao mercado de trabalho, como também da capacitação e apoio técnico.

Em 2003, o Plano Regional de Qualificação do Grande ABC, contemplou o Programa de Educação Profissional que integrava o Projeto Alquimia numa perspectiva de desenvolvimento local de forma regionalizada. A escolha do setor de transformação de materiais plásticos foi indicada em 1998 pela Unicamp e Sebrae

como um setor com grandes possibilidades de crescimento econômico e de geração de emprego na região, numa perspectiva de transformar o Grande ABC no Centro de Excelência em Plásticos.

A gestão deste programa de qualificação profissional é um claro exemplo das relações de parceria que se estabeleceu entre os municípios do Grande ABC. Os recursos vinham do FAT através do SERT – Secretaria Estadual de Relações do Trabalho; a campanha de divulgação, recursos materiais e de fornecimento da matéria-prima eram financiados pelas empresas do polo petroquímico; a coordenação do programa era do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas, em parceria com o Senai Mário Amato e os locais de realização dos cursos eram disponibilizados pelas prefeituras do sete municípios (REIS, 2008, p.106).

Em 2012 quando a pesquisadora procurou informações sobre o programa junto ao Sindicato dos Químicos do ABC, obteve informações de que o programa foi descontinuado.

Após a análise de como é definida a demanda por qualificação profissional, a questão posterior buscou informações sobre os investimentos disponíveis para a criação de políticas que oferecem programas de qualificação e requalificação profissional nos municípios.

As ações estratégicas do Consórcio Intermunicipal na sua maioria têm como origem, recursos dos governos federal, estadual, municipal, iniciativa privada, sistema “S”, Sebrae, Fiesp, Sindicatos e Associações Comerciais dos municípios que compõem o Grande ABC (CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC, 2014).

Através de informações no site do Ministério de Trabalho e Emprego, a pesquisadora buscou dados de investimentos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT para essas políticas de qualificação profissional e de acordo com notícias publicadas, o investimento previsto para qualificação de trabalhadores em 2014 será de R\$ 1,1 bilhão, em nível nacional, de acordo com o Conselho Deliberativo do FAT - CODEFAT (MTE – FAT, 2014).

O orçamento do FAT é proveniente da arrecadação do PIS/Pasep, das remunerações advindas dos empréstimos que realiza e de recursos do Tesouro Nacional. Em 2011, o patrimônio do FAT atingiu R\$ 185,2 bilhões – aumento de 8,5% em relação aos R\$ 170,06 bilhões de 2010. O crescimento se deve

principalmente ao aumento de 26,9% nas receitas provenientes do PIS/Pasep, que passou de R\$ 28,7 bilhões em 2010 para R\$ 36,5 bilhões em 2011 (BRASIL MAIOR - MTE – FAT, 2014).

Com base na notícia acima, o FAT em 2013 alcançou um orçamento recorde de R\$ 62,7 bilhões, sendo R\$ 28,1 bilhões para custeio do pagamento do seguro-desemprego e R\$ 15,4 bilhões para o benefício do Abono Salarial. Foi previsto um repasse de R\$ 16,3 bilhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para serem emprestados a projetos de desenvolvimento.

Os conselheiros do FAT decidiram criar em 2014, Centros de Orientação e Qualificação para o Trabalho nas cinco regiões brasileiras. Os centros servirão de apoio aos trabalhadores no que se refere às políticas de qualificação profissional, além de outras ações do Ministério do Trabalho e Emprego. Em 2013, R\$ 504 milhões foram distribuídos para os Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeq) e R\$ 504 milhões para os Planos Setoriais (Planseq).

De acordo com Brizola Neto, ministro do Trabalho e Emprego (MTE – FAT, 2014):

“Com as medidas macroeconômicas e com o processo de investimento em educação, em qualificação profissional, vamos aumentar a competitividade, a produtividade, sem retirar direitos dos trabalhadores”.

Durante o levantamento documental no Consórcio Intermunicipal Grande ABC em 2014, a pesquisadora teve acesso a documentos públicos que compõem o acervo da instituição, com o auxílio da funcionária Marta Lima, responsável pelo banco de dados e pelo centro de documentação da instituição.

Em 24 de fevereiro de 2011, a ata de reunião do grupo temático GT – Trabalho e Renda explicitou a importância de representação do grupo por um coordenador. Também discutiu sobre planos de capacitação profissional e a necessidade de ofertar cursos profissionalizantes às comunidades de maior carência.

Um dos temas abordados em reunião foi o prosseguimento do projeto “OBSERVATÓRIO DO TRABALHO”, através da palavra da Sra. Ângela Schwengber (DIEESE), que explicou que exceto o Censo (IBGE), as únicas fontes de registros trabalhistas são a RAIS e o CAGED, com abrangência nacional, limitados a informações formais. O Observatório se tornou a “quinta perna do Sistema”, auxiliando o “tripé” tradicional (Qualificação, Intermediação e Economia Comunitária)

voltado ao mercado de trabalho, em nível de informações estatísticas, pensando em políticas locais visando à possibilidade de uma participação mais efetiva. Existem limitações do ponto de vista da política local, devido à restrita divulgação de dados (Ata de reunião do dia 30 de março de 2011 – GT Trabalho e Renda).

Na tabela 16 a seguir, estão relacionados documentos e tópicos abordados, referentes às atas pesquisadas no Consórcio Intermunicipal Grande ABC, dentro do Eixo Estruturante – Desenvolvimento Econômico Regional, relativas ao Grupo de Trabalho – GT Trabalho e Renda. Estão descritos alguns tópicos contidos nas atas de reuniões do Consórcio Intermunicipal Grande ABC e do GT – Trabalho e Renda. Foi observado que alguns tópicos foram recorrentes e constantes e que tratavam da elaboração de Políticas Públicas de Qualificação Profissional; da necessidade de diagnóstico para a implantação de um Plano Regional de Qualificação e de um Observatório Regional do Trabalho, apontando para a importância que esse tema desperta no contexto do desenvolvimento socioeconômico no Grande ABC.

Tabela 16 - Documentos e tópicos abordados em reuniões do GT Trabalho e Renda do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. Período: 2011 a 2012.

Data	Tópicos Abordados
13/07/2011	<p>Ações de gestões anteriores: - Organização e agenda de trabalho para os GT: Qualificação e Renda; Trabalho Decente e Economia Solidária. Programas relacionados:</p> <p>a) Qualificação de mão de obra: Realizar um diagnóstico da QP (2012); Elaborar e implantar um Plano Regional de Qualificação (a partir do diagnóstico); Articular as instituições públicas e privadas (2013); Elaborar agenda Regional para Qualificação Profissional (2013), b) Observatório Regional do Trabalho e Emprego: Criar ou implantar Observatório Regional do Trabalho e Emprego (2011), c) Intermediação de Mão de Obra: Unificar os cadastros dos centros públicos de emprego; facilitar a parceria para encaminhar aprendizes e pessoas portadoras de necessidades especiais; interação com os grupos de RH da região.</p>
13/04/2012	<p>Consolidação do Grupo Temático de Qualificação Profissional, com a incumbência de verificar as possibilidades de captação de recursos, por meio de projeto, para elaboração do Plano Regional de Qualificação Profissional nos mesmos moldes em que foi elaborado o Plano de Mobilidade Regional.</p>

Continuação da Tabela 16 - Documentos e tópicos abordados em reuniões do GT Trabalho e Renda do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. Período: 2011 a 2012.

05/09/2012	Retomada dos diálogos em razão da troca dos Secretários; inícios de tratativas visando: intensificar o diálogo quanto ao emprego e trabalho decente no Estado a partir da região do ABC; análise e possibilidade de se estabelecer uma Comissão Regional de Emprego, agregando as Comissões Municipais de Emprego da região ; análise e possibilidade de constituir um Observatório Regional do Trabalho e Emprego com recursos do Governo do Estado de São Paulo. Processo nº 050/11 – Consórcio – Projeto Observatório Regional do Trabalho. PED ABC – contempla convênio com a Fundação Seade, do governo estadual e com o DIEESE , para a divulgação dos dados mensais da Pesquisa de Emprego e Desemprego no Grande ABC, visando qualificar as ações regionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à geração do emprego, trabalho e renda. Reuniões são realizadas sempre na última quarta-feira do mês para apresentação dos dados aos representantes dos governos municipais e para a imprensa da região.
------------	--

Fonte: Levantamento Documental. Atas de reuniões do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. Elaborado pela autora.

A tabela 17 apresenta o resumo dos dados do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, discutidos nesta subseção.

Tabela 17– Características dos programas de Qualificação Profissional – Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

QUADRO RESUMO - POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - 2001 A 2014							
CATEGORIAS DOS PROGRAMAS							
DATA DO PROGRAMA	PROGRAMA	INICIATIVA	TIPO DE GESTÃO	ABRANGÊNCIA	ESTRUTURA	INTEGRAÇÃO (Parcerias)	ESCOPO SETORIAL
2001-2004	ALQUIMIA - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	Consórcio Intermunicipal Grande ABC; Câmara Regional do ABC, Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo, Senai, Sindicato dos Químicos do ABC, Associação Brasileira da Indústria do Plástico (ABIPLAST) e Prefeituras do Grande ABC.	Parceria municípios X Governo Federal	Trabalhadores empregados e desempregados da área química	Sede do Sindicato dos Químicos do ABC	SERT/SENAI/SINDICATO DOS QUÍMICOS DO ABC/ ABIPLAST/PREFEITURAS GRANDE ABC	Indústria do Plástico

Fonte: Elaborado pela autora

3.3.1 Santo André

O Centro Público de Trabalho e Renda – CPTR foi o órgão procurado pela entrevistadora para a obtenção de informações sobre a política municipal de qualificação profissional do município de Santo André com base nas notícias publicadas no Portal Santo André.

O Sr. Jerônimo de A. Neto de Almeida Neto, coordenador da Central de Serviços Autônomos em 2014 no CPTR de Santo André, concedeu entrevista pessoal e também respondeu ao questionário através de e-mail.

Existe no município de Santo André uma política pública com programas de qualificação e requalificação profissional para pessoas empregadas ou desempregadas e sua gestão é âmbito municipal.

A qualificação profissional está sob a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho de Santo André desde o ano de 2010 e possui quatro Centros Públicos de Formação Profissional - CPFPP e um Centro Público Trabalho e Renda – CPTR, que também oferece qualificação profissional. Em 2010 foram oferecidas 1,2 mil vagas no segundo semestre para qualificação de trabalhadores munícipes de Santo André, com cursos em parceria com o Senai - SP (PORTAL DA PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ, 2013).

Os cursos são definidos de forma independente em cada CPFPP, e realizados de acordo com as possibilidades de infraestrutura, recursos financeiros e outras. O aporte financeiro para a oferta desses programas é obtido através de recursos do tesouro municipal e convênios com o Governo Federal e apoio institucional do Senai.

As iniciativas existentes para a qualificação profissional no município são: i) os CPFPP; ii) Programa PROJOVEM; iii) PRONATEC; iv) PROEJAFIC, estando sob a responsabilidade das seguintes diretorias: Diretoria de Educação de Jovens e Adultos – DEJA; Departamento de Geração de Trabalho e Emprego e Qualificação e Renda, Centro de Educação, Estudos e Pesquisas e parcerias com o Senai.

As leis de criação das políticas de qualificação profissional são: O PROJOVEM instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; o PIQ instituído pela Lei nº 8804/2005 e o Plano Municipal de Educação foi instituído pela Lei nº 9092/2008 (Jerônimo A. Neto, 2014).

O PROJÓVEM tem a obrigação de colocar 20% dos jovens atendidos em cursos de qualificação profissional no mercado de trabalho, como jovens aprendizes (Entrevista com o Sr. Jerônimo A. Neto).

Os cursos de qualificação oferecidos pelo município de Santo André são: depilação, pedicuro, informática básica, maquiagem, carpintaria, projeto de móveis e marcenaria, web design por meio da integração entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho do município. Através de outra parceria com o Senai-SP, também eram oferecidos cursos de Leitura e interpretação de desenhos e projetos de Obras Civis, Drywall, eletricitista, instalador residencial, instalador hidráulico, pedreiro assentador, pedreiro revestidor e pintor de obras.

A abrangência dos programas é municipal, isto é, os cursos são oferecidos para os municípios e só são abertos a outros públicos quando as vagas não são preenchidas. A estrutura física utilizada para a oferta dos programas de qualificação profissional são os Centros Públicos de Formação Profissional – CPFs existentes no município; salas do DGTEQR; centros comunitários e espaços de entidades conveniadas (Entrevista com o Sr. Jerônimo A. Neto).

O escopo dos programas existentes para a qualificação profissional no município de Santo André atendem as áreas: Comércio e Serviços; Construção Civil; Informática e Estética. Os cursos oferecidos são: Comandos elétricos, marcenaria, projetos de móveis, drywall (gesso acartonado), informática básica, informática avançada, web design, costura industrial, corte e costura, panificação, confeitaria, cabeleireiro, manicure/pedicuro; pedicuro/calista; depilação; maquiagem; estética facial e corporal.

Segundo Jerônimo A. Neto existe dificuldades para alocação de recursos, falta de estudos do mercado de trabalho para a definição de políticas de qualificação profissional, existe pouca interação com entidades privadas e seria necessário um maior entrosamento entre os atores públicos e privados para a definição de estratégias relativas aos programas de qualificação profissional. Sugere também a criação de um Observatório do Trabalho em âmbito regional e a criação de um fórum permanente de qualificação profissional.

A tabela 18 apresenta o resumo dos dados do município de Santo André, discutidos nesta subseção.

Tabela 18 - Características dos programas de Qualificação Profissional – Município: Santo André.

QUADRO RESUMO - POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - 2001 A 2014							
CATEGORIAS DOS PROGRAMAS							
DATA DO PROGRAMA	PROGRAMA	INICIATIVA	TIPO DE GESTÃO	ABRANGÊNCIA	ESTRUTURA	INTEGRAÇÃO (Parcerias)	ESCOPO SETORIAL
2012 a 2014	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL ;PROEJA	Secretaria de Desenvolvimento Econômico ; Departamento de Geração de Trabalho, Emprego, Qualificação e Renda; Secretaria da Educação.	Município X Governo Federal	Trabalhadores empregados e desempregados moradores ou trabalhadores do município e Elevação de Escolaridade	8 Centros de Formação e Escolas Municipais	Integração com as ações do CPETR para intermediação de mão de obra / SENAI	Comércio e serviços Construção civil Gastronomia Informática Estética

Fonte: Elaborado pela autora

3.3.2 São Bernardo do Campo

Em 2012, em visita à Central de Empreendedorismo, Trabalho e Renda – CTER de São Bernardo do Campo e em entrevista informal com o Sr. Nilson Tadashi Oda gestor do CTER, ele mencionou que ficou licenciado das atividades públicas no período de 1992 a 2009, atuando em negociações produtivas. Explicou que a CTER possui 3 vertentes: Intermediação de mão de obra, qualificação profissional e habilitação do seguro desemprego. Comentou que entre os anos de 1996 e 1997, as crises internacionais e crises em empresas instaladas no município de São Bernardo, provocaram uma alta no índice de desemprego; e o sindicato dos trabalhadores apoiou a Constituição Federal com relação à agregação de valores para o mercado de trabalho, através da criação de cooperativas empresariais.

Em 2000, conforme Nilson Tadashi Oda, com a descentralização das ações para o desenvolvimento e mercado de trabalho, concedidas pelo governo federal aos municípios, a Central Única dos Trabalhadores - CUT foi criada no município de Santo André com uma filial em Diadema, proporcionando uma abertura para as centrais sindicais apoiarem as políticas de emprego, marcando assim a municipalização do emprego através do SINE

Ainda no ano de 2000, o município de São Bernardo do Campo criou o programa de Economia Solidária como estratégia política do sindicato e seguindo o modelo da Espanha que abrigava muitas cooperativas de trabalho. Nesse programa o FIESP repassava parte do percentual do PIB como investimento para a ação municipal, possibilitando a criação de Arranjos Produtivos Locais – APLs.

Em 2009 o então prefeito de São Bernardo do Campo, Luiz Marinho, estruturou uma política pública municipal e procedeu a uma reforma na central de trabalho e renda, criando assim a Central de Empreendedorismo, Trabalho e Renda. Essa política pública municipal iniciou seus trabalhos no ano de 2010 com a criação do posto do SINE com duas frentes de trabalho: i) Economia Solidária; ii) Trabalho formal. O aporte financeiro era do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, com o investimento de 2 milhões por ano.

O município de São Bernardo do Campo no ano de 2009 procedeu a uma reforma na administração municipal criando um convênio com a Secretaria de Educação e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com base no seu Plano Plurianual Unificado e estruturando a Central de Trabalho e Renda – CTR para as ações de qualificação profissional, intermediação de mão de obra, habitação do seguro desemprego, através de uma política pública municipal e aporte financeiro do MTE – FAT, criando parcerias com o Senai – SP e o programa federal PRONATEC para as ações de qualificação profissional do trabalhador.

Em 2014, o Sr. Nilson Tadashi Oda foi procurado novamente pela pesquisadora e explicou que os programas de qualificação profissional foram integrados à Secretaria de Educação, com o objetivo de elevação da escolaridade e também de qualificação do trabalhador.

Os recursos destinados à área de Educação representam 25% do orçamento do município e são compartilhados com a Educação de Jovens e Adultos – EJA e a qualificação profissional. Dessa forma o Centro Público de Qualificação Profissional está sob a responsabilidade da Secretaria de Educação do município.

Em 14 de novembro de 2012, em entrevista com o Sr. Nilson T. Oda foi apontado que o perfil de vagas do CTER de São Bernardo é de baixa qualificação e maior nível operacional e os cursos de qualificação profissional são definidos pela Secretaria de Educação associada às ações da prefeitura. A secretaria de educação elabora os planos e faz a gestão da aplicação das verbas disponíveis para a oferta

de cursos de qualificação profissional nas Escolas Municipais de Educação Profissional.

Ainda em entrevista com o Sr. Nilson Tadashi Oda, foi mencionada a necessidade da criação de um Observatório do Trabalho nos mesmos moldes do existente em Osasco – SP, para que o CTER pudesse ter indicadores precisos sobre o mercado de trabalho do Grande ABC e encaminhou a pesquisadora para uma entrevista informal com a responsável pelos cursos de qualificação profissional. O questionário instrumento desse estudo não foi respondido formalmente pelo CTER.

Em entrevista informal com a Sra. Denise Cirillo (2014), responsável pelos programas de qualificação profissional no CTER de São Bernardo e em parceria com a Secretaria de Educação, foram levantadas as características dos programas sendo: aproximadamente 28 vagas para cada curso ofertado no período de três meses; elaboração de triagem para identificar moradores ou trabalhadores do município de São Bernardo; avaliação de critérios socioeconômicos de pontuação e desempate; duração dos cursos de 200 horas/aulas. A infraestrutura para a realização dos cursos é a mesma utilizada nas escolas municipais de educação profissional.

O município de São Bernardo do Campo possui um Centro de Qualificação Profissional – CQP que oferece os cursos de: Informática com noções de serviços de administração nos períodos da manhã, tarde e noite; informática com noções de montagem e manutenção de microcomputadores no período noturno e de pintura e texturização no período da manhã.

Alguns cursos são ofertados em escolas municipais nos períodos da manhã, tarde e noite e abrangem os setores de: corte e costura; atendimento em farmácia; recepção e acolhimento em ambiente de saúde; cuidados com pessoa idosa e crianças; recepção e atendimento em laboratório; cabelereiro, manicure e depilação; confeitaria; decoração de festas; agricultura urbana sustentável; horta e jardinagem; panificação; alvenaria e revestimento; instalação elétrica; modelagem geométrica.

O município disponibiliza também cursos no segmento de alimentação no Restaurante Escola, localizado no CENFORPE – Centro de Formação em São Bernardo do Campo e oferece qualificação para os setores de: cozinha quente; confeitaria artística; salgados; pizzaria; decoração de festas e panificação (Entrevista com Denise Cirillo, 2014).

As políticas públicas municipais de São Bernardo do Campo foram bem explicadas pelo Sr. Nilson Tadashi Oda e pela Sra. Denise Cirillo, que apresentou no dia da entrevista, as ações que complementam a qualificação profissional do trabalhador como a visita de um responsável pelo programa nas escolas onde acontecem os cursos de qualificação, apresentando a situação real do mercado de trabalho daquele curso e também as perspectivas que os trabalhadores têm para buscar uma vaga de emprego, como também podem definir sua trajetória profissional com o objetivo de um emprego melhor e maior renda apoiando-se na qualificação profissional através de outros cursos no mesmo segmento. Explicitando um exemplo, a Sra. Denise Cirillo (2014) citou a apresentação no final dos cursos de como um auxiliar de pedreiro é motivado através de informações da quantidade de vagas que existe no mercado de trabalho no seu município e como ele poderá se desenvolver após a inserção no trabalho como auxiliar de pedreiro, qualificando-se posteriormente como pedreiro poderá ter um salário melhor e assim inserir-se econômica e socialmente na vida e no desenvolvimento socioeconômico do município.

Também foram encontradas informações sobre o CAMP SBC, programa que atende jovens em vulnerabilidade social e promove a cidadania através de Programas de Assistência Social, como o Curso de Formação Básica para o Trabalho (FBT), que em 2014 matriculou 116 alunos do município de Ribeirão Pires (PMRP – site internet, 2014).

A tabela 19 apresenta o resumo dos dados do município de São Bernardo do Campo, discutidos nesta subseção.

Tabela 19 – Características dos programas de Qualificação Profissional – Município: São Bernardo do Campo.

QUADRO RESUMO - POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - 2001 A 2014							
CATEGORIAS DOS PROGRAMAS							
DATA DO PROGRAMA	PROGRAMA	INICIATIVA	TIPO DE GESTÃO	ABRANGÊNCIA	ESTRUTURA	INTEGRAÇÃO (Parcerias)	ESCOPO SETORIAL
2009 a 2014	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL ;PROEJAFIC	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Departamento de Geração de Trabalho, Emprego, Qualificação e Renda; Secretaria de Educação.	Município X Governo Federal	Trabalhadores empregados e desempregados moradores ou trabalhadores do município	Escolas Municipais; Estrutura Senai	CPETR – Centro Público de Emprego, Trabalho e Renda para intermediação de mão de obra e estudos do mercado de trabalho através de dados do CAGED e CPETR. Parcerias: Parceria Governo Federal: PROEJAFIC – estudos dos dados do CAGED e CTR para tomada de decisão sobre os cursos, SENAI.	Curso da área metal-mecânica; Comércio e serviços Construção civil Gastronomia Informática Saúde

Fonte: Elaborado pela autora

3.3.3 São Caetano do Sul

As informações sobre os programas de qualificação profissional no município de São Caetano do Sul foram obtidas através do contato junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Renda e Trabalho – SEDERT em um primeiro contato no ano de 2012, na gestão do então secretário Celso Amâncio.

O Sr. Fernando S. S. Cunha responsável pela gestão de projetos da secretaria, nos períodos de 2012 e 2014, respondeu à entrevista, explicando que os cursos de qualificação não foram oferecidos de forma centralizada e que não existia nenhuma secretaria ou comissão para planejar e contabilizar os cursos.

O Programa de Qualificação – PROQUALI, existente no município desde 2011, pode ser identificado como uma política pública municipal, com ações de qualificação e fornecimento de bolsa auxílio mais cesta básica com cursos de: recepção, escritório, atendente, telemarketing, assistente de vendas, portaria, segurança, manutenção predial e residencial, auxiliar de limpeza, higienização,

serviços gerais e auxiliar de cozinha. Em 2011, o PROQUALI formou 3 turmas com 300 pessoas cada e em 2012, o programa formou 2 turmas com 300 pessoas cada. Porém quanto às características de criação do programa, como: lei de criação, investimentos, verbas do FAT, não foram obtidas as informações, segundo entrevista com a Sra. Deolinda Parra, então secretaria do SEDERT.

Existe também enquanto política pública municipal, os cursos da Secretaria de Assistência e Inclusão Social – SEAIS, com cursos contratados do SENAC – SP, porém não existe informação de quais cursos e de quantos são beneficiados pelo programa.

Em visita ao Fundo Municipal de Solidariedade de São Caetano do Sul – FSS, em 2012, para conhecer a infraestrutura e obter informações sobre cursos de qualificação profissional, foi entrevistado informalmente o Sr. Heitor Pontes responsável pelo Fundo, que explicou que os munícipes podem escolher o curso de acordo com o calendário e observou-se que a instituição possui diversas oficinas equipadas para cursos de panificação, costura e artesanato. O primeiro curso é gratuito e o produto obtido nos cursos de costura e artesanato é doado para o FSS. As doações são vendidas na Festa Italiana da cidade e a renda é transferida para o FSS. A instituição não possuía informações sobre as características dos programas como: quantidade de pessoas beneficiadas, período dos cursos, quantidade de inscritos e formados.

O Centro de Qualificação Municipal de Emprego e Qualificação – CEMEQ de São Caetano do Sul foi procurado através de visitas, telefonemas e e-mail em 2012 para o levantamento dos processos de qualificação e recolocação de trabalhadores no mercado de trabalho, porém não foi obtido nenhum dado. Em 2013 o CEMEQ foi desativado.

Também existe no município de São Caetano do Sul, o EME – Professora Alcina Dantas Feijão, que é uma escola municipal de formação técnica profissionalizante que no ano de 2012 ofereceu à população do município os cursos de Administração, Contabilidade, Logística, Informática e Publicidade, todos os cursos com 35 vagas e duração de três semestres.

A EME – Professora Alcina Dantas Feijão foi procurada para o levantamento de suas origens e também para uma observação de seu histórico, mas os dados não foram fornecidos.

O município de São Caetano do Sul abriga a Escola Técnica Estadual - ETEC Jorge Street com cursos normais de formação técnica e em 2012 formou 300 alunos na área de: tecnologia ambiental, saúde e segurança; formação e comunicação.

A pesquisadora buscou informações atuais junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda - SEDERT em 2014 e entrevistou o Sr. Fernando S. S. Cunha que respondeu formalmente ao questionário instrumento dessa pesquisa.

Constatou-se que a cidade não possui uma política pública totalmente unificada para qualificação profissional, mas existe uma série de entidades envolvidas tanto na esfera federal, estadual e privada como entidades de classe, sindicais e comunitárias, que realizam esforços neste sentido, e o conjunto destes esforços, geralmente são coordenados e realizados de forma independente.

No município de São Caetano do Sul, foi identificado o Posto de Atendimento ao Trabalhador – PAT que é coordenado pela Secretaria de Relações do Trabalho – SERT que atua com cursos de qualificação profissional com a participação e influência da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul através da Comissão Municipal do Emprego, com caráter Tripartite e com representantes do governo (SEDERT e SERT), da sociedade civil (ACISCS e CIESP-SP) e dos empregadores através dos sindicatos (PORTAL DA SERT – SCS).

Em dezembro de 2013, a Prefeitura de São Caetano do Sul firmou convênio com o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo - SESCON-SP, para a oferta de cursos de capacitação em parceria com o SEDERT, COMJUV, Núcleo de Contadores, SEAIS, CIEE, SESCON-SP e SECULT.

Os cursos de capacitação foram planejados pela necessidade de mão de obra especializada e para suprir a demanda dos escritórios contábeis da cidade e região identificadas pelo próprio Sindicato com o objetivo de geração de oportunidades para o primeiro emprego de jovens entre 16 e 18 anos na modalidade de jovens aprendizes. O primeiro curso de capacitação recebeu o nome de “Desenhando o Futuro” e recebeu aporte financeiro apenas do Núcleo de Contadores no valor de R\$ 3.300,00 sendo desenvolvido por Gisele Navarro e Fernanda Parra (PMSCS – SEDERT - Relatório nº 03/2013 – Projeto “Desenhando o Futuro” – Capacitação na área Contábil, 2013).

A tabela 20 apresenta o resumo dos dados do município de São Caetano do Sul, discutidos nesta subseção.

Tabela 20 – Características dos programas de Qualificação Profissional – Município: São Caetano do Sul.

QUADRO RESUMO - POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - 2001 A 2014							
CATEGORIAS DOS PROGRAMAS							
DATA DO PROGRAMA	PROGRAMA	INICIATIVA	TIPO DE GESTÃO	ABRANGÊNCIA	ESTRUTURA	INTEGRAÇÃO (Parcerias)	ESCOPO SETORIAL
2012 a 2014	PROQUALI; ESCOLA DE LÍNGUAS; ESCOLA DE INFORMÁTICA; ESCOLA TÉCNICA MUNICIPAL	Secretaria da Educação; Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Relações de Trabalho.	Município X Governo Federal	Trabalhadores empregados e desempregados moradores do município	CEMEQ / USCS / ATENDE FÁCIL	PMSCS/ SEDERT / SESCON/ FSS	construção civil, alimentação, panificação, informática, hotelaria, línguas, contabilidade

Fonte: Elaborado pela autora

3.3.4 Diadema

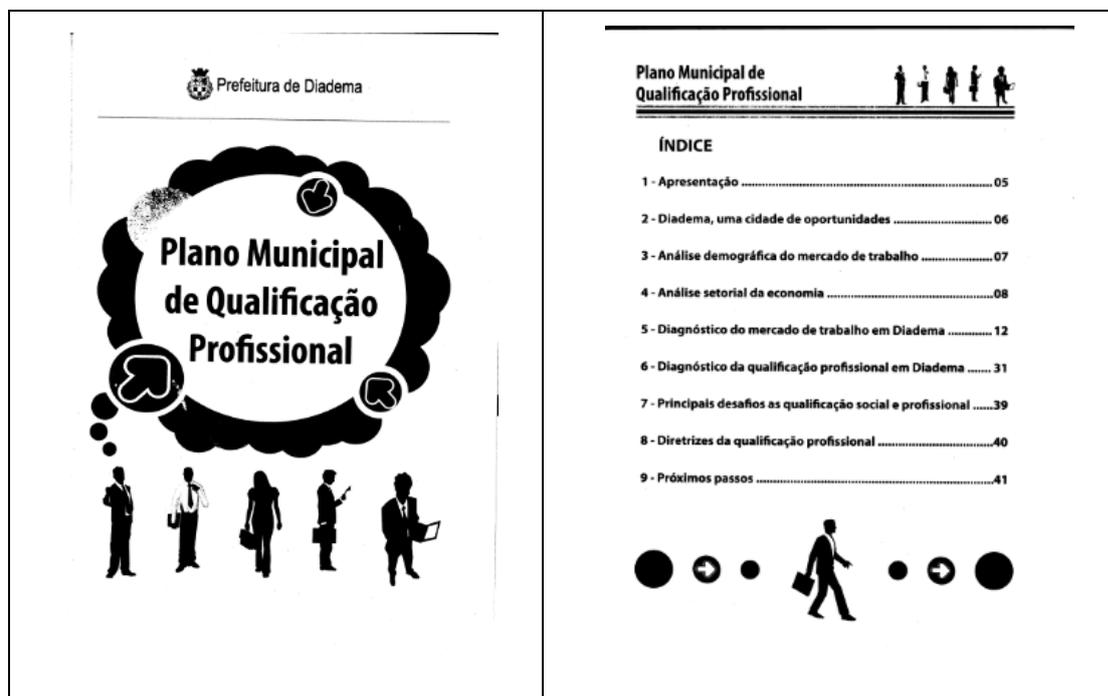
A prefeitura da cidade de Diadema criou em 1996 a Fundação Centro de Educação do Trabalhador Professor Florestan Fernandes – Fundação Florestan Fernandes, por meio da Lei municipal 301/2009, que se caracteriza pela formação de profissionais para atender as necessidades do comércio e indústria da cidade, com base nas perspectivas do aumento de oportunidades de postos de trabalho para profissionais qualificados gerando assim divisas para o país.

Dentre essas perspectivas de oportunidades de postos de trabalho, evidencia-se a descoberta de petróleo na camada do pré-sal que podem mudar a situação do país no mercado Portal Fundação Florestan Fernandes Exportador, como também o lançamento do projeto do Governo Federal do Trem de Alta Velocidade – TAV, cuja construção certamente demandará formação de trabalhadores para funções que exigem “alta qualificação”. Outras funções que demandarão mão de obra especializada são a realização da Copa do Mundo em 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, o que contribuirá para a geração de empregos no Grande ABC (PLANO MUNICIPAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL – DIADEMA, 2012).

A Prefeitura de Diadema e a Fundação Florestan Fernandes no ano de 2012 criaram o Plano Municipal de Qualificação Profissional, apresentando as oportunidades da cidade; análise setorial da economia; diagnóstico do mercado de

trabalho; diagnóstico de qualificação profissional para a cidade; diretrizes da qualificação profissional e os próximos passos de ações para cumprir as metas estabelecidas no manual, conforme Figura 6 a seguir.

Figura 6 - Plano Municipal de Qualificação Profissional.



Fonte: Fundação Florestan Fernandes. 2012. Imagem obtida pelo escaneamento do documento cedido à pesquisadora pela Fundação.

Em 17 de outubro de 2011, foi encaminhado um ofício ao Consórcio Intermunicipal Grande ABC pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho e Diretora de Políticas de Trabalho e Economia Solidária do município de Diadema – Sra. Vânia Cristina Selarin e pelo Sr. Jerônimo de Almeida Neto, Diretor Secretário da Fundação Florestan Fernandes para informação dos cursos de qualificação profissional que seriam apresentados ao Plano Estadual de Qualificação – PEQ, obtidos pelos dados do Centro Público de Emprego, Trabalho e Renda do município de Diadema e do Ministério do Trabalho. Nessa data foram relacionados 17 cursos: auxiliar de administração de rede (informática), auxiliar contábil, auxiliar de linha de produção industrial, auxiliar de logística, auxiliar de montagem e manutenção de micro, confecção industrial e costura, eletricista, estoquista, garçom, higiene e manipulação de alimentos, informática básica, padeiro, pedreiro, pedreiro revestidor, pintura e texturização de paredes, porteiro de edifícios e soldador.

Conforme notícia publicada em março de 2014, o processo seletivo para o segundo semestre de 2014, tinha, disponíveis 388 vagas para cursos de qualificação profissional, com 16 e 20 vagas por turma e uma vaga para portadores de necessidades especiais. Os cursos eram voltados unicamente para munícipes de Diadema nas áreas de: informática, beleza, administração de comércio e serviços, jardinagem, entre outros com duração de 80 horas, exceto o curso de operador de empilhadeira com 40 horas (FUNDAÇÃO FLORESTAN FERNANDES).

O município de Diadema conta ainda com o Programa de Orientação para o Trabalho com os seguintes apoios: Centro Público de Emprego, Trabalho e Renda, Qualificação Profissional, Incubadora Pública de Economia Popular Solidária, Diadema Bom Negócio, Plástico e Borracha, Cosméticos (PORTAL DIADEMA, 2013).

A Prefeitura de Diadema estabeleceu convênio com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e os respectivos sindicatos empresariais das indústrias de plástico e de borracha, o SINDIPLAST e o SINDIBOR. A indústria de cosméticos, através da articulação com o Polo de Cosméticos de Diadema e sua entidade nacional (ABIHPEC) e a cadeia metalomecânica também estão entre as prioridades no fortalecimento da atividade industrial.

A Central de Trabalho e Renda não disponibilizou informações através do questionário semiestruturado, indicando a Fundação Florestan Fernandes para responder às questões da pesquisa.

O Sr. Joeder foi procurado através de e-mail em 05/03/2014, porém não houve nenhum retorno. Foram publicadas as informações do portal e também as informações obtidas no ano de 2012 com o Sr. Jerônimo de A. Neto, então diretor secretário da Fundação Florestan Fernandes.

A tabela 21 apresenta o resumo dos dados do município de Diadema, discutidos nesta subseção.

Tabela 21 – Características dos programas de Qualificação Profissional – Município: Diadema.

QUADRO RESUMO - POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - 2001 A 2014							
CATEGORIAS DOS PROGRAMAS							
DATA DO PROGRAMA	PROGRAMA	INICIATIVA	TIPO DE GESTÃO	ABRANGÊNCIA	ESTRUTURA	INTEGRAÇÃO (Parcerias)	ESCOPO SETORIAL
2012 a 2014	Plano Municipal de Qualificação Profissional/ FUNDAÇÃO FLORESTAN FERNANDES	Prefeitura Municipal X Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Renda	Município X Governo Federal	Trabalhadores empregados e desempregados moradores ou trabalhadores do município e Elevação de Escolaridade	2 centros públicos de formação profissional e ações descentralizadas	CPETR para intermediação da mão de obra e estudos do mercado de trabalho, Integração com a IPEPS para iniciativas de economia solidária. Parcerias: Fundação Florestan Fernandes, IPEPS, SENAI (construção civil), IPEPS (economia solidária), CIDAP, SEDET, SEDUC e outras instituições para a elaboração do Plano Municipal de Qualificação e Programa de Inclusão Digital.	Comércio e Serviços, Construção Civil, Gastronomia, Informática, Juventude, Eventos e Beleza.

Fonte: Elaborado pela autora

3.3.5 Mauá

O município de Mauá foi procurado pela entrevistadora, através da indicação no levantamento de notícias sobre qualificação profissional da cidade e foi encaminhado através de e-mail o questionário semiestruturado, na tentativa de uma entrevista pessoal com o secretário da Secretaria de Trabalho e Renda, o Sr. Marcelo Lucas Pereira especialista em Economia do Trabalho e Sindicalismo (Unicamp), membro e colaborador das Comissões Municipais de Emprego de Santo André, Diadema e Mauá, com expressiva atuação na elaboração, monitoramento e avaliação de políticas públicas de emprego e geração de trabalho e renda. No período de 2003 a 2009 foi responsável pelo planejamento estratégico, tático e operacional da Fundação Florestan Fernandes dentre outras atribuições como: Coordenador Administrativo da Escola Sindical de São Paulo – CUT; Coordenador Administrativo da Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de SBC e

Diadema e Coordenador Administrativo da Central Única dos Trabalhadores – CUT Estadual São Paulo.

As informações levantadas para esse estudo foram obtidas através de entrevista por telefone e do portal de internet da Prefeitura Municipal de Mauá em 2014, na impossibilidade de obtenção das informações através de entrevista pessoal.

Em 2009 a Prefeitura de Mauá já possuía ações de qualificação e requalificação de acordo com a notícia publicada em 18 de dezembro de 2009, no Portal de Mauá, através da oferta de cursos de requalificação em parceria com o Senai – Santo André, com perspectivas de emprego que abrangeram seis áreas de atuação na construção civil com os seguintes cursos: eletricista; pedreiro; azulejista; montador de painéis de gesso acartonado; pintor de obras instalador hidráulico, com 700 vagas em ambiente propício para o aprendizado, conforme demonstra a Figura 7 a seguir.

Figura 7 - Capacitação Profissional na área de construção civil em Mauá.



Fonte: Captura de imagem do Portal Mauá. Acesso em: 14, fev, 2014.

Ainda de acordo com a notícia publicada em 18 de dezembro de 2009, no Portal de Mauá, os cursos de qualificação profissional se destinam a quem pretende ingressar ou aprimorar conhecimentos profissionais no setor de construção civil que apresentava no mesmo ano de 2009, escassez de vagas e falta de especialização ou qualificação da mão de obra, impossibilitando, inclusive, a inserção no mercado de trabalho.

O aporte financeiro para esse projeto de qualificação profissional no segmento de construção civil foi da Prefeitura de Mauá que arcou com as despesas de organização dos cursos e seleção dos alunos e o Senai – Santo André participou fornecendo materiais de construção utilizados durante as aulas, além do material impresso e os professores.

A Secretaria de Trabalho e Renda do município de Mauá foi criada no ano de 2010 e disponibiliza através da Central Pública de Trabalho e Renda os seguintes serviços: Captação de vagas; intermediação ; orientação profissional; habilitação ao seguro desemprego; cursos de qualificação social e profissional; emissão da carteira de trabalho; Programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (Pronatec); Plano territorial de qualificação (PlanteQ); programa Projovem Trabalhador e acesso gratuito à Internet para utilização de serviços e informações governamentais on-line, por intermédio do programa de inclusão digital do Governo do Estado – ACESSA SP (PORTAL MAUÁ, 2014).

A Prefeitura de Mauá criou o programa “Qualifica Mauá”, com o objetivo de atender pessoas de baixa renda por meio de cursos de qualificação profissional seguidos de intermediação para inserção no mercado de trabalho, com parceria com o Governo Federal e executa os cursos por meio do Plano Territorial de Qualificação (Planteq) e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e emprego (Pronatec) e com instituições do Sistema S, como o Senai, Senac e Sest/Senat (PORTAL MAUÁ, 2014).

Em fevereiro de 2014, o portal da prefeitura publicou uma notícia sobre a oferta de oito cursos profissionalizantes através do programa Qualifica Mauá, da Secretaria de Trabalho e Renda, com carga horária entre 45 e 160 horas/aulas nos períodos da manhã ou tarde. Os cursos são gratuitos e certificados por instituições reconhecidas no mercado de trabalho. Os cursos abrangem as áreas de: bordado livre (12 vagas); corte e costura (12 vagas); eletricitista instalador residencial (48 vagas), leitura e interpretação de projetos e obras civis (30 vagas); pedreiro assentador (24 vagas); pedreiro revestidor (24 vagas) e produção de texto (30 vagas).

De acordo com a notícia publicada no Portal de Mauá, o Sr. Marcelo Lucas Pereira, explicou que os trabalhadores que concluem os cursos são encaminhados pelo Centro Público de Trabalho e Renda – CPTR para vagas em empresas através da intermediação de mão de obra do CPTR.

Em 24 de setembro de 2011, conforme ofício 068/2011 encaminhado pelo Sr. Edilson de Paula Oliveira – Secretário de Trabalho e Renda do Município de Mauá em 2011 ao Sr. Marcelo Dantas então Presidente do GT Trabalho e Renda do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, foram relacionadas as vagas mais ofertadas segundo o banco de dados SIGAEWEB entre o período de 29/06/2010 a 22/06/2011 e pesquisa da Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) do município para a formatação da proposta de Qualificação Profissional no ano de 2012 no programa ProJovem Trabalhador e PlanTeq e a demanda por qualificação sem possibilidade de execução dentro dos convênios e parcerias existentes no município. O ofício informava que a execução da proposta e avaliação deveria ser aprovada pela Comissão Municipal de Emprego (Fonte: Consulta documental ao acervo do Consórcio Intermunicipal Grande ABC – Ofício 068/2011 – Mauá). A tabela 22 a seguir demonstra a demanda de qualificação com atendimento no ano de 2012.

Tabela 22 - CBO's mais cadastradas nas ofertas de emprego para Mauá para qualificação profissional no ano de 2012.

Nº de postos de trabalho ofertados	Vagas / CBO	Curso Similar ofertado no:
2128	Operador de telemarketing receptivo/ativo	Convênio com MTE
1141	Alimentador de linha de produção	Convênio com MTE
1132	Vendedor de comércio varejista	Convênio com MTE
878	Atendente de lanchonete	Convênio com MTE
799	Almoxarife	Convênio com MTE
698	Operador de Caixa	Convênio com MTE
599	Operador de telemarketing ativo e receptivo	Convênio com MTE
317	Porteiro de Edifícios	Convênio com MTE
292	Repositor de mercadorias	Convênio com MTE
224	Eletricista de instalações	Parceria Local
187	Pedreiro	Parceria Local
167	Costureiro na confecção em série	Parceria Local
152	Servente de Obras	Parceria Local
129	Promotor de Vendas	Convênio com MTE
128	Recepcionista em geral	Convênio com MTE
123	Pintor de obras	Parceria Local

Fonte: SIGAEWEB – Mauá. Período: 29/06/2010 a 22/06/2011. Edilson de Paula Oliveira. Adaptado pela autora.

Os demais postos de trabalho com pesquisa através do CBO com vagas em aberto, apresentavam números inferiores a 100 vagas, como: Auxiliar de escritório, instalador de linhas elétricas, assistente de vendas, vendedor praticista, inspetor de qualidade e porteiro de locais de diversão. Essas ocupações também foram atendidas com qualificação profissional pelo programa do município de Mauá (Ofício 068/2011 – Mauá).

O ofício 068/2011 informava também a demanda de qualificação profissional que não tinha previsão de cursos previstos para 2012. A seguir, a tabela 23 demonstra o nº de postos de trabalho ofertados e a descrição das vagas que não foram contempladas com cursos de qualificação profissional.

Tabela 23 - CBO's mais cadastradas nas ofertas de emprego para Mauá sem atendimento previsto de qualificação profissional no ano de 2012.

Nº de postos de trabalho ofertados	Vagas / CBO
477	Ajudante de Motorista
461	Vigilante
249	Auxiliar nos serviços de alimentação
194	Eletricista de manutenção eletroeletrônica
193	Motorista de ônibus urbano
192	Embalador manual
179	Instalador de tubulações
168	Soldador
154	Trabalhador da manutenção de edificações
141	Cobrador de transportes coletivos (exceto trem)
132	Encanador
117	Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)
115	Operador de empilhadeira
101	Armador de estrutura de concreto armado
100	Serralheiro

Fonte: SIGAEWEB – Mauá. Período: 29/06/2010 a 22/06/2011. Edilson de Paula Oliveira. Adaptado pela autora.

Os demais postos de trabalho com pesquisa através do CBO com vagas em aberto e que tinham atendimento previsto para qualificação em 2012, apresentavam números inferiores a 100 vagas, como: Instalador-reparador de equipamentos de comutação em telefonia, instalador-reparador de linhas e aparelhos de

telecomunicações, mecânico de manutenção de máquinas em geral, garçom e cozinheiro geral (Ofício 068/2011 – Mauá).

A análise desses quadros apresentados acima demonstra que além da oferta de cursos de qualificação profissional para várias profissões como iniciativa de programas municipais, ainda muitas profissões ficam sem ser atendidas por programas que poderiam empregar trabalhadores nas vagas que estão em aberto.

A tabela 24 apresenta o resumo dos dados do município de Mauá, discutidos nesta subseção.

Tabela 24 – Características dos programas de Qualificação Profissional – Município: Mauá

QUADRO RESUMO - POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - 2001 A 2014							
CATEGORIAS DOS PROGRAMAS							
DATA DO PROGRAMA	PROGRAMA	INICIATIVA	TIPO DE GESTÃO	ABRANGÊNCIA	ESTRUTURA	INTEGRAÇÃO (Parcerias)	ESCOPO SETORIAL
2014	Plano Municipal de Qualificação Profissional / QUALIFICA MAUÁ	Prefeitura Municipal X Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Renda.	Município X Governo Federal	Trabalhadores empregados e desempregados moradores do município	Escolas Municipais	Ações do CPETR para intermediação de mão de obra, realização de estudos do mercado de trabalho. Parcerias: Governo Federal: PRONATEC, PlanTeQ, Projovem, SENAI, Convênios: APRECED, SENAI, CEEP, Instituto Raízes, Instituto Brasileiro Pró-cidadania, Instituições da sociedade civil de Mauá, Centros comunitários, Escolas e Conselhos Diversos para realização de cursos nos bairros.	Construção civil, administrativa, hospedagem, alimentação, informática, comércio, educação, vestuário, serviços, idiomas, gestão

Fonte: Elaborado pela autora

3.3.6 Ribeirão Pires

Os dados sobre qualificação profissional no município de Ribeirão Pires foram pesquisados a partir do sítio da internet da prefeitura.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Pires, está sob a gestão do Sr. Paulo Silotti (2014) e trabalha na implementação de políticas voltadas

ao desenvolvimento da indústria, expansão do comércio, estímulos ao crescimento do setor de serviços e da atividade turística, promovendo a concessão de incentivos fiscais a investidores interessados no município e oferece orientação e apoio aos empreendedores e atendimento aos trabalhadores da cidade, através da gestão do Posto Atende Fácil que abriga o Posto de Atendimento ao Trabalhador – PAT, o Banco do Povo Paulista, além de gerir o Posto ACESSA São Paulo e o Telecentro Comunitário. Possui em sua estrutura o Departamento de Desenvolvimento Econômico; o Departamento de Emprego e Renda e o Departamento de Posturas Municipais (PMRP – SDET, Site Internet, 2014).

O município de Ribeirão Pires não possui Central de Trabalho e Renda e os trabalhadores são atendidos através do Posto de Atendimento ao Trabalhador – PAT.

Conforme notícia divulgada no site do município de Ribeirão Pires em 13 de fevereiro de 2013, a atual vice – prefeita e Secretária de Educação e Inclusão da Estância Turística de Ribeirão Pires, Leonice Moura, declarou que fazendo um balanço inicial da situação do município na nova gestão, que alguns problemas deveriam ser enfrentados na área de educação.

De acordo com notícia de 05 de fevereiro de 2014, os cursos de qualificação profissional são gratuitos e oferecidos pela Prefeitura, em parceria com grupos e instituições como Serviço Social do Transporte – SEST e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT, e o PRONATEC.

Em março de 2004, o município de Ribeirão Pires, criou o Centro de Formação Profissionalizante Professor Paulo Freire, pelo Decreto Municipal nº 5.402, vinculado à Secretaria de Assistência Social, com o objetivo de oferecer educação profissional com compreensão global do processo produtivo e do saber tecnológico, com cursos gratuitos da Prefeitura e de parceiros para prática profissional e valorização da cultura do trabalho para mobilização dos valores necessários à tomada de decisões, para que os moradores da Estância superem obstáculos de forma integrada, desenvolvam competências e preocupação com um ensino em excelência, elevando qualidade de vida, estrutura e inclusão dos munícipes em programas de aprendizagem concernentes às exigências atuais do mercado de trabalho (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PIRES, 2014).

Os cursos oferecidos pelo Centro de Formação Professor Paulo Freire em parceria com o PRONATEC são: informática; corte e costura; lingerie; prática

administrativa com noções de departamento de pessoal; operador de telemarketing; iniciação ao secretariado; pintura artística em tecido; artesanato; padaria artesanal adolescente; marcenaria artesanal; vassoura ecológica; marchetaria geométrica avançada. Em parceria com o SENAI: assistente de planejamento e controle; almoxarifado; pedreiro revestidor; elétrica residencial; instalador hidráulico; assistente administrativo, e em parceria com o SEST/SENAT: arrumador e conferente de cargas; inglês básico; e operador de micro carregadeira.

Em 2013, mais de 900 pessoas receberam certificado em diversas áreas de atuação, inclusive em atividades artesanais. No segundo semestre de 2013, mais de 18 cursos foram oferecidos.

Em 2014, o Centro de Formação Paulo Freire, abriu vagas para turmas de práticas administrativas, marcenaria artesanal, padaria artesanal, pintura artística de tecido, pintura decorativa, crochê, corte e costura, entre outros.

Nessa notícia divulgada acima, a secretária de Assistência e Desenvolvimento Social, Sonia Garcia, declarou que parcerias geram oportunidades e:

“Trabalhamos para que as pessoas de baixa renda ou até de idade mais avançada tenham oportunidade de se preparem para atuar em uma nova atividade. Com isso, abrimos o leque de opção de trabalho para esses moradores, que contribui para a geração de emprego e renda própria”.

Os cursos de operador de mini carregadeira e arrumador e conferente de cargas são oferecidos através do PRONATEC e em parceria com o SEST/SENAT possuem carga horária de 160 horas aulas e 25 vagas cada um deles.

A carga horária dos cursos divide-se em: 84 horas/aulas destinadas para habilidades básicas (inserção no mercado de trabalho, elaboração de currículo, como se comportar em entrevistas, entre outros), e 76 horas/aulas restantes são voltadas para o conteúdo prático. Os alunos recebem vale transporte (ida e volta), alimentação (kit diário composto por lanche, suco/achocolatado e fruta/cereal) e material didático (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PIRES, 2014).

Outra parceria realizada pela Prefeitura de Ribeirão Pires é com o Centro de Formação e Integração Social de São Bernardo do Campo – CAMP SBC e em setembro de 2013, beneficiou 50 jovens aprendizes da Estância.

O prefeito da Estância de Ribeirão Pires em 2014, Saulo Benevides, em notícia veiculada no site da prefeitura em 19 de fevereiro de 2014, declarou:

“Empresas da cidade e região disponibilizam vagas que muitas vezes não são preenchidas por falta de candidatos aptos a executar as atividades do cargo. Por meio de parceria com instituições respeitadas, ampliamos a quantidade de cursos de qualificação de mão de obra gratuitos promovidos na cidade. A profissionalização aumenta as chances de quem busca emprego e contribui para atender a demanda das empresas”.

Tabela 25 – Características dos programas de Qualificação Profissional – Município: Ribeirão Pires.

QUADRO RESUMO - POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - 2001 A 2014							
CATEGORIAS DOS PROGRAMAS							
DATA DO PROGRAMA	PROGRAMA	INICIATIVA	TIPO DE GESTÃO	ABRANGÊNCIA	ESTRUTURA	INTEGRAÇÃO (Parcerias)	ESCOPO SETORIAL
2014	Plano Municipal de Qualificação Profissional / CENTRO DE FORMAÇÃO PAULO FREIRE	Prefeitura Municipal X PAT - Posto de Atendimento ao Trabalhador.	Município X Governo Federal	Trabalhadores empregados e desempregados moradores do município	Três programas de formação profissional e ações descentralizadas em 4 núcleos.	Ações do PAT para intermediação de mão de obra e estudos do mercado de trabalho. Parcerias: Secretaria de Promoção Social, Porto de Santos (visitas técnicas para os alunos do curso de logística)	Comércio e Serviços, Empreendedorismo, Embelezamento, Administração e Informática.

Fonte: Elaborado pela autora

3.3.7 Rio Grande da Serra

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do município de Rio Grande da Serra possui um Posto de Atendimento ao Trabalhador – PAT e em seu site divulga o Centro de Formação Paulo Freire em Ribeirão Pires, para a formação de jovens e adultos – EJA, porém não disponibiliza nenhuma informação sobre cursos de qualificação e requalificação para os trabalhadores da região, sugerindo que os cursos oferecidos estão disponíveis no município de Ribeirão Pires.

Após a análise individual de cada município do Grande ABC, este estudo apresenta de forma compacta, uma discussão com base nas categorias pesquisadas.

Quanto à existência de política pública municipal, observou-se que em todos os municípios do Grande ABC, existem ações através de políticas específicas de qualificação profissional, que se originam nas Centrais de Trabalho e Renda, mas nem todas podem ser consideradas em âmbito municipal, porque tem origem em programas do governo federal e estadual.

De acordo com o SEBRAE (2008), as políticas públicas apontam para a descentralização como forma de torná-las mais eficientes e eficazes, e devem ser desenvolvidas pelo ente federativo que se encontra mais próximo dos cidadãos, ou seja, os municípios. As políticas públicas municipais necessitam de recursos financeiros, planejamento de longo prazo e que os atores políticos definam o melhor caminho para alcançá-lo, o que justificaria de forma autêntica, a iniciativa da criação de um Plano Regional de Qualificação Profissional amparado em um Observatório do Trabalho com dados sobre a realidade do mercado de trabalho do Grande ABC, para que as políticas públicas pudessem atingir os seus objetivos principais, que é qualificar o trabalhador para o mercado de trabalho globalizado.

Quanto à definição das estratégias para qualificar os profissionais, este estudo observou que os gestores dos Centros Públicos de Trabalho e Renda, se amparam na existência e no volume de vagas disponíveis no mercado de trabalho para a definição e criação de cursos de qualificação profissional e que existe a dificuldade de obtenção de recursos financeiros para a criação de cursos que necessitam de recursos mais sofisticados. Nesses casos buscam parcerias com o Sistema “S” que impõe condições de prazos para a execução dos cursos, como também disponibilidade de vagas, o que nem sempre atenderia um trabalhador desempregado e que necessita de um curso rápido para conseguir outro trabalho.

Quanto ao apoio institucional, este estudo identificou que os programas de qualificação profissional ofertados pelas Centrais de Trabalho e Renda, ou pelos PATS, como é o caso de Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, possuem apoio institucional através da integração com atores públicos e privados, como: Sindicatos de Classe, Secretaria de Desenvolvimento dos municípios, Sistema “S” e em alguns municípios existe apoio da Secretaria de Assistência Social.

Quanto às iniciativas municipal ou regional existentes, observou-se que os municípios do Grande ABC, possuem iniciativas exclusivamente municipais, que atendem apenas os seus munícipes em programas de qualificação. Os municípios participam de atividades junto ao Consórcio Intermunicipal Grande ABC com o objetivo de participação conjunta para ações de desenvolvimento, como é o caso do GT – Trabalho e Renda, porém os pré-projetos existentes encontram dificuldades na coesão de atitudes para que saiam do papel e se transformem em realidade.

A gestão dos programas de qualificação identificados neste estudo é de responsabilidade das Secretarias de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e

Renda, através das Centrais de Trabalho e Renda, PAT e alguns municípios tem a gestão compartilhada com as Secretarias Municipais de Educação, como é o caso de Santo André e São Bernardo do Campo. O município de São Caetano do Sul mantém cursos técnicos profissionalizantes, enquanto política pública municipal, sob a gestão da Secretaria Municipal de Educação.

Com relação à abrangência dos programas de qualificação profissional pesquisados, apenas o município de Mauá, atende a trabalhadores de outros municípios. Os demais municípios atendem apenas os munícipes ou como São Bernardo do Campo que atende além de munícipes, também atende os trabalhadores que trabalham em empresas localizadas no município.

Quanto à estrutura física utilizada para os cursos de qualificação profissional, o município de Santo André, utiliza alguns recursos da Central de Trabalho e Renda para cursos com curta duração e as Escolas Municipais para cursos com duração de 2 a 6 meses. São Bernardo do Campo, também utiliza a estrutura física para cursos rápidos com o objetivo de encaminhar o trabalhador desempregado para o mercado de trabalho e para outros cursos, utiliza a estrutura física das Escolas Municipais. São Caetano do Sul utiliza a estrutura física para a oferta de cursos profissionalizantes em uma escola técnica municipal, com prédio próprio. Diadema oferece os cursos de qualificação profissional utilizando a estrutura física da Fundação Florestan Fernandes, que possui salas ambientes, com móveis e equipamentos próprios para os cursos. Mauá utiliza a estrutura física das escolas municipais. Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra oferecem alguns cursos rápidos nos PATs e também dispõem de estrutura física do Centro de Formação Paulo Freire localizado em Ribeirão Pires.

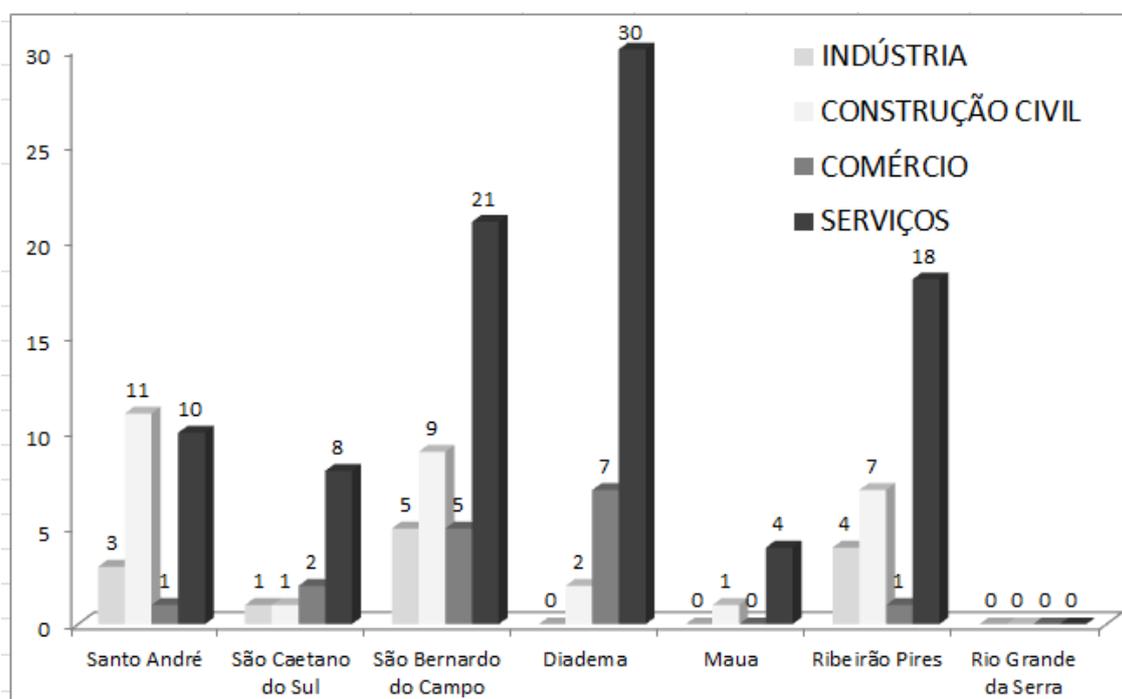
O escopo dos programas de qualificação profissional identificados por este estudo abrangem as seguintes áreas: Comércio e serviços; Construção civil, Gastronomia, Informática, Estética, Administração, Hospedagem, Alimentação, Vestuário, Idiomas, Gestão, Empreendedorismo, Embelezamento e Indústria do Plástico.

Quanto ao aporte financeiro que os programas de qualificação recebem para viabilizar a sua execução, este estudo não conseguiu identificar com clareza e foi tratado como uma informação confidencial e também não foi encontrada em literatura ou sítios das prefeituras. A exceção foi o projeto Alquimia para qualificação em parceria com o Sindicato dos Químicos e os municípios do Grande ABC, que

detém documentos públicos, em seu banco de dados, com a especificação dos valores recebidos por programas federais, inclusive com a prestação de contas do mesmo. São Bernardo do Campo revelou, durante entrevista à pesquisadora, que a verba utilizada para viabilizar os programas de qualificação profissional provém do FAT e que as mesmas são compartilhadas com a Secretaria da Educação para gerir os programas. São Caetano do Sul mantém os cursos técnicos profissionalizantes com verbas municipais. Outras parcerias possibilitam aportes financeiros aos programas como: Sistema “S” e Sindicatos de Classe.

O gráfico 17 apresenta os cursos por setor de atividade. Os municípios pesquisados oferecem programas de qualificação profissional com maior diversidade na área de serviços, sendo que o município de Diadema é o que oferece 30 cursos nesse setor de atividade econômica, com exceção de Santo André, que concentrou seus programas em quantidade maior no setor de construção civil. O setor econômico da indústria é o que apresenta um número menor de programas de qualificação profissional.

Gráfico 1 - Cursos por setor de atividade econômica – 2012 – Grande ABC.



Fonte: Levantamento de Dados. Elaborado pela autora

A tabela 26 a seguir, apresenta os cursos oferecidos em 2012, por município e setor de atividade econômica. A relação completa de cursos identificados nesta pesquisa encontra-se no Anexo I – Relação de cursos.

Tabela 26 - Cursos por município e escopo setorial – 2012.

Cursos por setor de atividade econômica - 2012 - GRANDE ABC								
ESCOPO SETORIAL: Indústria (I), Construção Civil (CV), Comércio (C), Serviços (S)								
RE = REINCIDÊNCIA DO MESMO CURSO								
Município - Grande ABC								
Cursos ofertados (2012)	Santo André	São Caetano do Sul	São Bernardo do Campo	Diadema	Maua	Ribeirão Pires	Rio Grande da Serra	Total por setor
INDÚSTRIA	3	1	5	0	0	4	nd	13
CONSTRUÇÃO CIVIL	11	1	9	2	1	7	nd	31
COMÉRCIO	1	2	5	7	0	1	nd	16
SERVIÇOS	10	8	21	30	4	18	nd	91
Total por município	25	12	40	39	5	30		151

Fonte: Levantamento de Dados. Elaborado pela autora

De acordo com a tabela 26, os cursos ofertados nos sete municípios do Grande ABC, apresenta o total de 151 cursos, sendo que no setor de indústria são 13 cursos, no setor de construção civil são 31 cursos ofertados, no setor de comércio são 16 cursos ofertados e no setor de serviços são 91 cursos ofertados, o que representa que os municípios do Grande ABC estão oferecendo cursos na área de serviços que está em expansão conforme foi demonstrado na 1ª análise do SEADE no início desta análise.

Foi identificado neste estudo, que 21 cursos contêm o mesmo escopo setorial e conteúdos similares, ofertados por municípios diferentes, visando atender o público alvo de acordo com a disponibilidade de vagas de trabalho disponíveis em sistemas estaduais e federais, para intermediação de trabalho. São eles: marcenaria, drywall (gesso acartonado), leitura e interpretação de desenhos para projetos e obras, montagem e manutenção de computadores, panificação, assistente de RH, auxiliar de cozinha, auxiliar de logística, cabelereiro, costura domiciliar, cuidador de idosos, decoração de festas, depilação, eletricista instalador residencial e comandos elétricos, estética facial e corporal, informática, manicure, maquiagem, pedicuro calista, porteiro de edifícios.

5. Considerações Finais

Os dados obtidos possibilitaram a ampliação do conhecimento acerca das políticas públicas municipais e de programas de qualificação e requalificação profissional existentes nos sete municípios do Grande ABC. Cabe ressaltar, no entanto, que em virtude da transição de gestores municipais nos órgãos pesquisados, os resultados obtidos demonstraram que as informações concentram-se em um período recente, mais precisamente entre os anos de 2012 e 2014.

Essa concentração de informações no período recente deve-se, à ausência de histórico de programas de qualificação anteriores, como também à inexistência de avaliação das políticas públicas que ofereceram programas de qualificação em períodos anteriores, com exceção dos dados obtidos no banco documental do Consórcio Intermunicipal Grande ABC e através de gestores que atuaram em municípios diferentes durante gestões anteriores e que atualmente são responsáveis por órgãos que oferecem qualificação profissional nos municípios pesquisados.

As características dos programas de qualificação e requalificação apresentam-se de forma similar quanto às parcerias, formas de gestão, e infraestrutura em cinco dos sete municípios consultados. Nos municípios de São Caetano do Sul, Santo André, São Bernardo do Campo e Mauá, as políticas públicas de qualificação e requalificação estão sob a gestão das Secretarias de Desenvolvimento, Trabalho e Renda e nos municípios de Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, estão sob a responsabilidade direta das prefeituras municipais com apoio dos PAT – Posto de Atendimento ao Trabalhador.

As parcerias para a execução de políticas públicas de qualificação e requalificação do trabalhador também são uniformes nos sete municípios, sendo que todos eles utilizam recursos do PRONATEC e mantém parceria com instituições privadas como: Sindicatos de classe e Sistema “S”.

Outra evidência constatada é que em cinco dos sete municípios pesquisados, os gestores dos Centros Públicos de Trabalho e Renda de Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, Mauá e Ribeirão Pires são sindicalistas com trajetórias profissionais delineadas na área de Mercado de Trabalho e Renda e intermediação de trabalho.

A infraestrutura utilizada para a execução dos programas de qualificação e requalificação, em cinco dos sete municípios, localiza-se em escolas municipais e centros públicos do município, com exceção do município de Diadema que possui infraestrutura própria com salas ambientes equipadas para a aprendizagem das profissões e São Caetano do Sul, que possui uma cozinha equipada para os cursos de culinária no Fundo Social de Solidariedade.

Quanto ao escopo setorial, este estudo identificou que 8,61% dos cursos são para o setor da indústria, 20,53% do total dos cursos são oferecidos para o setor da construção civil, 10,60% são voltados para o setor de comércio e a grande maioria, que representa 60,26% dos cursos são oferecidos no setor de serviços. Esse resultado pode pressupor que os cursos são destinados a vagas de trabalho com requisitos de baixa escolaridade e salários menores, o que pode demonstrar que a política pública é voltada para um público que está em vulnerabilidade socioeconômica, desempregado ou buscando uma nova recolocação no mercado de trabalho.

Contrariando a teoria dos espaços de fluxo, indicada por Castells (1999), as políticas públicas municipais criadas para a oferta de qualificação profissional para o trabalhador, persistem em atender apenas os trabalhadores que vivem ou trabalham no seu município de origem, não havendo troca de informações ou oportunidades para o mercado de trabalho.

Essa constatação pode demonstrar que o território do Grande ABC traz em si, apenas o sentimento de regionalidade do espaço e que existe a necessidade de interação dos setores da economia e difusão entre os atores públicos: governo, sociedade civil, empresas e sindicatos para desenvolver a regionalidade institucional.

A identificação de políticas públicas municipais de qualificação profissional foi encontrada em três municípios: Diadema, Mauá e Ribeirão Pires, criadas por leis municipais e com o objetivo de preparação do profissional para atuar no mercado de trabalho, indicando que os municípios mantêm através dessas políticas, plataformas de desenvolvimento econômico e promoção da inclusão social mediante a geração de empregos e renda.

Considerando-se, portanto, o empenho dos municípios e dos órgãos regionais do Grande ABC no sentido de ofertar programas de qualificação e requalificação profissional e considerando também que a maioria dos programas não oferecem

cursos voltados às áreas de alta tecnologia, recomenda-se que os projetos do Observatório do Trabalho e do Plano Territorial de Qualificação Profissional existentes na pauta do Consórcio Intermunicipal Grande ABC sejam avaliados e retomados pelos atores públicos e privados, para que a população do Grande ABC tenha a oportunidade de qualificarem-se também para os setores de alta tecnologia, polos de desenvolvimento e áreas que demandam trabalhadores com capacitação específica e não apenas qualificação profissional que na sua maioria, são em áreas do comércio e serviços, como demonstra a análise dos programas, onde o salário e as condições de trabalho, nem sempre significam uma renda digna para a obtenção de qualidade de vida e desenvolvimento socioeconômico.

Esse estudo ainda possibilitou identificar que as políticas públicas municipais existentes não possuem um sistema informatizado para avaliação, impossibilitando o controle e o resultado dos programas com relação à quantidade de trabalhadores que conseguiram inserir-se no mercado de trabalho após a participação nos programas, o que pode demonstrar que maiores investimentos deveriam ser dedicados às políticas de qualificação profissional.

Referências Bibliográficas

ABRUCIO, F.L. **Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1998.

ABRUCIO, F.L.; SANO, H.; SYDOW, C.T. Radiografia do associativismo territorial brasileiro: tendências, desafios e impactos sobre as regiões metropolitanas. In: KLINK, J. (org.). **Governança das metrópoles: conceitos, experiências e perspectivas**. São Paulo, Annablume, 2010.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. I. ed. Petrópolis, 1997.

AZEREDO, B. **Políticas Públicas de Emprego: A experiência brasileira**. In: OLIVEIRA, M.A. (Org.). **Reforma do Estado e Políticas de Emprego no Brasil**. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp. 1998.

BECKER, D. **A contradição em processo: o local e o global na dinâmica do desenvolvimento regional**. In: BECKER, D. ; WITTMANN, M. **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2008.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa, Difel/Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 1989.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Plano Nacional de Educação Profissional; termos de referência dos programas de educação profissional**. Brasília: MTb/FAT/CODEFAT, 1996.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Qualificação Profissional**. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 18 ago. 2013.

Brasil, 2004 **DECRETO Nº 5.154 DE 23 DE JULHO DE 2004**. Disponível em <[HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/D5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/D5154.htm)>. Acesso em: 11 fev. 2013.

BRASIL, 2007. **PORTARIA 615, 13 DE DEZEMBRO DE 2007**. Disponível em <[HTTP://www.mte.gov.br/legislacao/portarias/2007/p_20071213_615.pdf](http://www.mte.gov.br/legislacao/portarias/2007/p_20071213_615.pdf)>. Acesso em 12 fev. 2013.

BRASIL, 2011. **Plano Nacional de Qualificação – PNQ**. Disponível em <<http://portal.mte.gov.br/pnq/conheca-o-plano-nacional-de-qualificacao-pnq.htm>>. Acesso em 10 fev. 2013.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988**. Texto Consolidado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituição. Acesso: 10 abr 2012.

BRESCIANI, L.P. **Debate sobre qualificação profissional**. Consórcio Intermunicipal Grande ABC. Santo André. SP. 2012.

BRESCIANI, L.P. Tradição e transição: o caso do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. **Cadernos Adenauer XII** (2011), n.4. **Municípios e estados: experiências com arranjos cooperativos**. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, 2012.

BRESCIANI, L.P.; QUADROS, R. A inovação e os papéis dos trabalhadores: o caso Mercedes-Benz. In: NABUCO, M.R.; NEVES, M.; CARVALHO NETO, A. **Indústria automotiva: a nova geografia do setor produtivo**. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

CARDOSO, F. H.; FALETTO E.. **Dependência e desenvolvimento da América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 7. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

CAFÉ COM A PRESIDENTA. PRONATEC: 4 milhões de matrículas nos cursos técnicos e de qualificação profissional. <http://cafe.ebc.com.br/cafe/arquivo/pronatec-1>. Reportagem: 22, jul., 2013. Acesso em: 10, jan. 2014.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CÊA, G.S.S..PLANFOR. Reforma do Estado e acumulação flexível: tecendo os fios invisíveis. **EccoS – Revista Científica**. São Paulo, v.8,n.2,p.407-425, jul./dez. 2006.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **La hora de igualdad: brechas por cerrar, caminos por abrir**. Santiago: CEPAL, 2010.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Dinâmica do emprego e institucionalidade do trabalho: elementos chave para a igualdade de oportunidades e a inclusão social**. Cap. V. Santiago: CEPAL, 2010.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **A hora da igualdade: brechas por fechar, caminhos por abrir: Crise, pós-crise e mudança de época: entre os limites do desenvolvimento e o desenvolvimento a que nos propomos.** Santiago. Cap.I. 2010.

CEPAL/IPEA. **Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho.** Alves, J.E.D.; Vasconcelos, D.S.; Carvalho, A.A. Brasil. 2010.

CEPAL/ PNUD/OIT. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente.** Brasília: CEPAL/ PNUD/OIT, 2008. 176p.

CEPAL/UNESCO — **Educación y conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad.** — Santiago: 1992. BRASIL. Ministério do Trabalho. Programa de reciclagem profissional. SFDP, 24p..1994.

CONCEIÇÃO, J.J.;PAULA R.T.A;ANAU R.V..Desenvolvimento Econômico e Indicadores. **ReFAE – Revista da Faculdade de Administração e Economia**, v.2, n.2, p.168 – 183, 2010.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC. **O GRANDE ABC em Defesa da Qualificação Profissional.** Seminário do Grupo de Trabalho e Renda do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. Santo André. São Paulo. 13, abr., 2012.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC. **Histórico e Formação do Consorciamento.** Disponível em: <http://www.consorcioabc.sp.gov.br/>. Acesso em: 10 out.2012.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC. **Plano Territorial de Qualificação.** 2003.

CUNHA, L.A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** I. ed. – São Paulo: Editora UNESP, DF: FLACSO, 2000.

CUNHA, L.A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo.** 2.ed. –São Paulo: Editora UNESP, DF. FLACSO, 2005.

DALLABRIDA, V. BECKER, D.. **Dinâmica territorial do desenvolvimento**. In: BECKER, D. ; WITTMANN, M. Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2008.

DANIEL, Celso. **Uma estratégia econômica para o Grande ABC** in: São Paulo em Perspectiva v.10/ nº.3/ Jul-Set 1996. SEADE. São Paulo: 1996. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v10n03/v10n03_17.pdf>. Acesso em: 10 nov 2012.

DANIEL, C. A. *Ação política e diversidade de atores no universo social urbano*. In: GONÇALVES, M. F. et al. **Regiões e cidades, cidades nas regiões**. São Paulo, Unesp/Anpur, 2003.

DEDECCA, C.S. Emprego e Qualificação no Brasil dos anos 90. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (org.). Reforma do Estado e Políticas de Emprego no Brasil. Campinas: UNICAMP, 1998.

DIADEMA. **Portal da Prefeitura Municipal de Diadema**. Disponível em: <http://www.diadema.sp.gov.br>. Acesso em: 02, fev, 2014.

DIADEMA. **PLANO MUNICIPAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL – PMQP**. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Secretaria da Educação. Fundação Florestan Fernandes. 2011.

DIEESE. **Pesquisa de Qualificação e Mercado de Trabalho: Apontamentos para política pública em regiões metropolitanas**. Nº 18 – Dezembro 2011.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. -- São Paulo: DIEESE, 2012.

FILGUEIRAS, C.A.C.. **Atores locais na implementação da política de qualificação profissional**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p.438-460, jul./set.2011.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

GIL, A.C., **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. – São Paulo : Atlas, 2010.
HAM, C.; HILL M. **The policy process in the modern capitalist state**. Londres, 1993.

HISTÓRIA DA GRANDE ABC. <http://ufabcsocial.wordpress.com/sobre-o-abc/>. Acesso em 20 ago. 2013.

IBAM. **Instituto Brasileiro de Administração Municipal**. Portal institucional. Disponível em: <<http://www.ibam.org.br.>>. Acesso: 10 dez. 2005.

KLINK, J.J. **A cidade-região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC Paulista**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

KUNZE, N.C. **O surgimento da rede federal de educação profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro**. Revista Brasileira Da Educação Profissional E Tecnológica. MEC - Brasil. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília. DF. 2009.

LESSA, S. A sofisticação da aprendizagem simples: as experiências do PNQ e da inserção produtiva nos CRAS. **Trabalho Necessário**. Disponível em: www.uff.br/trabalhonecessario. Ano 8, n. 11/2010. Acesso em: 04 abr. 2013.

LLORENS, F. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro, BNDES, 2001.

MAUÁ – Prefeitura Municipal de Mauá. Localização do município. 2014. Disponível em: www.maua.sp.gov.br. Acesso em: 26 jan. 2014.

MENDONÇA, L.J.V.P. Políticas sociais e luta de classes: uma crítica a Amartya Sen. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v.11, n.1, p.65-73, jan./jul. 2012.

MTE/SPPE/DEQ (2003), **Plano Nacional de Qualificação (PNQ)**, 2003-2007. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego.

MTE/PRONATEC. **Portal MTE**.

Fonte: http://portal.mte.gov.br/seg_desemp/qualificacao-de-segurados-pronatec.htm. Acesso: 10, jan., 2014.

NASCIMENTO, A. R. **Documentos para subsidiar o debate local e regional.** Fórum Regional de inovação tecnológica, inclusão social e cooperações de rede. 2005.

OIE. Organização de Estados Iberoamericanos. **METODOLOGIA DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS.** GAPI – UNICAMP. 2002. Fonte: <http://www.oei.es/salactsi/rdagnino1.htm#3>. Acesso em: 10 jan. 2014.

OLIVEIRA, R.V. Momento atual da política pública de qualificação profissional no Brasil: inflexões e desafios. **Revista de Ciências Humanas e Artes.** Vol.13, nº 1. Janeiro/julho de 2007.

OLIVEIRA, R.V. Desenvolvimento das políticas públicas de emprego no Brasil e os dilemas da participação e controle sociais. **ESPAÇO DO CURRÍCULO.** Vol.2, n.1, pp.44-73, Março-Setembro/2009.

PLANO REGIONAL DE QUALIFICAÇÃO. **Programa Regional de Qualificação do Grande ABC.** Consórcio Intermunicipal Grande ABC. Anexos de 1 a 5. Santo André, SP. 2003.

PMSCS – SEDERT. Relatório nº 03/2013: Projeto “Desenhando o Futuro” – Capacitação na área Contábil, julho, 2013.

PORTAL CIDADES PAULISTAS. Fonte: <http://www.cidadespaulistas.com.br/>. Acesso em: 12, nov., 2012.

PORTAL DA INDÚSTRIA. CNI/SESI/SENAI/IEL. Fonte: <http://www.portaldaindustria.com.br/>. Acesso em: 10 jan. 2014.

PORTAL SÃO CAETANO DO SUL. Disponível em: <http://www.saocaetanodosul.sp.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2014.

PORTAL SANTO ANDRÉ. Disponível em: <http://www.santoandre.sp.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2014.

PORTAL SÃO BERNARDO DO CAMPO. Disponível em: <http://www.saobernardo.sp.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2014.

PORTAL MAUÁ. Disponível em: <http://www.maua.sp.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2014.

PORTAL RIBEIRÃO PIRES. Disponível em: <http://www.ribeiraopires.sp.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2014.

PORTAL RIO GRANDE DA SERRA. Disponível em: <http://www.riograndedaserra.sp.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2014.

PORTAL SERT – SCS. Disponível em: www.saocaetanodosul.gov.br/sert. Acesso em: 19, mar, 2014.

POZENATO, J.C. **Algumas considerações sobre região e regionalidade**. Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural. Caxias do Sul: Educus, 2003.

PREARO, L.. Mauá lidera oferta de vagas, mas remuneração é a segunda menor. **JORNAL DIÁRIO DO GRANDE ABC**. Pedro Souza, 29/set/2013. São Paulo. 2013.

REIS, R.C.. **Alternativa política no contexto federativo: integração regional no grande ABC paulista**. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2008.

RIBEIRÃO PIRES – Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires. Localização do município. 2014. Disponível em: www.ribeiraopires.sp.gov.br. Acesso em: 26 jan. 2014.

RIO GRANDE DA SERRA – Prefeitura Municipal de Rio Grande da Serra. Localização do município. 2014. Disponível em: www.riograndedaserra.sp.gov.br. Acesso em: 26 jan. 2014.

SÁ-SILVA, J. R..ALMEIDA, C.D. de; GUINDANI, J. F.. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I – Número I – Julho de 2009.

SANTO ANDRÉ – Prefeitura Municipal de Santo André. Localização do município. 2014. Disponível em: www.santoandre.sp.gov.br. Acesso em: 26 jan. 2014.
SANTOS, M; SILVEIRA, M.L. Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro, Editora Record, 2001.

SANTOS, W. **Antecedentes do ABC Paulista: 1550-1892**. São Bernardo do Campo: Sece, 1992.

SÃO BERNARDO DO CAMPO. Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo. Localização do município. 2014. Disponível em: www.saobernardo.sp.gov.br. Acesso em: 26 jan. 2014.

SEADE (SP). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Pesquisa Municipal Unificada (PMU)**. Disponível em <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso: 18 dez. 2005.

SEADE (SP). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. O emprego e a mobilidade do trabalhador na Região Metropolitana de São Paulo. **1ª. Análise Seade**, n. 4, julho 2013.p. 1-28.

SEBRAE/MG. Políticas Públicas: conceitos e práticas. Belo Horizonte: 2008. 48p.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas** – Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SIEDENBERG, D. **A gestão do desenvolvimento: ações e estratégias entre a realidade e a utopia**. In: BECKER, D. ; WITTMANN, M. Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2008

SINDICATO DOS QUÍMICOS DO ABC. Disponível em: <http://www.sindicatodosquimicosabc.org.br>. Acesso em: 10, nov, 2013.

TREVISAN, A .P.; BELLEN H. M.. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **RAP – Rio de Janeiro 42(3):529-50**, MAIO/JUN. 2008

VAINER, Carlos B.. **A configuração de novos espaços regionais e a emergência de novos atores políticos**. Ensaios FEE, Porto Alegre, (16)2 455-471, 1995.

XAVIER, M.L.P. et al. O novo perfil econômico do Grande ABC. **Organizações em contexto, Ano 3, n. 6, dezembro 2007**.

Apêndice

Apêndice A - Solicitação de Entrevista

São Caetano do Sul, dd, mm, aa.

Á

Responsável – local

Conforme contato telefônico segue em anexo o instrumento de pesquisa, o qual é parte integrante do projeto de dissertação para obtenção do título de mestre do curso de Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

A pesquisa versa sobre “Políticas Públicas de Qualificação Profissional na região do ABC”.

Gostaria de solicitar a colaboração dessa instituição para obter as respostas às questões e também através de documentos, informações ou outra fonte documental que possam contribuir para o conhecimento das características dos programas de qualificação ofertados no de 2001 a 2014.

Agradeço a sua contribuição e comprometo-me a transcrever somente o que for autorizado pela instituição.

Atenciosamente,

Lourdes Valeria de Cillo

Mestranda em Administração – USCS

Apêndice B – Questionário da Entrevista

- 1) Qual a sua trajetória profissional?
- 2) Neste município existe uma Política Pública com programas de qualificação ou requalificação profissional para pessoas empregadas ou desempregadas?
- 3) Como são definidas as estratégias de qualificação profissional?
- 4) Existe aporte financeiro para a oferta desses programas? Qual?
- 5) Existe apoio institucional para a oferta dos programas? Qual?
- 6) Quais as iniciativas existentes para a qualificação profissional e como elas funcionam?
- 7) A gestão é em âmbito municipal, regional ou intermunicipal?
- 8) Qual a instituição responsável pela ação de qualificação profissional deste município?
- 9) A abrangência dos programas é estadual, municipal, regional ou intermunicipal? Pessoas de outros municípios do Grande ABC podem participar dos cursos?
- 10) Qual a estrutura física utilizada para a oferta dos programas?
- 11) Existe integração entre atores públicos e privados? Se sim, qual?
- 12) Qual o escopo dos programas de qualificação profissional? Quais as áreas que eles atendem?
- 13) Quais os cursos e o período dos programas de qualificação profissional oferecidos por essa instituição?
- 14) Quais os principais problemas para viabilizar os programas de qualificação profissional?

- 15) Quais as sugestões para solucionar ou minimizar esses problemas?
- 16) Quais os resultados obtidos através das ações de qualificação profissional para o mercado de trabalho?

ANEXOS

Anexo I – Relação de cursos por escopo setorial (completo)

Tabela 27 - Cursos por setor de atividade econômica - 2012 - Grande ABC.

	Município - Grande ABC							Total por setor
	Santo André	São Caetano do Sul	São Bernardo do Campo	Diadema	Mauá	Ribeirão Pires	Rio Grande da Serra	
Cursos ofertados (2012)								
confeção de embalagens						1		1
corte e costura	1							1
Eletricista		1						1
Lingerie			1					1
Marcenaria	1		1					2
marcenaria em marchetaria			1					1
metrologia básica						1		1
modelagem geométrica			1					1
montador de móveis			1					1
projetos de móveis	1							1
mini-carregadeira						1		1
conferente de cargas						1		1
Total da INDÚSTRIA	3	1	5	0	0	4	nd	13
comandos elétricos	1							1
construção e reparos					1			1
costura industrial			1					1
drywall (gesso acartonado)	1			1				2
elétrica hidráulica			1					1
instalador hidráulico	1							1
leitura e interpretação de desenhos para projetos e obras	1					1		2
pedreiro assentador	1							1
pedreiro pintura e texturização				1				1
pedreiro revestidor	1							1
pintor de obras	1							1
pintura com texturização			1					1
Total CONSTRUÇÃO CIVIL	11	1	9	2	1	7	nd	31

Continuação – Tabela 27 - Cursos por setor de atividade econômica - 2012 - Grande ABC

	Município - Grande ABC							Total por setor
	Santo André	São Caetano do Sul	São Bernardo do Campo	Diadema	Mauá	Ribeirão Pires	Rio Grande da Serra	
Cursos ofertados (2012)								
chocolataria e doces finos			1					1
confeitaria básica			1					1
confeitaria e congelados				1				1
confeitaria em vitrines			1					1
Cumim e chocolateria						1		1
garçom com bartender			1					1
jardinagem e paisagismo				1				1
mecânico de refrigeração				1				1
montagem e manutenção de computadores		1		1				2
panificação		1	1	1				3
panificação confeitaria	1							1
pizzaiolo				1				1
pratos festivos e sazonais				1				1
Total COMÉRCIO	1	2	5	7	0	1	nd	16
½ oficial de cozinha			1					1
agente de portaria						1		1
apontador de obras						1		1
arte e cultura					1			1
assentador de pisos e azulejos			1					1
Assistente administrativo/financeiro				1				1
assistente de RH				1		1		2
atendente de farmácia			1					1
atendimento ao turista				1				1
auxiliar de atendimento em laboratório			1					1
auxiliar de contabilidade						1		1
auxiliar de cozinha			1	1				2
auxiliar de logística				1		1		2
auxiliar de marcenaria			1					1
auxiliar de marketing						1		1
auxiliar financeiro						1		1
balconista para o setor alimentício			1					1
Bordado			1					1
cabelereiro	1			1				2
controlador de acesso						1		1
costura domiciliar			1			1		2
Crochê						1		1

Continuação – Tabela 27 - Cursos por setor de atividade econômica - 2012 - Grande ABC

	Município - Grande ABC							Total por setor
	Santo André	São Caetano do Sul	São Bernardo do Campo	Diadema	Mauá	Ribeirão Pires	Rio Grande da Serra	
Cursos ofertados (2012)								
cromoterapia				1				1
cuidador de idosos				1		1		2
culinária: diet e light				1				1
decoreação de festas			1	1				2
decoreação de interiores			1					1
Epilação	1		1					2
epilação e cabelereiro			1					1
epilação e depilação artística				1				1
designer de sobrancelhas			1					1
eletricista instalador residencial e comandos elétricos	1			1				2
encanador		1						1
espanhol, francês, italiano, inglês, português		1						1
estética facial e corporal	1			1				2
estética modeladora				1				1
florais de Bach				1				1
imagem pessoal					1			1
informática	1	1		1				3
informática avançada	1							1
informática com manutenção de micros			1					1
informática melhor idade				1				1
jardinagem e horta			1					1
jardinagem e limpeza		1						1
Manicure	1		1					2
manicure e pedicure				1				1
maquiagem	1			1				2
maquiagem e penteado			1					1
marcenaria artesanal						1		1
massagem clássica				1				1
massagem modeladora				1				1
operador de caixa						1		1
operador de supermercado				1				1
padaria artesanal						1		1
pedicuro calista	1			1				2
porteiro de edifícios		1		1				2
quick massage				1				1

Continuação – Tabela 27 - Cursos por setor de atividade econômica - 2012 - Grande ABC

	Município - Grande ABC							Total por setor
	Santo André	São Caetano do Sul	São Bernardo do Campo	Diadema	Mauá	Ribeirão Pires	Rio Grande da Serra	
Cursos ofertados (2012)								
pintura artística de tecido						1		1
pintura decorativa						1		1
práticas administrativas						1		1
recepção e animação de eventos			1					1
recepção e ascensorista		1						1
recepção geral e hospitalar			1					1
reciclagem de papel			1					1
reflexologia				1				1
repositor						1		1
segurança e manobrista		1						1
serviços domiciliares					1			1
shantala				1				1
Shiatsu				1				1
telefonista e escritório		1						1
telemática					1			1
tui ná				1				1
web design costura industrial	1							1
web designer				1				1
Total SERVIÇOS	10	8	21	30	4	18	nd	91
TOTAL DE CURSOS	25	12	40	39	5	30		151